U.PORTO

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITETURA

Processos de Densificação Urbana no Porto.
A Rua do Rosário e a Rua de Miguel Bombarda

Catarina Gomes Rodrigues Serra

M

2022

U.PORTO

Catarina Gomes Rodrigues Serra. Processos de Densificação Urbana no Porto. A Rua do Rosário e a Rua de Miguel Bombarda

M.FAUP 2022

Processos de Densificação Urbana no Porto.
A Rua do Rosário e a Rua de Miguel Bombarda
Catarina Gomes Rodrigues Serra

FACULDADE DE ARQUITETURA

Processos de Densificação Urbana no Porto.
A Rua do Rosário e a Rua de Miguel Bombarda

Orientadora: Prof. Doutora Marta Rocha Moreira
Coorientadora: Prof. Doutora Maria José Lopes Casanova

Catarina Gomes Rodrigues Serra | FAUP, Maio 2022

(sugere-se a leitura deste documento em formato de página dupla, nomeadamente entre a pág. 52 e a pág.103)

Um obrigada a todos os que fizeram parte desta jornada, em particular, àqueles sem a qual esta não teria sido possível.

À prof. Doutora Marta Rocha Moreira e à prof. Doutora Maria José Lopes Casanova, orientadoras desta dissertação e mentoras de um percurso. Pelo apoio, conselho e dedicação tão fundamentais à concretização desta etapa.

Às entidades que possibilitaram o acesso aos processos dos edifícios pelos quais estavam responsáveis.

Aos amigos, pela compreensão e força de vontade.

À família pelo incentivo e pela paciência.

Ao primo André.

Resumo

Vivemos hoje na cidade do Porto um período onde os temas da reabilitação, remodelação e reconstrução do património arquitetónico têm cada vez mais importância nos discursos políticos, económicos e sociais. Estes processos de transformação do edificado são um tema incontornável quando falamos da baixa portuense. E nesse sentido, a dissertação 'Processos de Densificação Urbana no Porto. A Rua do Rosário e a Rua de Miguel Bombarda' pretende ser uma aproximação à evolução do volume edificado das referidas ruas, através da análise de cartografia, peças desenhadas de licenças de obra e fotografias, de diversas épocas.

Para a identificação de diferentes processos de densificação urbana, foram desenhados os perfis das duas ruas com o objetivo de investigar e comunicar a transformação do construído na Rua do Rosário e na Rua de Miguel Bombarda ao longo do século XIX e início de XX , em confronto com a atualidade.

Palavras-Chave: *Densificação Urbana, Rua do Rosário, Rua de Miguel Bombarda, Porto*

Abstract

Today, in the city of Porto, we live a period where the themes of rehabilitation, remodeling, and reconstruction of architectural heritage are increasingly important in political, economic, and social speeches. These processes of building transformation have become an unavoidable theme when we talk about Downtown Porto.

And, in this regard, the dissertation 'Processes of Urban Densification in Porto. Rosário Street and Miguel Bombarda Street' intends to be an approach to the evolution of the built volume of these streets, through the analysis of cartography, drawings of construction permits and photographs from different periods.

In order to identify the different processes of urban densification, the profiles of these two streets were drawn, for the purpose of investigating and communicating the transformation of the built environment in the streets Rosário and Miguel Bombarda throughout the nineteenth century and early twentieth century, in comparison with the present time.

Key Words: *Urban Densification, Rosário Street, Miguel Bombarda Street, Porto*

Sumário

1 Introdução

1.1 Considerações Iniciais 09
1.2 Objeto de Estudo 09
1.3 Pertinência e delimitação do estudo 11
1.4 Metodologia e Casos de Estudo 13

2 Contexto Histórico

2.1 A Cidade do Porto nos Séc. XVII, XVIII e XIX 17
2.2 A Regulamentação como Instrumento de Controlo na Forma de Construir 35

3 Processos de Densificação Urbana na Rua do Rosário e na Rua de Miguel Bombarda

3.1 Construção de Perfis Cronológicos 51
3.1.1 Rua do Rosário 52
3.1.2 Rua de Miguel Bombarda 78
3.2 Reconhecimento dos Processos de Densificação Urbana na Rua do Rosário e na Rua de Miguel Bombarda 105
3.2.1 Processos de Densificação Vertical 106
_ o edifício cresceu um ou vários andares em altura, de forma contígua com a fachada existente 106
_ o edifício cresceu um ou vários andares em altura, em forma de piso recuado 110
_ o edifício cresceu um ou vários andares em altura, de forma contígua com a fachada existente e em forma de piso recuado 116
3.2.2 Processos de Densificação Horizontal 118
_ o lote estreito alargou 118
_ o terreno era logradouro de um edifício e deu lugar a um novo lote independente 122
3.2.3 Processos de Substituição do Edificado 124
_ o edifício foi totalmente demolido e deu origem a outro com a mesma altura 124
_ o edifício foi totalmente demolido e deu origem a outro que cresceu até onde pôde 126
3.2.4 Processos de Aparente Continuidade 130
_ o edifício não sofreu alterações de alçado aparentes 130
_ o edifício sofreu alterações ao nível do rés-do-chão 132
3.2.5 Processos de Diferentes Modelos de Crescimento Associados 134
3.3 Evolução dos Perfis na Rua do Rosário e na Rua de Miguel Bombarda 138
3.4 Tabela de Identificação dos Processos de Densificação Urbana Observados 141

4 Reflexões Finais

4.1 Densificação Horizontal 143
4.2 Substituição do Edificado 147
4.3 Densificação Vertical 149
4.4 Aparente Continuidade 149
4.5 Densificação e Identidade 151

5 Referências

5.1 Referências Bibliográficas 154
5.2 Referências Iconográficas 158



Fig. 1.1: Fotografias do encontro da Rua do Rosário e da Rua de Miguel Bombarda

1 Introdução

1.1 Considerações Iniciais

O interesse deste estudo prende-se com a análise de processos de densificação urbana na cidade do Porto. Inicialmente o tema de trabalho surgiu da observação recorrente de características de singularidade relativas ao piso superior de construções inseridas em contexto de quarteirão da "cidade consolidada". Após algum aprofundamento do estudo, rapidamente se clarificou que a investigação não poderia apenas restringir-se à adição de novos pisos a edifícios existentes. Neste sentido, resolveu-se alargar o análise a diferentes modelos de crescimento do edificado, verificados numa determinada zona da cidade: a Rua do Rosário e a Rua de Miguel Bombarda, e num determinado período de tempo: ao longo do século XIX e início do século XX, em confronto com a atualidade. A análise realizada é essencialmente uma tentativa de aproximação à realidade da evolução do volume edificado das referidas ruas, através da análise de cartografia, de peças desenhadas de licenças de obra e fotografias, de diversas épocas. Assim, este trabalho pretende também dar continuidade à dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura realizada por Ricardo Murça, sobre a análise dos pisos térreos da Rua do Rosário e da Rua de Miguel Bombarda - Formas do Piso Térreo, Da especialização à ruptura nas ruas M. Bombarda e Rosário[1] - procurando ser mais um contributo para o estudo destas duas ruas da cidade do Porto.

1.2. Objeto de estudo

A escolha do local, prende-se com a necessidade de encontrar uma área urbana consolidada e delimitada, com diversidade de edificado e que se tivesse desenvolvido em diferentes períodos temporais. A Rua do Rosário e a Rua de Miguel Bombarda preenchem esses critérios. Estas ruas, perpendiculares entre si, representam uma amostra onde é possível reconhecer diversos processos de densificação urbana. Os quarteirões onde estas ruas se inserem apresentam também um caráter simbólico na história da cidade, uma morfologia urbana bastante regular e apurada, com diferentes funções programáticas e onde numa primeira aproximação se reconhece uma quantidade significativa de casos de estudo passíveis de serem analisados.

1 MURÇA, Ricardo Nuno Lobo. Formas do piso térreo: da especialização à ruptura nas ruas M. Bombarda e Rosário. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2013. Dissertação de Mestrado. (Ed. Policopiada).



Fig. 1.2: Setor da cidade do Porto em estudo, onde se localizam a Rua do Rosário e a Rua de Miguel Bombarda

1.3. Pertinência e delimitação do estudo

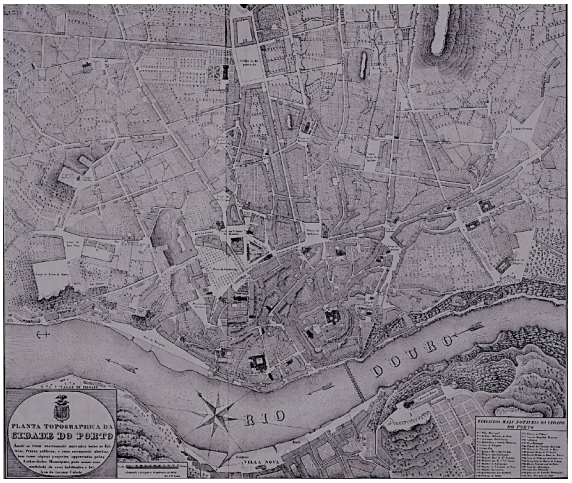
Vivemos hoje na cidade do Porto um período onde os temas da reabilitação, remodelação e reconstrução do património arquitetónico têm cada vez mais importância nos discursos políticos, económicos e sociais. Estes processos de transformação do edificado tornaram-se um tema incontornável quando falamos da baixa portuense. Os edifícios que vão sendo intervencionados tentam dar resposta a novas exigências da cidade, alguns mantêm a sua função estritamente habitacional (apesar de agora com esquemas e formas diferentes do passado), outros acumulam funções como comércio, restauração, hotelaria ou alojamento local, serviços e escritórios ou sedes de empresas.

Conforme as solicitações da cidade os edifícios vão-se adaptando e com isso sofrem sucessivas alterações, algumas dessas alterações são facilmente reconhecíveis quando realizamos uma análise rápida, outras requerem aprofundamento e cruzamento de dados. Contudo, ao longo do tempo, diferentes processos de densificação, mais ou menos intrusivos, foram transformando as relações entre o edificado e o espaço público e entre a população e a cidade.

Por outro lado, apesar de no momento atual o centro da cidade do Porto estar cada vez mais atrativo e dinamizado, uma grande parte do património edificado contínua devoluto e com inúmeros edifícios em estado de degradação considerável. Este estado de degradação muitas vezes é imediatamente visível a partir da observação da fachada dos edifícios. Característica na construção da cidade, a fachada da casa burguesa portuense, tenha ela surgido no período medieval, iluminista ou liberal, foi a que, quer pela sua permanência temporal, quer pela relação próxima com o espaço público, mais refletiu a necessidade de se adaptar às diferentes fases de evolução da cidade.

Assim, após se terem desenhado diversos perfis cronológicos formados pelo conjunto dos alçados destas duas ruas, o tema Processos de Densificação Urbana no Porto. A Rua do Rosário e a Rua de Miguel Bombarda, afirma-se como uma síntese da transformação e evolução observadas. O trabalho desenvolvido foca-se na análise dos perfis, procurando compreendê-los no contexto histórico e legislativo em que se enquadram. O desenho dos perfis das ruas, construídos com base nos elementos recolhidos, tem em vista uma aproximação à evolução do que seriam a Rua do Rosário e a Rua de Miguel Bombarda em diferentes momentos, ao longo do século XIX e início do século XX, colocados em confronto com o observado no século XXI. Após essa análise e o reconhecimento de casos de estudo específicos, são identificadas diferentes formas de evolução e/ou







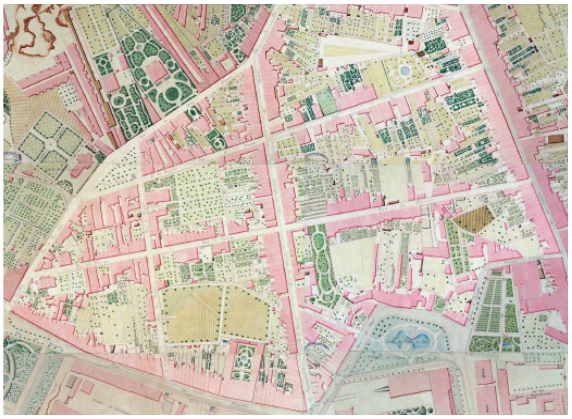






Fig. 1.3: Planta redonda da cidade do Porto, 1813, George Balck
Fig. 1.4: Planta topográfica da cidade do Porto, 1839, Joaquim Costa Lima
Fig. 1.5: Planta da cidade do Porto, 1865, Perry Vidal
Fig. 1.6: Extrato da Planta topográfica da cidade do Porto, 1892, Telles Ferreira
Fig. 1.7: Planta topográfica da cidade do Porto, 1937, Câmara Municipal do Porto
Fig. 1.8: Fotografia de Vista aérea, 2020, Google Earth

transformação destas ruas, formas essas que correspondem a distintos processos de densificação urbana que, porventura, poderemos reconhecer noutras ruas da cidade do Porto.

1.4. Metodologia e Casos de Estudo

Após as observações iniciais, o trabalho teve por base a definição dos perfis cronológicos da Rua do Rosário e da Rua de Miguel Bombarda enquanto material de investigação. A sua construção teve como referência a análise e o redesenho de plantas da cidade do Porto de diferentes épocas: a Planta Redonda da Cidade do Porto, de 1813, realizada por George Balck, a Planta Topográfica da Cidade do Porto, de 1839, de realizada por Joaquim Costa Lima, a Planta da Cidade do Porto, de 1865, de realizada por Perry Vidal, a Planta Topográfica da Cidade do Porto, de 1892, realizada por Telles Ferreira e a Planta Topográfica da Cidade do Porto, de 1937, da Câmara Municipal do Porto para o desenvolvimento do século XIX e início do século XX; e a vista aérea, de 2020, retirada do Google Earth, para o confronto com a atualidade. Com base nesses elementos redesenhados foram então elaborados perfis esquemáticos iniciais relativos aos números de polícia ímpares e pares das duas ruas.

Entretanto, foi necessário selecionar casos específicos para analisar e perceber a forma como a densificação urbana das ruas foi acontecendo. A seleção dos casos de estudo[2] foi, inicialmente, baseada nos casos eleitos na dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Miarq, realizada por Ricardo Murça, sobre a análise de pisos térreos da Rua do Rosário e da Rua de Miguel Bombarda[3] e posteriormente esta informação foi complementada pela investigação em arquivo, nomeadamente a partir da recolha e análise de licenças de obra existentes no Arquivo Histórico Municipal do Porto[4], dando origem a vinte e quatro Ensaios de Perfis das ruas, correspondendo aos seis períodos temporais balizados pelas plantas de referência.

O processo de consulta de licenças de obra incidiu de uma forma mais sistemática nos processos até 1938 e de uma forma mais pontual nos processos a partir dessa data: até 1938 as licenças de obra estão disponíveis para consulta no Arquivo Histórico Municipal do Porto, facilmente acessíveis no momento; contudo, as licenças de obra posteriores a essa data, encontram-se no Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto, AG, o que

2 Quarenta e nove casos de estudo.

3 MURÇA, Ricardo Nuno Lobo. Formas do piso térreo: da especialização à ruptura nas ruas M. Bombarda e Rosário. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2013. Dissertação de Mestrado. (Ed. Policopiada).

4 Esta procura foi realizada a partir das entradas “Rua do Rosário”, “Rua de Miguel Bombarda” e “Rua do Príncipe”, no sistema de informação interna do arquivo.

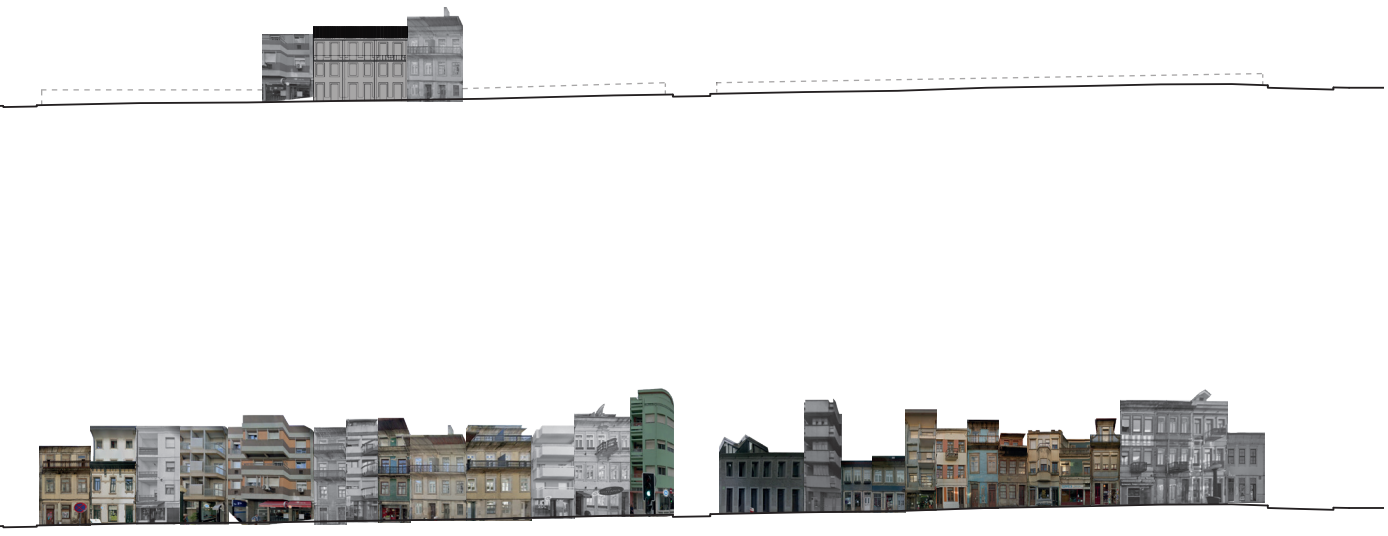




Fig. 1.9: Ensaio do perfil da Rua do Rosário de 1813, números ímpares
Fig. 1.10: Perfil atual da Rua do Rosário, números ímpares

implica um processo mais complexo, e moroso, para poderem ser consultadas[5]. No entanto, muitas vezes não são processos fáceis de localizar no AG, já que acontece frequentemente a alteração do nome da rua onde se localizam e do respetivo número de porta[6]. Por outro lado, outros processos não se encontram disponíveis para consulta por se encontrarem "em trânsito", ou seja, relativos a edifícios que estão a ser intervencionados. Isto significa que a sua consulta depende de circunstâncias particulares nem sempre sendo possível recolher os documentos e apontamentos necessários, o que necessariamente implica dificuldades num processo de investigação que se pretende sistemático.

Após a seleção global dos casos de estudo, procedeu-se à análise das formas de transformação, evolução e crescimento do edificado e à identificação dos diferentes processos de densificação urbana que esses exemplo representavam e que refletem o comportamento da Rua do Rosário e da Rua de Miguel Bombarda ao longo dos dois últimos séculos.



5 Implica a necessidade de realizar um requerimento para que os processos sejam trazidos para o Arquivo Histórico Municipal do Porto e aí possam ser consultados.

6 Como é o caso da Rua de Miguel Bombarda que anteriormente tinha a designação de Rua do Príncipe.



Fig. 2.1: Reprodução de uma vista panorâmica da cidade do Porto, desenhada a sépia e aguada, por Pier Maria Baldi, em 1669

2 Contexto Histórico

2.1. A Cidade do Porto nos séculos XVII, XVIII e XIX

Um breve enquadramento histórico sobre a cidade do Porto permite contextualizar acontecimentos com reflexo no espaço urbano durante o período temporal que enquadra o objeto de estudo. Este período foi delimitado com base nos primeiros registos gráficos disponíveis, nomeadamente cartografia da cidade e licenças de obra relativas à Rua do Rosário e à Rua de Miguel Bombarda, que datam do início do século XIX.

No entanto, julgou-se pertinente relatar sinteticamente os acontecimentos do século XVII e do século XVIII, para a compreensão do contexto que proporcionou a construção e o desenvolvimento dos edifícios e arruamentos em análise. Durante estes três séculos ocorreram factos de origem social, política, económica e cultural, que de alguma forma influenciaram o processo de evolução do edificado na cidade do Porto.

O século XVII

No final do século XVI e no início do século XVII, o espaço dentro das muralhas da cidade e nos seus arrabaldes encontrava-se povoado por pequenos aglomerados de casas com espaço de cultivo ou enxido[7] e pequenos poços. Na época a cidade tinha uma paisagem com um carácter rural.[8]

A cidade do Porto encontrava-se num período de grande turbulência, consequência da crise nacional e das sucessivas revoluções internas, que no final do século anterior conduziram à perda de independência de Portugal para Espanha. Porém, o poder filipino não foi prejudicial para o desenvolvimento da cidade, não só promoveu obras de melhoramento da zona portuária e dos acessos fluviais à cidade, como melhorou as condições de vida das classes superiores e realizou ainda reformas administrativas importantes que conduziram a um reforço do poder civil.[9]

Mais tarde, durante a segunda metade deste século, já após a Restauração da Independência[10], a nova política mercantilista assente no desenvolvimento da produção agrícola e na intensificação do comércio internacional proporcionou a entrada do país num período de prosperidade.[11]

No contexto do clima de prosperidade que se vivia em Portugal, a cidade do Porto experimentou um período

7 Enxido era o nome utilizado para designar o quintal, um pequeno vinhedo ou pomar.

8 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes. Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. (Ed. Policopiada), p.15.

9 FERRÃO, Bernardo. Projecto de transformação urbana do Porto na época dos Almadas : 1758-1813 : uma contribuição para o estudo da cidade pombalina. – 3ª edição. Porto: FAUP, 1997. p. 149..

10 A Restauração da Independência ocorre a 1 de dezembro de 1640.

11 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes. Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. (Ed. Policopiada), p.15.



Fig. 2.2: Gravura da cidade do Porto de 1789 de Teodoro de Sousa Maldonado

de intensa expansão. Tanto intramuros como na periferia, a população duplicava, quer devido à fixação de inúmeros comerciantes estrangeiros, essencialmente ingleses, quer também ao início de um ciclo migratório das populações rurais da região para a cidade. Apesar do aumento significativo quer da população, quer das construções, no decorrer do século XVII, e não tendo sido criados novos polos de urbanização, a cidade "cresceu" sobretudo pela densificação dos núcleos existentes: o interior da muralha, que atinge o limite de ocupação e os polos exteriores à muralha, Miragaia e Santo Ildefonso, que vão crescendo de igual modo.[12]

No entanto, apesar de não terem sido criados novos polos urbanos, durante o domínio filipino foram iniciadas acções de edificação e ordenamento urbano , nomeadamente junto das portas da muralha, que confirmam a tendência de expansão do núcleo medieval e indiciam o processo de desenvolvimento radial da cidade. Entre as várias acções implementadas incluem-se a edificação de vários conventos e equipamentos tanto no interior como no exterior da muralha - como o Tribunal e Cadeia da Relação (1603-1609) e a Igreja dos Carmelitas (1619), complementadas posteriormente pela construção do Colégio dos Órfãos(1651), a doação de uma capela à Congregação de S. Filipe de Nery (1680) seguida da construção da Igreja e Congregação do Oratório (1701) e ainda , a transformação da ermida medieval de Santo Ildefonso em igreja (1730), entre outros - e o reordenamento dos primeiros espaços públicos localizados junto das portas da muralha medieval onde se edificaram parte desses edifícios - como aconteceu nos rossios do Olival, das Hortas e da Batalha.[13]

O século XVIII

No início do século XVIII, o país vivia uma boa situação financeira, devido à chegada de ouro do Brasil e de produtos têxteis ingleses na sequência da assinatura do Tratado de Methuen[14] com Inglaterra em 1703. Estas condições:

> *"(...) permitem ao Porto ampliar a sua atividade económica como centro exportador da mais importante região vinícola portuguesa, aprofundando o relacionamento que mantinha de alguns séculos com aquele país. Daqui vai resultar o aumento da dimensão e do poder económico da colónia inglesa residente na cidade do Porto."*[15]

12 FERRÃO, Bernardo. Projecto de transformação urbana do Porto na época dos Almadas : 1758-1813 : uma contribuição para o estudo da cidade pombalina. – 3ª edição. Porto: FAUP, 1997, p. 151.

13 Ibidem, p.151-152.

14 O Tratado de Methuen, ou tratado de Panos e Vinhos foi um acordo entre Portugal e Inglaterra vigente entre 1703 e 1836, segundo o qual Portugal abria as suas portas à entrada de produtos têxteis ingleses, por via de uma redução britânica da tributação dos vinhos portugueses.

15 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes. Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. (Ed. Policopiada), p.16.

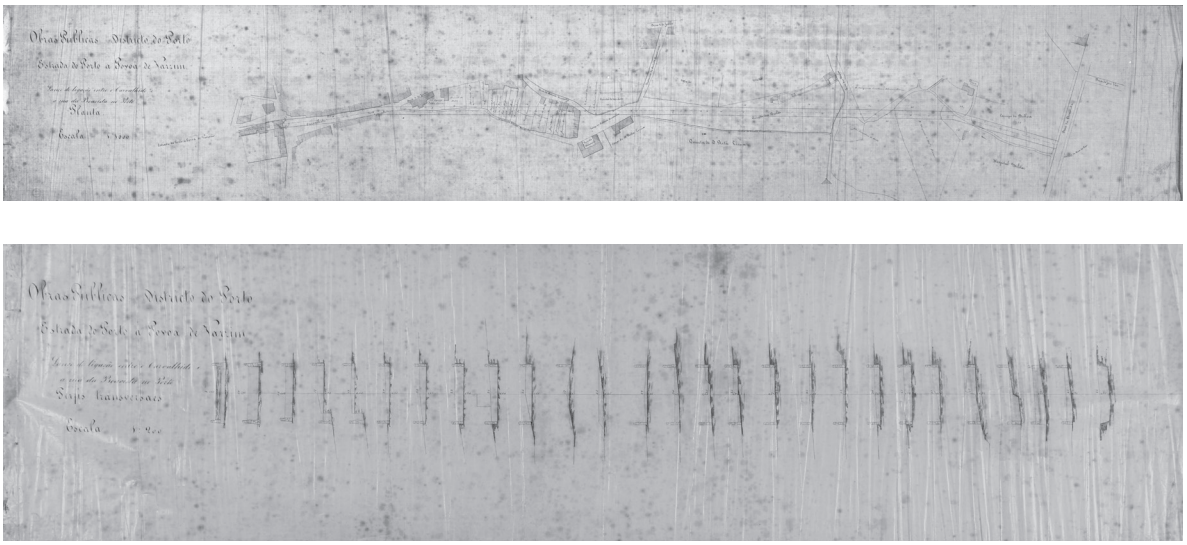


Fig. 2.3: Estrada do Porto à Póvoa de Varzim, lanço de ligação entre o Carvalhido e a Rua da Boavista: planta e perfis transversais. Responsabilidade da Junta de Obras Públicas do Distrito do Porto.

Durante este período, as iniciativas urbanas foram elaboradas pela nobreza eclesiástica diretamente ligada a instituições religiosas e em particular às confrarias. As grandes intervenções realizadas passaram por requalificações barrocas dos espaços urbanos com o objetivo de engrandecer e monumentalizar edifícios religiosos e palácios. Foram intervenções com grande influência dos modelos italianos introduzidos pelo artista italiano Nicolau Nasoni[16] a partir de 1725. Com uma série de grandes obras construídas, a escala da cidade medieval foi-se modificando, como por exemplo com a construção do Paço Episcopal, da Igreja e Torre dos Clérigos (1732-1749) e da Igreja da Ordem Terceira do Carmo (1756), com a remodelação das fachadas da Igreja dos Carmelitas (1754) e da Igreja da Misericórdia (1749) e com a construção de novos palácios urbanos de altos dignatários eclesiásticos - como o Palácio de S. João Novo e a Sede da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco.[17]

Em Lisboa, em 1755, o Terramoto arrasou parte da capital e a necessidade de reconstruir uma parte significativa da cidade levou a que o Marquês de Pombal, figura principal do processo de reconstrução, tirasse partido das graves consequências que advieram do sismo, intervindo não só na cidade como em muitos outros aspetos da vida nacional. Sendo um homem viajado e conhecedor dos ideais iluministas que se estavam a desenvolver em França, desenvolveu por exemplo de uma nova política de limitação económica[18], que impunha restrições ao comércio livre através da criação de regulamentação de empréstimos a juros, e foi responsável pela criação de grandes companhias como a Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro (estabelecida em 1756). Contudo, a criação desta companhia não foi do agrado da população, o que desencadeou no ano seguinte um motim popular, bastante violento, que acabou por ser contido pelos militares comandados por João de Almada e Melo, primo direito do Marquês de Pombal. João de Almada foi nomeado responsável do processo de transformação urbana da cidade do Porto e tornou-se um importante impulsionador da ação pombalina no norte.[19]

Em meados do século XVIII, o contexto social da cidade tinha-se alterado, a população tinha aumentado significativamente, existia uma nova burguesia e também um elevado número de estrangeiros. Por este motivo, as autoridades locais solicitam o apoio da Coroa para a aplicação e controlo das atividades urbanísticas. É neste contexto social que mais uma vez, sob a alçada de Marquês de Pombal, João de Almada funda a Junta de Obras Públicas, JOP, em 1763, organismo encarregue de pôr em prática os novos programas urbanísticos, tendo como suporte financeiro os rendimentos vindos da referida Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro.[20]

16 Nicolau Nasoni (1691-1773), foi um artista, decorador e arquiteto italiano que desenvolveu grande parte da sua obra em Portugal, os seus trabalhos decorreram essencialmente na cidade do Porto.

17 FERRÃO, Bernardo. Projecto de transformação urbana do Porto na época dos Almadas : 1758-1813 : uma contribuição para o estudo da cidade pombalina. – 3ª edição. Porto: FAUP, 1997, p. 157.

18 Ibidem, p. 186

19 Ibidem, p. 188

20 Ibidem, p. 190-192.

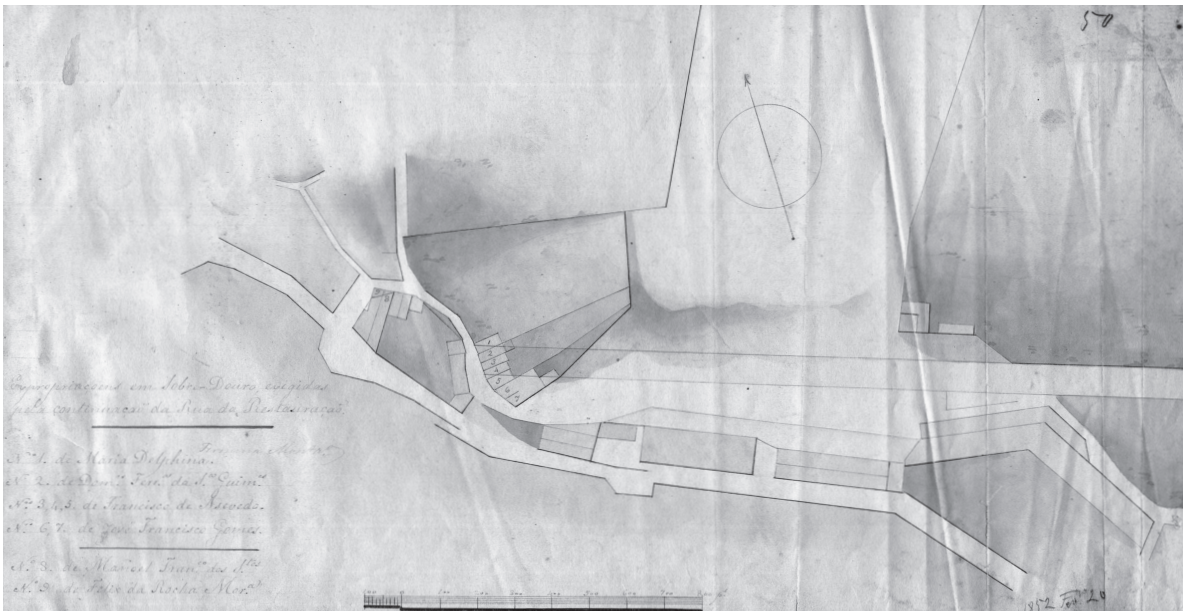


Fig. 2.4: Planta do projeto de continuação da Rua da Restauração, com a identificação das propriedades a expropriar pela Junta de Obras Públicas.

Inicialmente, as orientações e ações da JOP desenvolveram-se por uma prática empírica[21], baseada no conhecimento adquirido até à altura, tanto na definição do eixo inicial de urbanização da cidade, como na reestruturação do núcleo medieval existente. A comprovar este modo de intervir empírico está o facto de não existir nenhum plano ou projeto de desenho de conjunto. Contudo, pensa-se que a obra do arquitecto portuense José de Figueiredo Seixas - Tratado de Ruação para emenda das Ruas das cidades, vilas e aldeias de reyno (...), publicado em 1760, possa ter influenciado a atuação da Junta de Obras Públicas[22] nomeadamente no que diz respeito à restruturação do núcleo urbano. Entretanto proprietários de terrenos exteriores à muralha, começaram a apresentar alguma resistência face à nova regulamentação imposta, pelo que a JOP recorreu à legislação promulgada para Lisboa em 1758 pelo Marquês de Pombal, "(...) com a qual inicia uma política de expropriações, baseada num novo conceito de interesse público - o "Bem Comum"."[23]

Iniciada em 1763, a atuação da JOP, tanto dentro como fora das muralhas, assentava em dois objetivos gerais: promover a adequação funcional dos espaços de circulação e controlar a qualidade estética dos novos edifícios. A primeira ação promovida foi a definição de um novo eixo viário de articulação norte - sul, unindo a Praça de Santo Ovídio com a Praça da Ribeira, aproveitando parcialmente o traçado existente da Rua das Flores e complementando-o com a abertura da Rua de S. João e da Rua do Almada.

Simultaneamente, promoveram-se medidas de higienização e de reconversão do tecido urbano através da regularização das principais vias de saída existentes (Rua de Santo Ildefonso e Rua de Cedofeita) e da abertura de novas ruas com a direção norte - sul (Rua de Santa Catarina) e este - oeste (Rua de Santo António, Rua dos Clérigo e Rua Formosa).

> *"Na nova estrutura viária, a edificação obedece à definição prévia de um parcelamento regular e à utilização de princípios de sistematização modular da composição das fachadas, existindo todavia excepções a esta regra, como é exemplo a Rua de São João. O desenho dos alçados desta rua adapta a parcialização existente a um projecto geral de fachadas, bem ao gosto neoclássico inglês, simulando uma edificação palaciana. Contudo, os estudos de conjuntos de fachadas realizados adoptam princípios de regularidade que conservam as características da casa tradicional de loteamento estreito."*[24]

21 FERRÃO, Bernardo. Projecto de transformação urbana do Porto na época dos Almadas : 1758-1813 : uma contribuição para o estudo da cidade pombalina. – 3ª edição. Porto: FAUP, 1997

22 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes. Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. (Ed. Policopiada), p.17.

23 Ibidem, p.17.

24 Ibidem, p.17.



Fig. 2.5: Gravura Vue de la Vile et du Port do Porto de 1817 de H. L. Eveque

Ainda durante o período de gestão de João de Almada iniciou-se a construção de importantes e monumentais edifícios públicos, como o novo Tribunal e Cadeia da Relação (1767)[25] e o Hospital da Misericórdia / Hospital de Santo António (1770)[26], determinantes para a renovação da cidade.[27]

A cidade do Porto, no período Almadino, tornou-se num importante interposto comercial, ali chegavam excedentes do norte do país, o que permitia abastecer a região e negociar vinho e outras mercadorias com outros países, como Inglaterra ou Brasil, por via marítima.[28]

Na segunda metade do século XVIII a população de país continua a aumentar e o Porto acompanha essa evolução. A cidade duplica o seu número de habitantes entre 1732 e 1781[29] e, assim como a população, também o número de construções cresce. Porém, o ritmo de crescimento não aconteceu de forma uniforme nas diferentes áreas da cidade, na Freguesia de Cedofeita (zona localizada fora de muralhas) o crescimento aconteceu na ordem dos 250% [30], enquanto que na Freguesia da Vitória (zona incluída dentro da muralha) o crescimento foi cinco vezes menor.[31]

O final do século XVIII foi marcado mais uma vez por uma nova conjuntura política, com novas prioridades em relação à defesa do reino, o que se refletiu nos investimentos públicos, que passaram a centrar-se em infraestruturas militares, portuárias e de transporte, tanto terrestre como fluvial. A nova orientação determinou também a redução e interrupção de muitas obras iniciadas e comprometeu o programa pensado para dar uma nova imagem à cidade do Porto.[32]

O século XIX

No início do século XIX parte da cidade ainda se encontrava amuralhada, mas o desenvolvimento urbano já há muito tempo tinha ultrapassado a linha dos muros, expandindo-se ao longo das principais vias de acesso para o "mundo rural", onde continuavam a existir grandes quintas a rodear a cidade, realçando o contraste entre ruralidade e urbanidade.

A densificação e expansão da cidade durante este período seguiu os eixos já apontados no século anterior. Processo que se realizou à custa do alinhamento de antigos caminhos e do loteamento das quintas existentes,

25 RAMOS, Luís A. de Oliveira. História do Porto, Porto Editora, Porto, 1994, p.658.
26 Ibidem.
27 NONELL, Anni Günter, TAVARES, Rui, in Atlas histórico de ciudades europeas, Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, Salvat Editores, Barcelona, 1994.
28 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes. Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. (Ed. Policopiada), p.18.
29 COSTA, Agostinho Rebelo da, Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto, 2ª ed., incluí carta de Tomás de Modessan e algumas palavras prévias de Artur de Magalhães Basto, Livraria Progredior, Porto, 1945, p. 47.
30 Área da cidade onde se desenvolverá, no início do século XIX, a urbanização que integra as ruas em estudo neste trabalho.
31 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes. *D*escrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. (Ed. Policopiada), p.18.
32 Ibidem, p.18.

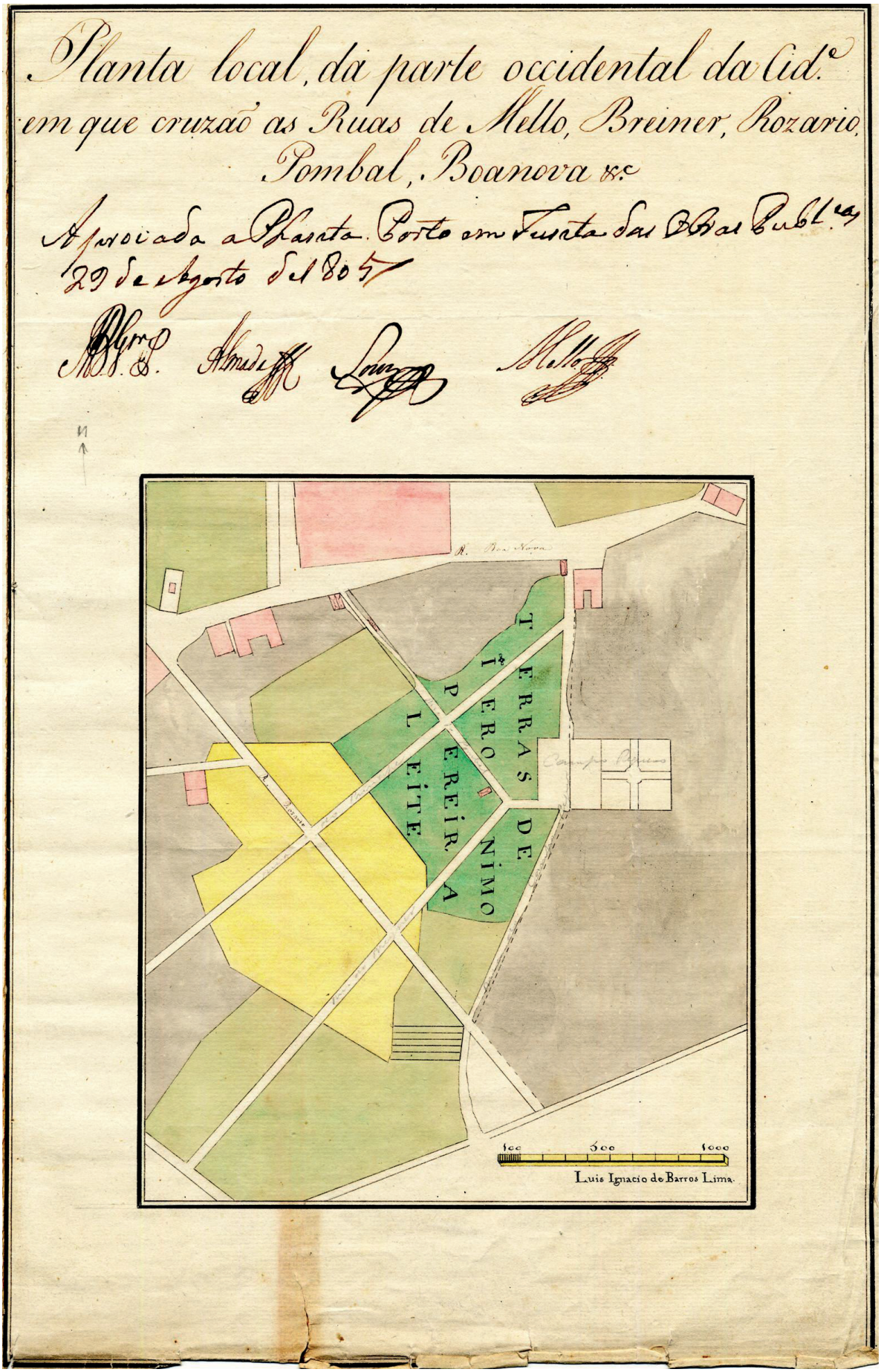


Fig. 2.6: "Planta local da parte ocidental da cidade em que cruzam as ruas de Melo, Breyner, Rosário, Pombal, Boa Nova", aprovada pela JOP em 1805

sobretudo na área oriental da cidade.[33]

As primeiras décadas do século XIX são marcadas por alguma estagnação no desenvolvimento urbano do Porto, em consequência do clima de crise económica, indefinição política e forte agitação social provocado pelas invasões francesas (e espanholas) que se estenderam até 1814, pondo em causa o decorrer do processo urbanístico, de inspiração iluminista, iniciado pelos Almadas no século anterior.[34]

Apesar da relativa estagnação que se vivia neste período na cidade do Porto, foi aprovada pela Junta de Obras Públicas, em 1805, a planta de urbanização "(...) da zona entre a Rua dos Quartéis e a Rua da Torrinha, elaborada por Luís Inácio de Barros Lima (...)"[35]. Nesta planta é desenhado o traçado das ruas em estudo: a Rua do Rosário e a Rua do Príncipe (atual Rua de Miguel Bombarda), que integram a área da cidade "em que cruzam as ruas de Melo, Breyner, Rosário, Pombal, Boa Nova".

Em 1820 iniciou-se a Revolução Liberal na cidade do Porto instaurando no país uma Monarquia Constitucional, que por sua vez desencadeou uma devastadora guerra civil entre absolutistas e liberais (entre 1828 e 1834). Este período de desordem ficou marcado pelo longo cerco à cidade do Porto, entre 1832 e 1833, que não só desencadeou um surto de cólera como terminou num violento bombardeamento causando inúmeros danos no edificado da cidade. Por outro lado o clima de grande instabilidade vivido conduziu a uma estagnação do crescimento demográfico na primeira metade do século XIX.[36]

Na segunda metade do século, esta tendência inverteu-se, essencialmente devido ao acelerado processo de industrialização da cidade.

> *"(...) A cidade tem cerca de 20.000 habitantes em 1732, 43.000 em 1801 e 55.000 em 1838. Mas, em 1864, quando é feito o primeiro recenseamento geral, tem já 86.751, logo em 1878 sobe para 105.838 e em 1890 atinge os 138.860."*[37] *É importante notar que este aumento demográfico é marcado por um grande incremento de população operária, que vinha da zona norte do país e que em grande parte se fixou na zona oriental da cidade e na periferia, locais onde também se instalavam as mais importantes indústrias.*

33 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes. Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. (Ed. Policopiada), p.19.

34 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes. Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. (Ed. Policopiada), p.19.

35 **"**Planta local da parte ocidental da cidade em que cruzam as ruas de Melo, Breyner, Rosário, Pombal, Boa Nova", consultada em: gisaweb.cm-porto.pt, PT-CMP-AM/PUB/JOP/1698/149.

36 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes. Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. (Ed. Policopiada), p.19.

37 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes. Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. (Ed. Policopiada), p.19.



Fig. 2.7: Planta da Cidade do Porto, elaborada por Joaquim da Costa Lima, em 1839.

Os acontecimentos que definiram o início deste século na cidade do Porto não bloquearam a reorganização do poder local e a adaptação dos métodos de gestão urbana à nova ordem política e social. Assim durante os anos 20, retomou-se a construção de novas vias da cidade, como a Rua do Bom Retiro (atual Rua Barros Lima), a Rua do Príncipe (atual Rua de Miguel Bombarda) e a Rua dos Bragas."[38]

Entretanto, em 1833, extinguiu-se a Junta de Obras Públicas, e a gestão urbanística da cidade foi repartida entre várias entidades que promoveram ações pontuais, seguindo os seu próprios critérios. A Câmara Municipal do Porto, numa fase inicial, procurou desenvolver uma planificação global da cidade, e para isso elaborou Planta Topográfica da Cidade do Porto, de 1839, de realizada por Joaquim Costa Lima[39]. Nesta planta, é possível identificar "(...) exatamente marcados todos os edifícios, praças públicas e ruas novamente abertas, bem como alguns projetos aprovados pelas autoridades municipais, para maior comodidade de seus habitantes e beleza da mesma cidade."[40] Neste período, a Câmara não possuía autonomia financeira para a concretização total do plano, portanto promoveu medidas reguladoras para a edificação nova, dando continuidade ao projeto de rectificação proposto anteriormente, através da alienação de ruas e caminhos, e construindo também novos equipamentos e espaços públicos.[41]

A burguesia mercantil, fortemente implantada no Porto, enriquecida à custa da aquisição de bens pertencentes ao clero, que anteriormente tinham sido nacionalizados e vendidos em hasta pública, passou a ser representada pela Associação Comercial, fundada em 1833.

A Associação Comercial controlava a vida económica da cidade e foi responsável:

"(...) pela promoção e gestão de algumas ações urbanísticas, das quais se destacam, a urbanização dos terrenos das ordens mendicantes de S. Francisco e de S. Domingos, a construção do Palácio da Bolsa em 1840 (sobre as ruínas do convento de S. Francisco), que desde então será a sua sede e, mais tarde, a construção do Palácio de Cristal em 1864, onde se realiza a primeira Exposição Internacional em Portugal. Estas ações inserem-se num período, final dos anos 30 e anos 40, em que a cidade conhece uma novo impulso urbanístico. A construção dos primeiros mercados públicos, do Bolhão (1837) e do Anjo (1837-1839), vem disciplinar as diversas feiras espalhadas

38 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes. Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. (Ed. Policopiada), p.19-20.

39 Planta da Cidade do Porto de 1839, elaborada pelo Arquiteto Joaquim da Costa Lima

40 gisaweb.cm-porto.pt

41 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes. Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. (Ed. Policopiada), p.20.



Fig. 2.8: Planta com indicação dos prédios a expropriar para abertura da Rua de Mouzinho da Silveira, entre a Praça de São Bento e a Praça de São Roque, e na Rua das Congostas, em 1875.

pela cidade e o abastecimento de bens. Esta política prolongar-se-á até à construção do Mercado Ferreira Borges (1888), que se tornará num dos mais notáveis exemplos da "arquitetura do ferro". A abertura das Ruas de Ferreira Borges, de Camões, da Constituição, de Gonçalo Cristóvão, etc. dá continuidade à política da Câmara de rectificação e alienação de ruas e caminhos. A inauguração do Jardim de S. Lázaro (1834) e mais tarde dos jardins do Palácio de Cristal (1865) e da Cordoaria (1866) enquadra-se também numa política camarária de ajardinamento de espaços públicos, não muito longe das alamedas do século passado, mas, ao contrário destas, bem inseridos na malha urbana. A construção da Ponte Pênsil (1843), que vai estabilizar a ligação entre as duas margens e facilitar a comunicação com Lisboa, inicia uma profunda remodelação da zona ribeirinha que se estende à reforma e ampliação do cais fluvial com a construção da Nova Alfândega (1861) e elhoria dos respectivos acessos."[42]

Em 1836, as freguesias de Lordelo e os concelhos da Foz e Campanhã passaram a fazer parte da cidade, e no ano seguinte juntou-se também a freguesia de Paranhos. Dois anos após a anexação, em 1838, continuavam a ser feitos ajustes nos limites das freguesias do Porto e, apenas em 1841, foi criada a nova freguesia do Bonfim. Na segunda metade do século XIX o Ministério das Obras Públicas, constituído no ano de 1852, fomentou uma política de desenvolvimento global do país, que se traduziu na promoção de vias de comunicação e circulação (tanto por via terrestre, como marítima), o que favoreceu a mecanização da indústria em ascensão e o aparecimento de outras atividades económicas.[43]

A par com as medidas tomadas inseridas na política de desenvolvimento global do país, na cidade do Porto:

"(...) são abertas as Ruas de Mouzinho da Silveira e Nova da Alfândega, melhorando as comunicações com os portos fluviais. Do lado oposto, é retomada a abertura da Avenida da Boa Vista até Matosinhos, estruturando a expansão da cidade para oeste e reforçando a sua relação com o mar. A necessidade de criar ligações mais fáceis do Entre Douro e Minho com o Centro e Sul do país e de estreitar as relações entre as duas margens leva à construção da primeira ponte de caminho de ferro, D. Maria (1877) e à elaboração de vários estudos para a construção de uma outra ponte que ligasse, à cota alta e à cota baixa, Gaia ao Porto. Por outro lado, a intenção de melhorar o escoamento de produtos pela via fluvial e marítima, através da reforma da barra do Douro, cujo assoreamento se torna inexorável, leva à dinamização do Porto de Matosinhos (1864 - 1892), que

42 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes. Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. (Ed. Policopiada), p.20.

43 Ibidem, p.21.

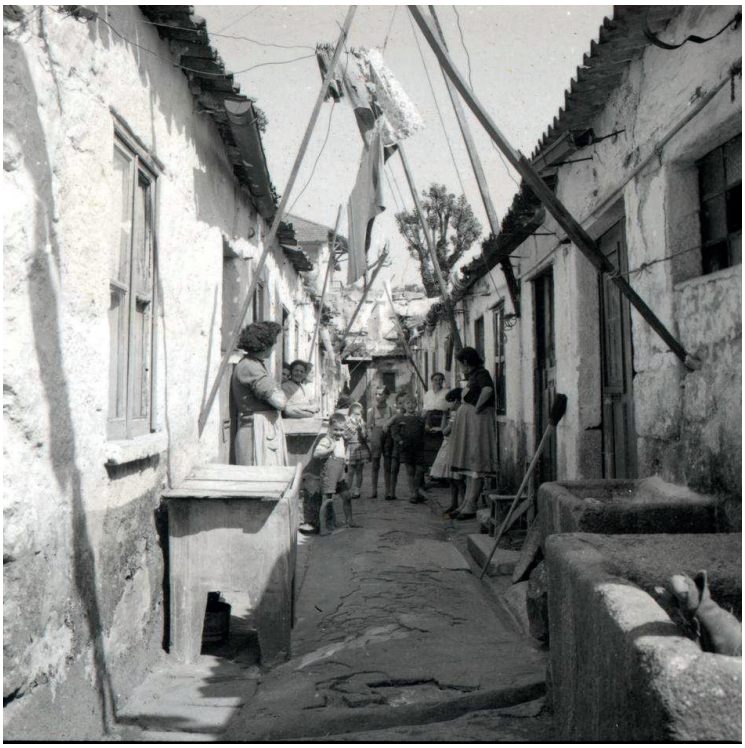




Fig. 2.9: Fotografias de "ilhas" na cidade do Porto. Seleção de fotografias incluídas no Relatório e Contas de Gerência referentes a 1960. Porto: Câmara Municipal

originará mais tarde a construção do Porto comercial de Leixões (1908). A partir de 1872, inicia-se a implementação da rede de transportes públicos, com o americano e o eléctrico, aproximando o centro da cidade dos seus subúrbios. Esta iniciativa será complementada em 1875 e 1877 com as ligações ferroviárias de articulação regional."[44]

Devido ao rápido desenvolvimento industrial do Porto, acompanhado de um forte desenvolvimento demográfico, surgiu uma nova estrutura habitacional - as *ilhas* - inseridas no logradouro das casas burguesas eram formadas por pequenas habitações dispostas ao longo de um corredor exterior. Estas estruturas precárias pretendiam responder à elevada procura de habitação, pertenciam geralmente à pequena e média burguesia comercial, que desta forma acabava por tonar os seus terrenos mais rentáveis.[45]

O elevado crescimento económico da cidade do Porto e o surgimento de uma nova classe social capitalista, originada por uma grande concentração de novas indústrias e comércio, tornou necessário, mais uma vez, encontrar novas políticas de gestão urbana, como o Plano de Melhoramentos de 1864. Para a elaboração do plano foi necessário realizar levantamentos cartográficos rigorosos. Os levantamentos tiveram início na década de 70 e só terminaram em 1892 com a publicação do primeiro plano rigoroso da cidade do Porto. O plano apresentou propostas para a reformulação do tecido urbano e para os problemas de circulação, abastecimento e higiene urbana.[46]

Em síntese, o final do século XIX, foi marcado não só pelos novos planos urbanos para a cidade, como também pela expansão e melhoria das redes de água, saneamento e transportes, todos eles fatores que contribuíram para o crescimento e desenvolvimento global da cidade.[47]

"O século XIX constituir-se-á um período de transição e rotura entre o mundo antigo, perene, assente nos valores da tradição e da história, e o mundo moderno, da ciência e da máquina, que no início faz tábua rasa destes valores."[48]

44 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes. Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. (Ed. Policopiada), p.21.

45 TEIXEIRA, Manuel C., Habitação popular na cidade oitocentista. As ilhas do Porto, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e JNICT, 1996, p. 206.

46 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes. Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. (Ed. Policopiada), p.22.

47 TEIXEIRA, Manuel C., Habitação popular na cidade oitocentista. As ilhas do Porto, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e JNICT, 1996, p. 207.

48 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes. Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. (Ed. Policopiada), p.41

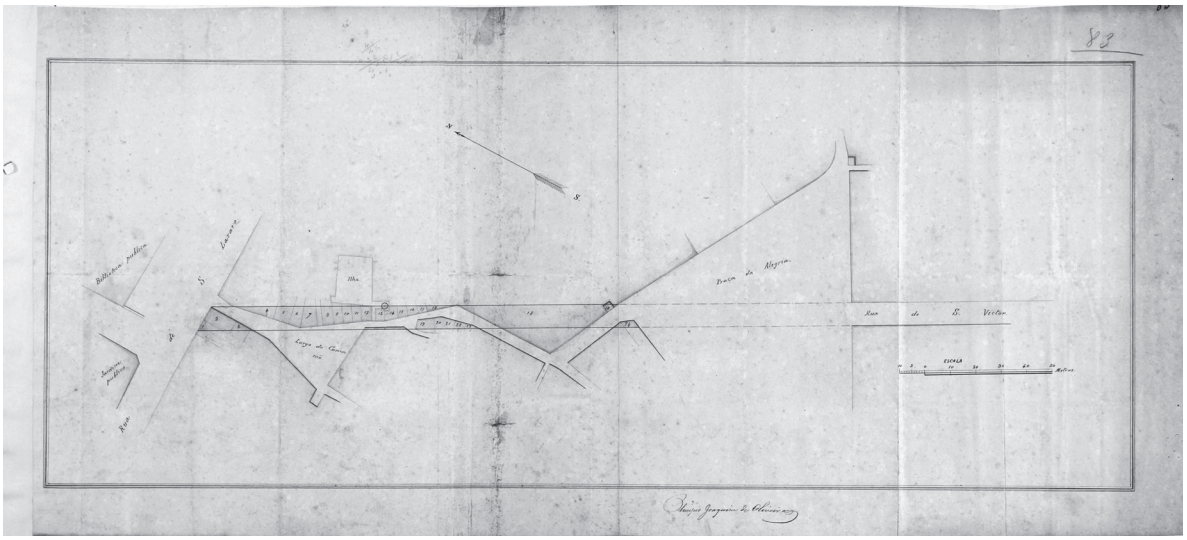


Fig. 2.10: Planta do projeto de continuação da Rua de São Vítor, por Olímpio Joaquim de Oliveira, com a representação dos terrenos a expropriar na Rua de São Dionísio, Largo do Camarão e Jardim de São Lázaro, em 1869. O desenho indica também a localização de uma ilha.

2.2. A Regulamentação como Instrumento de Controlo na Forma de Construir

A legislação poderá ter uma influência real na forma como se constrói, neste sentido o seu estudo contribui para uma melhor compreensão das restrições que se colocam no ato de projetar um edifício. Por outro lado, a consideração da relação entre regulamentação e leis aplicáveis à construção de edifícios e possíveis consequências diretas no edificado implica, em casos e circunstâncias específicas, a confirmação desta interrelação.

Assim, o objetivo deste capítulo prende-se com a necessidade de indagar o papel da regulamentação tanto na evolução do desenho do edificado como também na transformação da imagem e da morfologia da cidade do Porto, num determinado período temporal que, no âmbito do objecto de estudo, se inicia com a promulgação das primeiras leis destinadas à construção depois do acontecimento do Terramoto de 1755, em Lisboa. Com este objectivo inicial, procedeu-se ao levantamento e à verificação dos principais regulamentos de edificação existentes e implementados na cidade Porto ao longo do século XIX e início do século XX, e que se apresentam neste subcapítulo.

Outro dos objetivos propostos para este capítulo passa por apontar acontecimentos pertinentes para a interpretação das alterações que possam ter ocorrido no desenho do edificado, alterações essas que serão analisadas apenas no capítulo seguinte, capítulo 3. Processos de Evolução do Edificado na Rua do Rosário e na Rua Miguel Bombarda.

Como já foi referido no capítulo anterior, um dos momentos importantes na definição de regras e regulamentos na construção, foi o terramoto de 1755. Nesta altura, com a necessidade de reconstruir a cidade de Lisboa, são promulgadas as primeiras leis e formas legais para controlar o processo. As primeiras leis têm a ver sobretudo com a ordem pública, o depósito de salvados[49], a delimitação de propriedade pública e privada, a isenção de taxas comerciais, a tentativa de evitar a exploração da calamidade para o bem pessoal e a limitação de zonas com possibilidade de edificação.[50]

A Lei de 12 de Maio de 1758

A Lei de 12 de Maio de 1758, apesar de não ter implicações efetivas sobre a edificação ou normas construtivas, descreve mecanismos ligados à urbanização, medidas que iriam facilitar a reedificação de Lisboa com maior rapidez e segundo uma linha de continuidade. Esta lei permitia ao estado realizar as obras mesmo quando os proprietários dos edifícios não estavam dispostos a fazê-las, quer por vontade, quer por impossibilidade

49 Salvado - objecto que se consegue salvar de um sinistro ou catástrofe.

50 VALE, Maria Clara de Carvalho Pimenta do. Um alinhamento urbano na construção edificada do Porto : o eixo da Boavista 1927 1999 : contributo para a história da construção em Portugal no século XX. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2012. Tese de Doutoramento. (Ed. Policopiada), p.106-107.

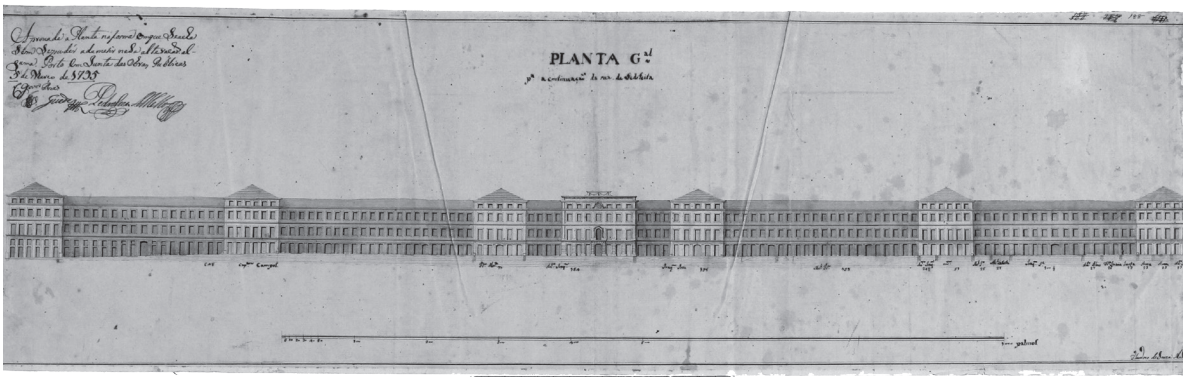


Fig. 2.11: Alçado para um conjunto de edifícios a construir na Rua de Cedofeita, por Teodoro de Sousa Maldonado, aprovado pela Junta das Obras Públicas em 1795-03-05. Indica os nomes dos proprietários dos prédios: capitão Campos, Francisco Moreira, António Joaquim, Joaquim José, Manuel Francisco, Manuel José, Manuel da Costa, António Alves, etc.

económica. A Câmara neste momento procedia à expropriação desses terrenos. Este mecanismo de expropriação, previa um sistema de compensações, quanto maior fosse o benefício urbano, maior era a compensação monetária. Esta lei começou a ser aplicada no Porto em 1769, através da alçada a Junta de Obras Públicas.[51]

A Junta de Obras Públicas

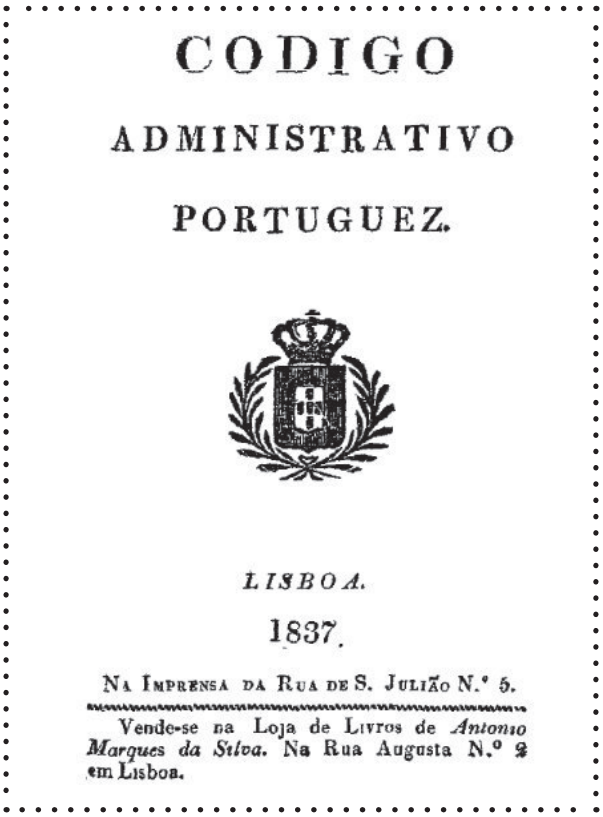
A Junta de Obras Públicas, criada em 1763, teve origem na dificuldade de João de Almada e Melo em implementar reformas urbanísticas na cidade do Porto. A JOP[52], como já foi referido no capítulo 2.1, tinha como objetivo delinear um projeto estratégico de conjunto para o Porto, essencialmente através do desenho de praças, novos eixos de escoamento de tráfego e respetivos eixos de atravessamento, melhor ordenamento da margem do rio Douro, construção de fontes e um mercado, construção de grandes edifícios de carácter público e a criação de normas para o licenciamento das construções particulares. No entanto, com a dificuldade de pôr em prática este plano, o Rei decreta que se possa aplicar a lei de 12 de maio de 1758, prevista inicialmente apenas para a cidade de Lisboa, para que também no Porto se pudessem utilizar os mecanismos de expropriação previstos, em função de um interesse público. [53]

É importante referir que foi a JOP que introduziu o primeiro sistema de licenciamento de obras particulares na cidade do Porto. As primeiras normas impostas eram essencialmente princípios gerais para a composição de fachadas, baseados numa regularidade tipológica de inspiração neoclássica, isto porque a maior preocupação era sempre o espaço público. A Junta dava aos proprietários um conjunto de normas que eles deveriam seguir não só na forma como poderiam executar as suas casas, como também no tipo de relação que o edifício deveria ter com o espaço público.[54]

O Código Administrativo de 1836

Com a chegada do século XIX, o país tentou abandonar o "(...) medievismo para se tornar moderno e organizado."[55] Com as revoluções liberais que vêm agitar o país na segunda década do século XIX, o país começa a pensar de forma diferente. Após a vitória Liberal sucedem-se uma série de reestruturações dos poderes do Estado,

51 Idem, p.109.
52 JOP - Junta de Obras Públicas.
53 VALE, Maria Clara de Carvalho Pimenta do. *Um alinhamento urbano na construção edificada do Porto : o eixo da Boavista 1927 1999 : contributo para a história da construção em Portugal no século XX*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2012. Tese de Doutoramento. (Ed. Policopiada), p.113-114.
54 Idem, p. 114.
55 VALE, Maria Clara de Carvalho Pimenta do. *Um alinhamento urbano na construção edificada do Porto : o eixo da Boavista 1927 1999 : contributo para a história da construção em Portugal no século XX*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2012. Tese de Doutoramento. (Ed. Policopiada), p. 115



CODIGO

ADMINISTRATIVO

PORTUGUEZ.

LISBOA.

1837.

NA IMPRENSA DA RUA DE S. JULIÃO N.° 5.

Vende-se na Loja de Livros de *Antonio Marques da Silva.* Na Rua Augusta N.° 2 em Lisboa.

Fig. 2.12: Código Administrativo aprovado por carta de lei de 31 de dezembro de 1836, publicado apenas em 1837.

descritas no *Código Administrativo de 1836*. Este Código estabelece a divisão administrativa do território e as competências relativas a cada um dos diversos órgãos de poder: legislativo, executivo, judicial e administrativo. No âmbito do nosso estudo, é importante referir que o *Código Administrativo de 1836*, veio trazer mais poder e competências aos municípios. A partir deste momento é da competência do poder local consultar e deliberar sobre todas as necessidades do município, dirigir e fazer executar todas as obras do concelho, manter a limpeza das ruas, formar regulamentos para a boa ordem, mandar demolir edifícios particulares que ameaçam ruína ou desastre, empreender novas obras por conta do concelho ou alterar as que já existem, entre outras.[56] Pouco depois da emissão do *Código Administrativo de 1836*, tanto a Câmara de Lisboa como a do Porto, adotaram legislação própria, através da promulgação de posturas municipais específicas. As posturas, para além de:

> *"(...) regularem outros aspetos do funcionamento da cidade, designadamente hábitos de utilização do espaço e coisa pública, licenças de utilização e funcionamento de atividades, ordem pública, coimas, também (...) começam a regulamentar aspetos da construção de edifícios e da utilização das vias públicas, mormente aqueles que interferem diretamente com a salubridade e segurança das populações."*[57]

O *Código Administrativo* é durante o século XIX constantemente revisto e promulgado (1842, 1878, 1886 e 1896) no sentido de expressar o movimento de regeneração que acontecia no país, após as conquistas adquiridas com o Liberalismo. Estas alterações sistemáticas dão notícia de uma necessidade de modernização nacional.
No caso da cidade do Porto, a partir da segunda metade do século XIX, as fracas condições de habitação das classes mais pobres chamam à atenção para questões como a higiene e a salubridade, temas que até agora não tinham tido destaque na discussão pública.[58] É neste sentido, que uma grande parte das posturas publicadas pela Câmara do Porto, se referem a lixos e limpeza urbana enquanto que outra parte se refere à regulação do trânsito. Uma das posturas publicadas passa pela implementação de uma rede de saneamento público e consequente proibição de fazer ligações de canos para as ruas.
As posturas escritas pretendiam estabelecer regras de funcionamento da cidade a muitos níveis, no entanto apenas algumas têm relação com a construção de edifícios. São essas que representam interesse para o nosso

56 Idem, p.118-120.
57 Idem, p. 172.
58 LAMEIRA, Maria Gisela Antunes. Prédio de rendimento portuense: topologias, tipologias e modelos de habitação plurifamiliar na 1ª metade do século XX. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2017. Tese de Doutoramento. (Ed. Formato Digital), p. 272.



Fig. 2.13: Requerimento para a construção de mais um piso, com a licença de obra nº 71/1886, 11/08/1886, localizado na Rua de Miguel Bombarda, nº113

estudo. Contudo, as posturas publicadas antes de 1855 têm poucos aspetos relativos à edificação.

Código de Posturas Municipais do Porto, 1855

O *Código de Posturas Municipais do Porto* de 1855, representa uma tentativa de sistematização de toda a legislação existente, por parte da Câmara do Porto. Contudo, as preocupações associadas continuam a ser maioritariamente com o bem comum, com a estética do espaço público e das fachadas das construções que o conformam. As condições internas das habitações continuam a ser pouco importantes e permanecem responsabilidade de cada proprietário. Um outro facto importante é que nesta altura, apesar do sistema métrico já ter sido implementado em 1852, ainda não se encontrava em efeito, e por isso as unidades utilizadas continuavam a ser os palmos e as braças.[59]

Com o *Código de Posturas Municipais do Porto* de 1855 foram introduzidos novos aspetos em relação à legislação anterior, como o facto de ser proibido lançar água à rua quando na rua existisse um aqueduto público, ou o facto considerar a existência de toldos e empanados[60] nos edifícios (ainda sem legislação específica para a sua construção) agora era obrigatória a existência de canalizações de águas pluviais, de forma a recolher a água da chuva e encaminhá-la para o aqueduto geral. [61]

Código de Posturas Municipais do Porto, 1869

O *Código de Posturas Municipais do Porto*, publicado em 1869 (já contemplava o novo sistema métrico de 1852) incorporava leis nacionais relativas aos limites altimétricos das edificações. Pelas posturas municipais do Porto de 1869, passaram a aplicar-se à cidade invicta as normas que são estabelecidas anteriormente para Lisboa, ao abrigo do Plano Geral de Melhoramentos das Cidades e Vilas do Reino de 1864. O licenciamento municipal passou a aplicar-se a todas as construções até seis metros de afastamento da via pública, o que excluía tudo o que estivesse para além desse limite, o que permitiu o crescimento das "ilhas", que eram construídas nos logradouros dos edifícios existentes e grande parte das vezes estavam bem mais afastadas da rua.[62]

No artigo 35º, do *Código de Posturas Municipais* de 1869, aparece descrita a altura máxima que os edifícios deveriam ter em função da largura da rua onde estavam inseridos:

"Artigo 35º Nos projetos que se fizerem para execução do plano […] se atenderá o seguinte: […] 7º

59 CMPORTO. Codigo de Posturas Municipaes do Porto. Porto: Typographia da Revista, 1855.
60 Empanado - Caixilho de janela tapado com pano, papel ou estore.
61 VALE, Maria Clara de Carvalho Pimenta do. *Um alinhamento urbano na construção edificada do Porto : o eixo da Boavista 1927 1999 : contributo para a história da construção em Portugal no século XX*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2012. Tese de Doutoramento. (Ed. Policopiada), p.178 - 179.
62 Idem, p.179.





Fig. 2.14: Requerimento para a construção de dois um pisos, com a licença de obra nº 40/1889, 19/01/1889, localizado na Rua do Rosário, nº30-40.
Fig. 2.15: Edifício correspondente ao nº de polícia 30-40, da Rua do Rosário, no estado atual, ainda mantém o revestimento em azulejo.

à altura das edificações determinada pela largura das ruas, observando as seguintes regras:

1ª Quando a largura das ruas for menor de 7 metros, a altura dos edifícios não será superior a 8 metros;

2ª Quando a largura das ruas for de 7 metros a 10 metros exclusivamente, a altura não será superior a 12 metros;

3ª Quando a largura das ruas for de 10 metros a 18 metros, a altura não será superior a 16 metros;

4ª Quando a largura das ruas for maior de 18 metros, a altura não excederá 19 metros;

5ª Quando os edifícios tiverem fachadas sobre duas ruas, que se cruzem com diferentes larguras, a altura será determinada pela de maior largura;

6ª Quando os edifícios tiverem fachadas sobre duas ruas abertas proximamente na mesma direção, mas com grande diferença de nível, a altura será determinada por decisões especiais do governo;

7ª Quando os edifícios forem construídos fora dos alinhamentos das ruas públicas em pátios ou jardins interiores, a sua altura não excederá os 15 metros, excepto se o governo autorizar maior elevação." (Portugal, 1864-12-31).[63]

Código de Posturas do Município do Porto, 1889

O *Código de Posturas do Município do Porto*, promulgado em 1889, não difere muito dos anteriores códigos publicados duas décadas antes. No entanto, é nesta altura que surge a inclusão de um capítulo referente à limpeza e manutenção dos edifícios:

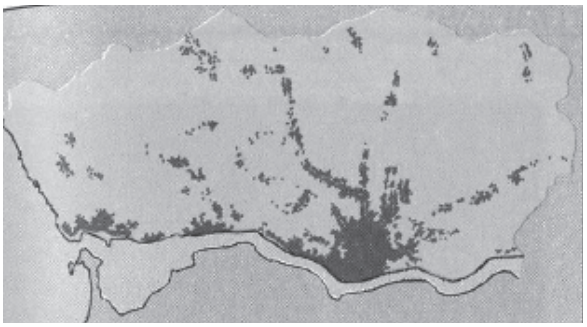
"(...) as frontarias de todos os prédios, bem como as paredes ou muros, que não forem forrados de azuleijos, mármores ou mosaicos, serão rebocados, caiados ou pintados de 6 em 6 anos, e na mesma ocasião lavadas as cantarias respetivas (...)" (CMPorto, 1889)[64]*.*

A lei tinha como principal objetivo, mais uma vez, promover o bem público, por isso todos os proprietários com edifícios junto à rua deveriam manter a fachada principal em boas condições. Este artigo esteve em vigor entre 1889 e 1905, e eventualmente terá tido uma grande importância na forra de alguns edifícios com azulejos, para assim evitarem a pintura a cada seis anos.[65]

63 CMPORTO. Codigo de Posturas Municipaes do Porto. Approvado por Accordão do Conselho de Districto de 4 de Março de 1869. Porto: Imprensa Portugueza, 1869.

64 CMPORTO. Codigo de Posturas do Municipio do Porto: Approvado por sessão da Camara Municipal de 25 de janeiro de 1889. Porto: Typographia de A. J. da Silva Teixeira, 1889.

65 VALE, Maria Clara de Carvalho Pimenta do. *Um alinhamento urbano na construção edificada do Porto : o eixo da Boavista 1927 1999 : contributo para a história da construção em Portugal no século XX.* Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto,



1812



1892



1930



1961

Fig. 2.16: Progressão da mancha do edificado portuense: 1812, 1892, 1930 e 1961

Código de Posturas do Município do Porto, 1905

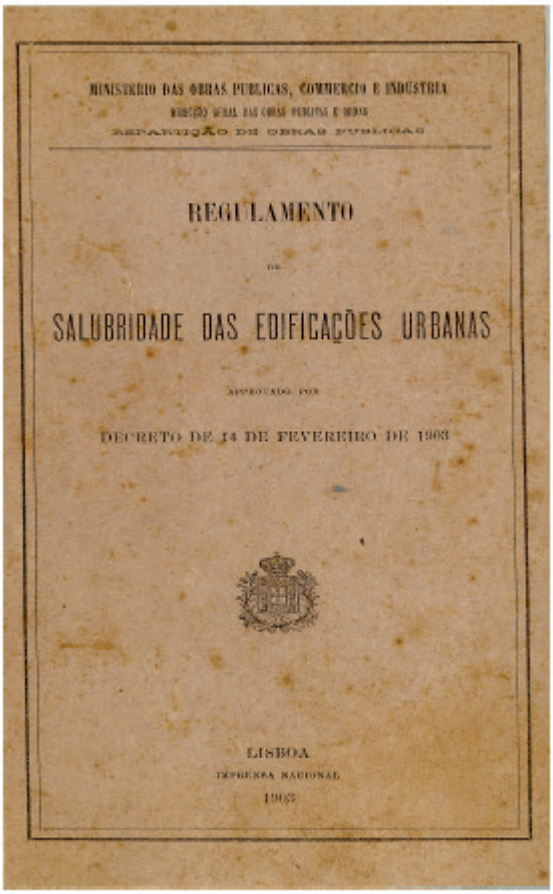
Com o final do século XIX, vem também um clima bastante conturbado do ponto de vista político, social e económico. Se até este momento se vivia um clima de grande desenvolvimento económico a implantação da República trouxe consigo o oposto. Um clima de instabilidade e um sentimento de medo instalou-se no país e na população em geral. Pouco antes, em 1905, a Câmara Municipal do Porto promulgou o *Código de Posturas do Município do Porto*. Este código foi publicado no seguimento da promulgação do *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas* (RSEU), em 1903. O RSEU descrevia uma série de preocupações relacionadas com a salubridade e higiene urbanas, no entanto deixava de parte os temas da segurança das construções ou a estética urbana. Assim, as cidade de Lisboa e Porto aprovaram algumas posturas municipais e regulamentos intermédios, que tinham como objetivo especificar e adaptar a regulamentação geral às especifidades locais.[66]
O *Código de Posturas do Município do Porto* de 1905, pode caracterizar-se mais como um manual de procedimentos relativamente ao licenciamento, do que como um conjunto de prescrições sanitárias ou higienistas. O regulamento espelhou a maior complexidade de situações económicas, sociais e do próprio espaço urbano. Um exemplo disso é a questão da regulamentação dos alpendres e coberturas sobre o espaço público, que surge ligada não só à dinamização comercial, com o facto de nesta altura se tornar comum o hábito de "ver as montras", como também com a intenção de melhorar o conforto do acesso às habitações confinantes com a rua. A regulamentação dos corpos salientes é nos descrita no artigo 79º, do *Código de Posturas do Município do Porto.* [67]

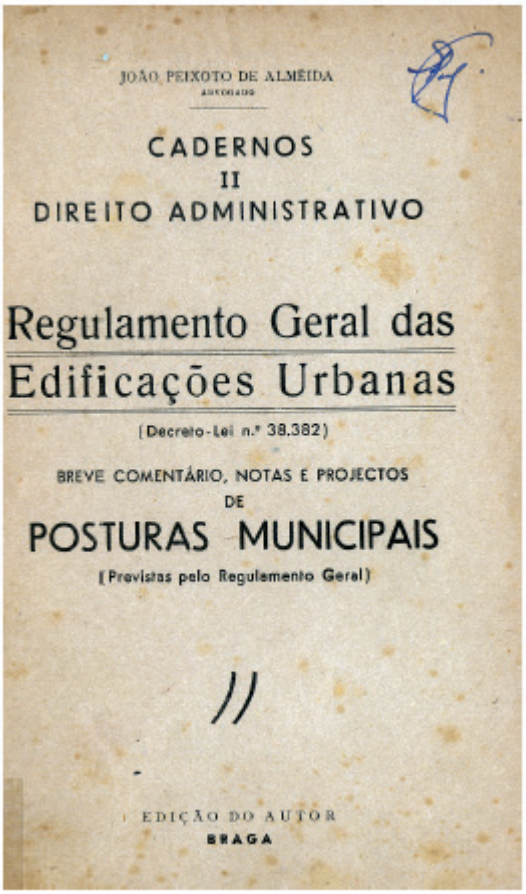
> *"Artigo 79º: Tanto nas antigas edificações como nas que de futuro se fizerem, são proibidas nos andares térreos as portas, janelas, balcões ou mostradores que abrirem para fora, e bem assim os sobrecéus ou coberturas sobre portas, e as grades salientes, sob a pena de 2$000 reis, e de se mandarem tirar à custa do proprietário.*
>
> *1º Poderá porém ser permitida a colocação de alpendres na frente de edifícios situados em praças ou ruas, que não tenham largura inferior a 10 metros e onde haja passeios laterais, com a cláusula de que estes alpendres não restringirão de forma alguma o livre uso público dos terrenos por eles cobertos.*

2012. Tese de Doutoramento. (Ed. Policopiada), p.180.

66 GONÇALVES, Eliseu Manuel Vieira. PBairros de habitação popular no Porto, 1899-1933 : a prática de uma arquitectura económica, saudável e cómoda nas vésperas do Moderno. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2014. Tese de Doutoramento. (Ed. Formato Digital), p. 273.

67 VALE, Maria Clara de Carvalho Pimenta do. *Um alinhamento urbano na construção edificada do Porto : o eixo da Boavista 1927 1999 : contributo para a história da construção em Portugal no século XX*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2012. Tese de Doutoramento. (Ed. Policopiada), p.181-182.





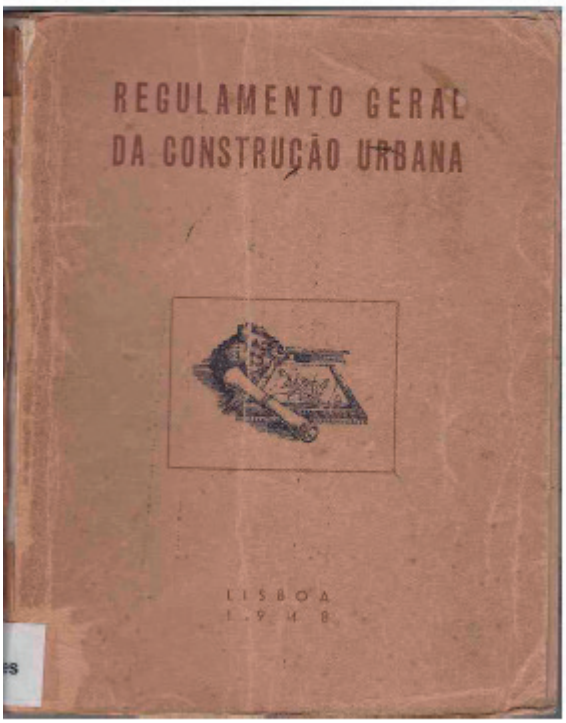




Fig. 2.17: Principais regulamentos de carácter geral em vigor em Portugal na 1ª metade do séc. XX

2º Nenhum alpendre pode ser colocado, sem que o seu projecto haja sido previamente aprovado pela câmara e sem que por esta seja concedida a competente licença mediante a taxa anual, que for fixada. (...)" (CMPorto, 1905)[68].

Postura sobre Obras Particulares na Cidade, 1924

Mais tarde, em 1924, são publicadas uma série de posturas especificamente sobre obras particulares, desta forma separou-se a construção de edifícios dos restantes assuntos sobre os quais se legislava. Esta separação será mantida daqui em diante, com a publicação de regulamentos exclusivamente aplicados à edificação.
O código de 1924, visa também atualizar e simplificar o processo de licenciamento anterior. Note-se que apenas neste momento as novas construções estão sujeitas a licenciamento[69] e à aplicação de posturas (o RSEU já tinha referido algo similar em 1903, mas a Câmara do Porto deixou esse ponto omisso no código de 1905 e possivelmente teve necessidade de o declarar de forma explícita em 1924).[70] O novo regulamento estabelece todos os elementos que devem ser instruídos num processo de licenciamento:

"(...)1. requerimento, 2. termo de responsabilidade por técnico habilitado, 3. planta topográfica do terreno, 4. planta dos diversos andares incluindo as canalizações e telhados, 5. cortes transversais e longitudinais incluindo escadas, madeiramentos e canalizações, 6. alçados principais, posteriores e laterias da edificação, 7. memória descritiva e justificativa (...), 8. cálculo especificado de todas as partes da construção que projete em betão armado."[71]

Novamente, as questões do embelezamento da rua são abordadas, assim foram formuladas regras para evitar o abandono de habitações em ruínas (descrito no artigo 25º), ou a interrupção de obras, por períodos superiores a doze meses, em edifícios confinantes com a via pública (descrito no artigo 26º).[72]

Regulamento de Obras Particulares, 1929

A partir de 1929, com a publicação do *Regulamento de Obras Particulares* (revisto em 1936), as obras particulares passaram a dividir-se em diversas categorias, a cada categoria correspondia um tipo de licença

68 CMPORTO. Código de Posturas do Município do Porto. Porto: Thypographia e Papelaria Rebello, 1905.
69 Até aqui apenas edifícios que distavam até 6 ou 5 metros do limite rua estavam sujeitos a licenciamento camarário.
70 VALE, Maria Clara de Carvalho Pimenta do. *Um alinhamento urbano na construção edificada do Porto : o eixo da Boavista 1927 1999 : contributo para a história da construção em Portugal no século XX*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2012. Tese de Doutoramento. (Ed. Policopiada), p.183.
71 Idem, p.274.
72 CMPORTO. Postura sobre obras particulares da cidade Porto 1924.

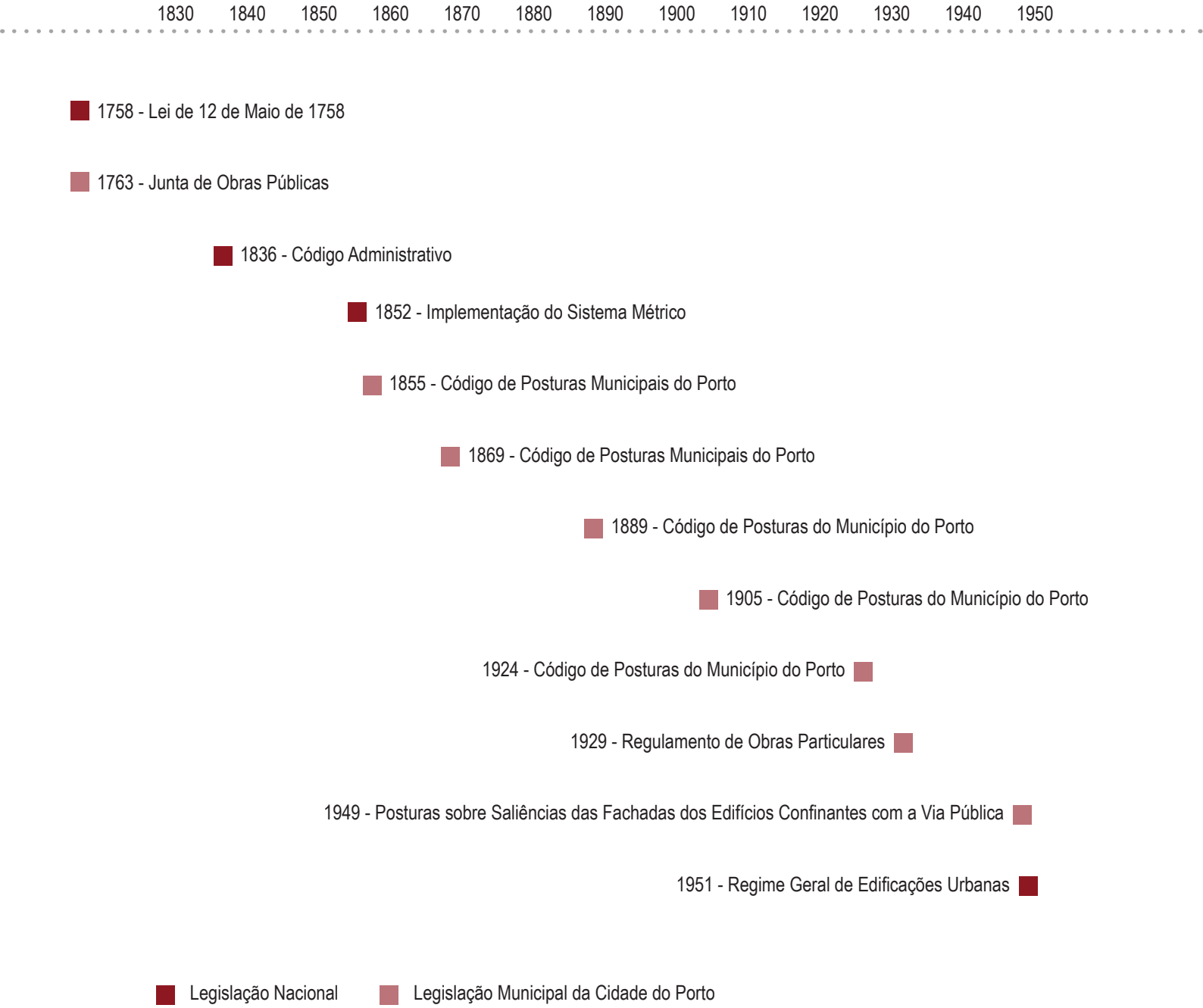


Fig. 2.18: Cronologia de síntese dos principais regulamentos promulgados em Portugal e na cidade do Porto entre 1758 e 1951.

diferente, bem como um processo de instrução com elementos e parâmetros distintos.[73]

Posturas sobre Saliências das Fachadas dos Edifícios Confinantes com a Via Pública, 1949

Nos anos seguintes foram publicadas, pela Câmara do Porto, um conjunto de regras referentes apenas ao desenho de fachada. A primeira publicação exclusivamente sobre este tema, surge em 1949, com o nome *Posturas sobre saliências das fachadas dos edifícios confinantes com a via pública*, regulamento que foi reformulado em 1958 e 1972, altura em que descreve exatamente o que são as "saliências" de fachadas, distinguindo-as em diferentes categorias:

> *"(...) a) Corpo Saliente: saliência formando recinto fechado com prolongamento ou comunicação com o interior do edifício de modo a aumentar a capacidade deste;*
>
> *b) Alpendrado: saliência servindo apenas de cobertura ou de abrigo do que lhe fica subjacente;*
>
> *c) Ornamento: elemento destinado a melhorar as qualidades arquitetónicas e estéticas da fachada;*
>
> *d) Quebra-luz: elemento destinado a reduzir ou melhorar as condições de iluminação do interior do respetivo edifício;*
>
> *e) Varanda: saliência formando balcão no prolongamento de um piso;*
>
> *f) Beiral: saliência que remata uma cobertura;*
>
> *g) Cornija: moldura sobreposta que forma saliência para a parte superior de uma fachada (...)"* (CMPorto, 1972).[74]

Regime Geral de Edificações Urbanas, 1951

Para concluir este capítulo não posso deixar de referir que foi publicado o *Regime Geral de Edificações Urbanas* (RGEU), em 1951, que é ainda hoje o único regulamento que se aplica à construção de edifícios em todos os seus aspetos, ou praticamente todos. O regulamento em vigor agrupa todas as preocupações relativas à qualidade geral dos edifícios, quer a nível de higiene e saúde, quer a nível de segurança contra incêndios, estabilidade, condições mínimas de uso, conforto e segurança em geral, entre outras. Porém, dado que as licenças de obra recolhidas para análise no capítulo seguinte se situam essencialmente no século XIX e no início do século XX, não considero que seja pertinente a descrição deste regulamento bem como de todas as suas revisões parcelares até aos dias de hoje.

73 CMPORTO. Regulamento de Obras Particulares: Aprovado em sessão de 18 de Janeiro de 1929 Porto: Tipografia Mendonça, 1929.

74 CMPORTO. Posturas sobre saliências das fachadas dos edifícios confinantes com a via pública. In: (Ed.). Separata do Boletim Municipal. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1949.



Fig. 3.1: Ensaio dos alçados das ruas do Rosário e de Miguel Bombarda relativos ao ano de 1937
Fig. 3.2: Planta das ruas do Rosário e de Miguel Bombarda relativa ao edificado existente em 1937

3 Processos de Densificação Urbana nas Rua do Rosário e na Rua Miguel Bombarda

3.1. Construção de Perfis Cronológicos

> *"O Porto pertence àquele afortunado grupo de cidade que nasceu da relação privilegiada de um determinado território com a água. São cidades que se construíram com frente de rio, com frente de mar, nuns casos conjugando as várias frentes, noutros limitando-se apenas a uma das situações."*[75]

As cidades com este tipo de ligação com água, de uma forma geral, constroem e garantem desde o início da sua formação um sentido de fachada urbana de conjunto, que com o passar dos anos vai evoluíndo e fazendo transparecer ao observador diferentes leituras do que é a cidade.

Através do estudo das fachadas é possível identificar a continuidade e a rutura das novas construções ou intervenções, por comparação com o edificado existente.

Para isso, e tendo por base a Rua do Rosário e a Rua de Miguel Bombarda, foram realizados doze Ensaios de Perfis para cada uma das ruas, num total de vinte e quatro, com a intenção de perceber a evolução deste conjunto urbano. Para a construção dos perfis recorreu-se à análise e ao redesenho de cartografia da cidade do Porto, relativa aos seis períodos temporais definidos por elas:

- a Planta Redonda da Cidade do Porto, de 1813, realizada por George Balck;
- a Planta Topográfica da Cidade do Porto, de 1839, realizada por Joaquim Costa Lima;
- a Planta da Cidade do Porto, de 1865, realizada por Perry Vidal;
- a Planta Topográfica da Cidade do Porto, de 1892, realizada por Telles Ferreira;
- a Planta Topográfica da Cidade do Porto, de 1937, da Câmara Municipal do Porto;

em comparação com a vista aérea, de 2020, retirada do Google Earth, para o confronto com a atualidade.

75 FERNANDES, Francisco José Barata; FERREIRA, Teresa Sofia Barbot Faria Cunha; PÓVOAS, Rui Humberto Costa de Fernandes, Fórum do Porto - Património, Cidade, Arquitectura, Porto: CEAU-FAUP, 2018., p.25.



3.1.1. Rua do Rosário

A Rua do Rosário surge como eixo alternativo à Rua de Cedofeita, um dos principais eixos norte-sul da cidade do Porto. O desenho da Rua do Rosário é apontado aquando da elaboração da "Planta local da parte ocidental da cidade em que cruzam as ruas de Mello, Breyner, Rosário, Pombal, Boa Nova", realizada por Barros Lima e aprovada pela Junta de Obras Públicas em 1805. A Rua do Rosário tem desde a sua urbanização um caráter bastante habitacional, desta forma foi sendo, ao longo do tempo, pontuada por inúmeros edifícios exclusivamente habitacionais.

Licenças de Obra Consultadas no Arquivo Histórico Municipal do Porto referentes à Rua do Rosário:

licença de obra nº: 194/1886; licença de obra nº: 551/1887; licença de obra nº: 647/1887; licença de obra nº: 40/1889; licença de obra nº: 281/1889; licença de obra nº: 181/1889; licença de obra nº: 323/1889; licença de obra nº: 462/1889; licença de obra nº: 559/1889; licença de obra nº: 611/1889; licença de obra nº: 247/1890; licença de obra nº: 518/1890; licença de obra nº: 462/1890; licença de obra nº: 555/1890; licença de obra nº: 348/1893**;** licença de obra nº: 250/1891; licença de obra nº: 339/1891; licença de obra nº: 406/1891; licença de obra nº: 282/1894; licença de obra nº: 375/1964; licença de obra nº: 261/1918, AHMP.



Ensaio do perfil da Rua do Rosário, números pares



Ensaio do perfil da Rua do Rosário, números ímpares



Fig. 3.3: Planta de localização da Rua do Rosário

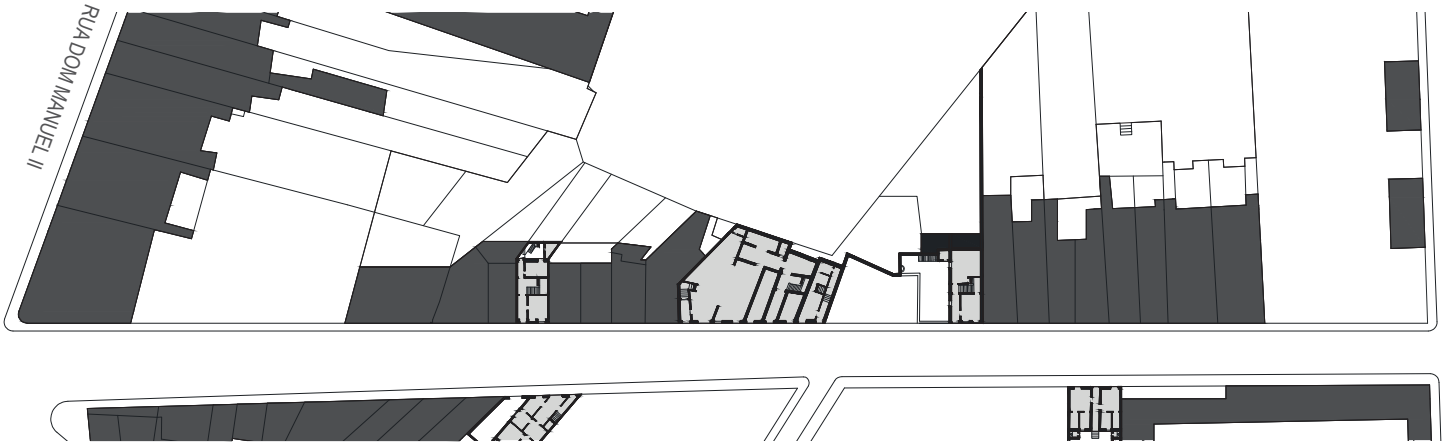


Fig. 3.4: Planta Rua do Rosário de 1813, números ímpares

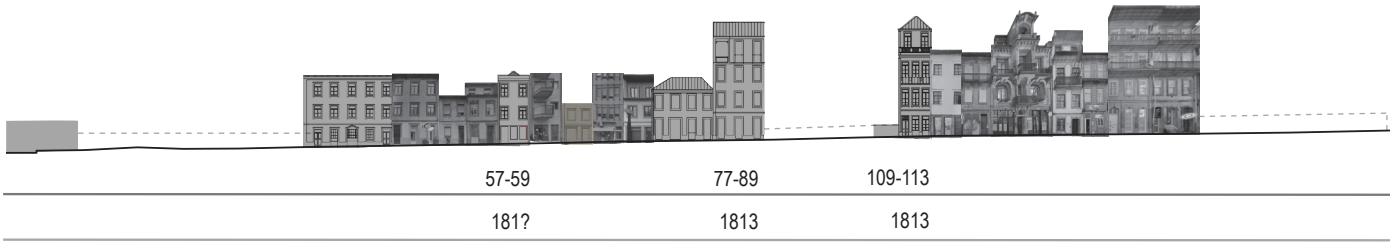


Fig. 3.5: Ensaio do Perfil da Rua do Rosário de 1810-1819, números ímpares

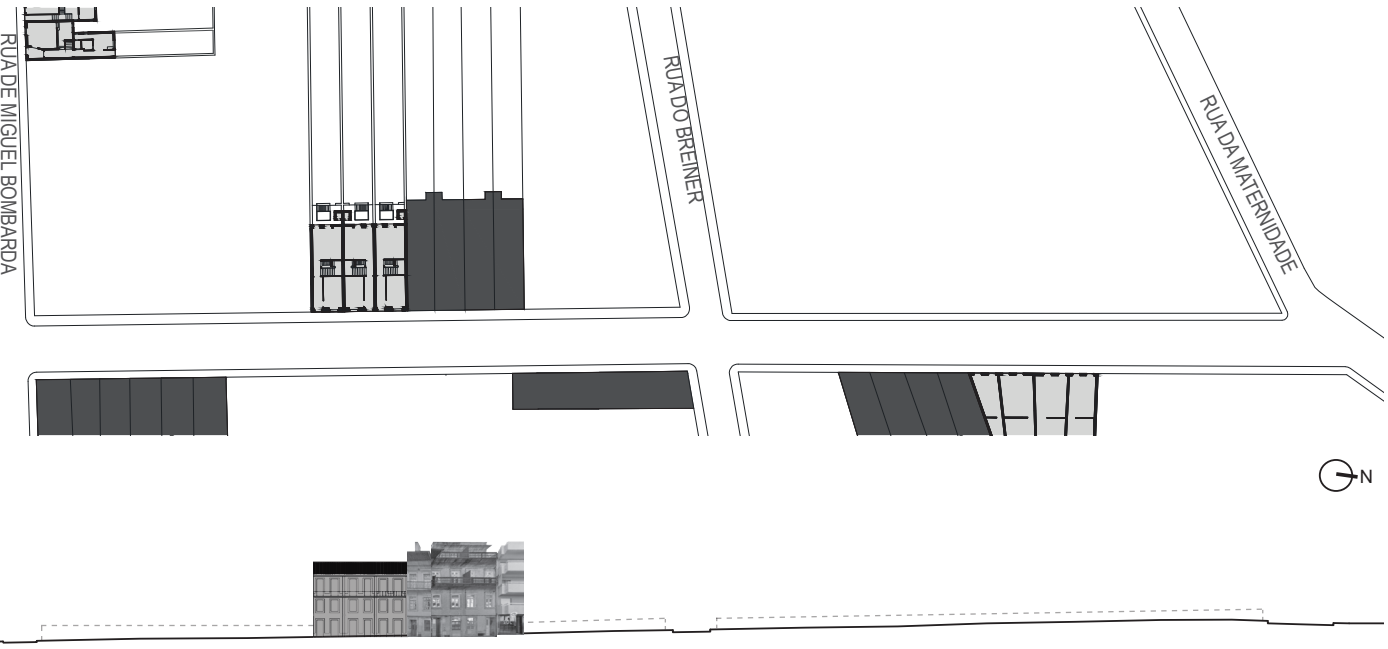
1813 | Rua do Rosário . números de polícia ímpares

Como já foi referido as primeiras décadas do século XIX são marcadas por um clima geral de estagnação. No entanto, a Rua do Rosário à data de 1813 já tinha uma mancha de edificado considerável. Provavelmente terá sido pela sua posição geográfica, a sua orientação norte-sul e ao facto de ser paralela à Rua de Cedofeita, eixo desenvolvido pela Junta de Obras Públicas durante o decorrer do anterior século.

Em 1813, os quarteirões estavam pouco consolidados, e era visível um contraste visual entre o edificado e o vazio, que correspondia muitas vezes a campos agrícolas.

Contudo, apesar de uma grande irregularidade na consolidação dos quarteirões, é visível uma tentativa de uniformização de alçados de conjunto, que possivelmente não surge de nenhum tipo de Postura ou Lei ou até por exigência da Junta de Obras Públicas, mas sim de uma tentativa de redução e optimização de custos, através da rentabilização dos materiais de construção disponíveis.

Os conjuntos habitacionais ocupavam geralmente quatro a seis lotes, no entanto ao longo da rua, o lote *estreito e alto* é o modelo predominante, onde muitas vezes no rés do chão se encontrava uma oficina ou um pequeno comércio. Nos casos dos edifícios de três ou mais pisos, muitas vezes no último piso surge uma varanda recuada, com a mesma largura do edifício, fazendo transparecer uma leitura mais horizontal da rua.



Nº de Polícia	207-217
Data de Licenciamento	1813

Legenda: Limite dos Quarteirões; Construção Existente; Construção Nova; Construção Demolida



Fig. 3.6: Planta de localização do perfil de rua em análise



Fig. 3.7: Planta Redonda da cidade do Porto, 1813, George Balck

nº de lotes edificados	27
nº de construções novas	00
nº de construções demolidas	00

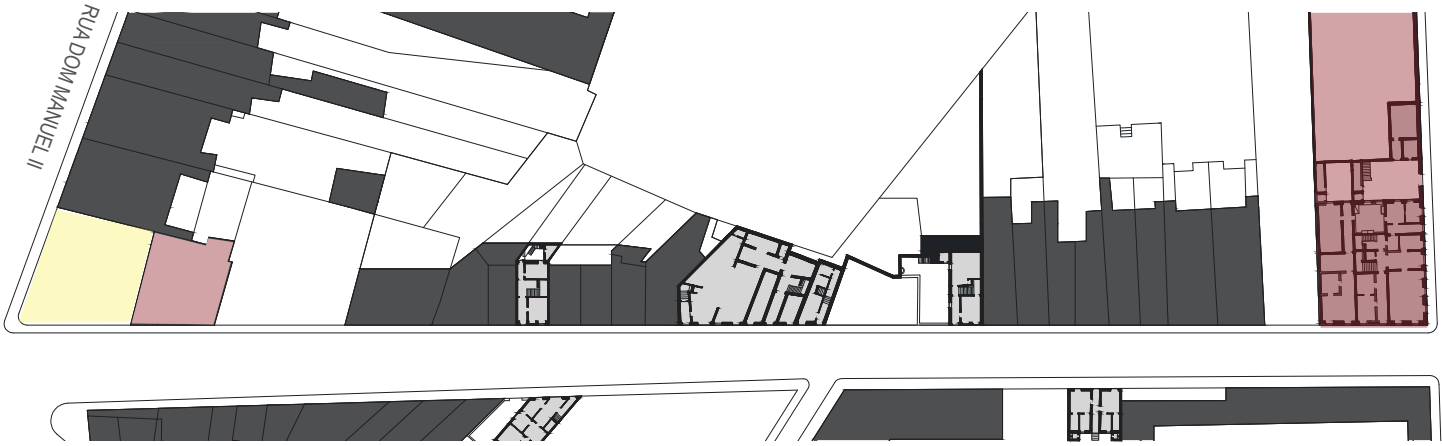


Fig. 3.8: Planta Rua do Rosário de 1839, números ímpares

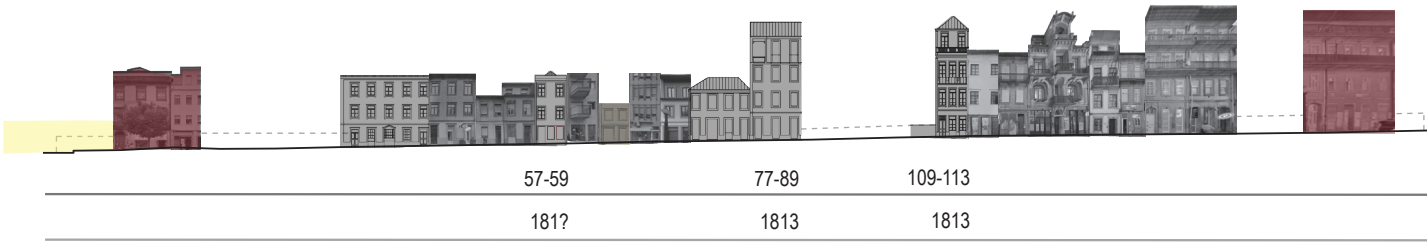


Fig. 3.9: Ensaio do Perfil da Rua do Rosário de 1830-1839, números ímpares

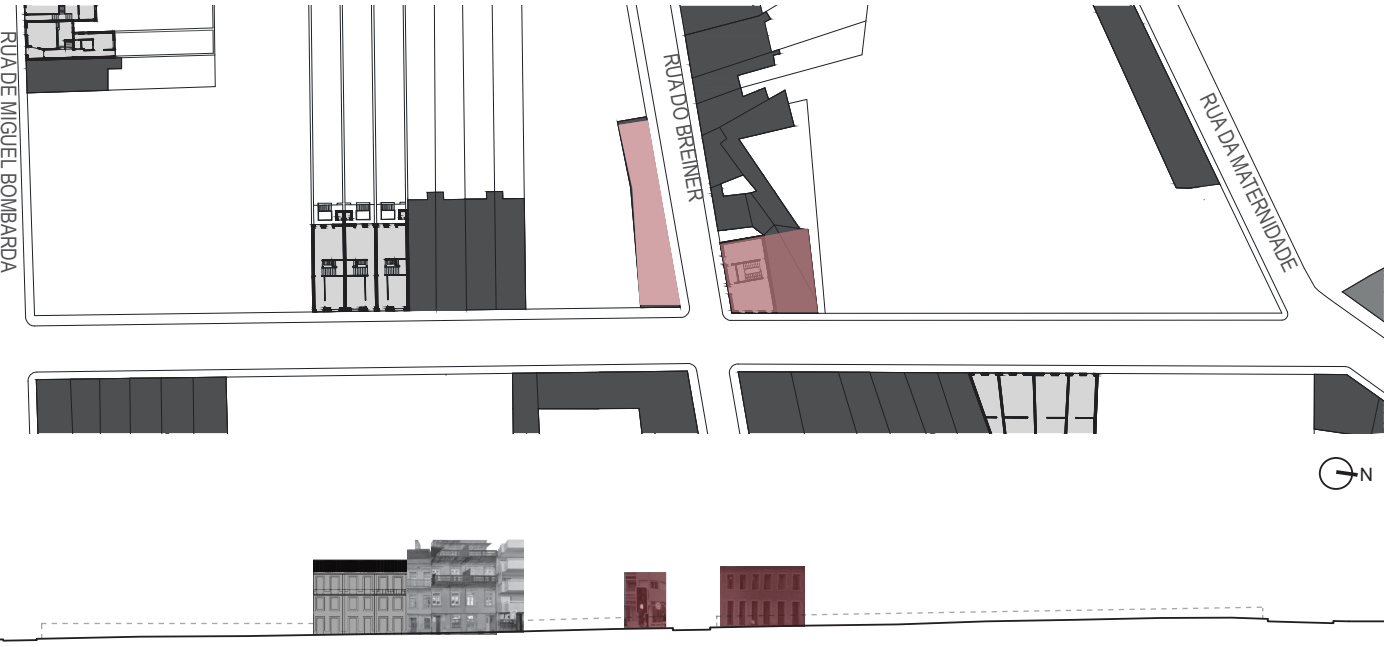
1839 | Rua do Rosário . números de polícia ímpares

Como foi visto no capítulo anterior, em 1839 a Junta de Obras Pública já se tinha extinto e entrava em vigor o *Código Administrativo de 1836*, que trazia consigo mais poder e mais competências aos municípios. Posto isto, a Câmara do Porto lança as primeiras posturas que preveem regular e regulamentar a forma de construir na cidade.

Após a análise da planta de 1839 é visível um pequeno avanço no volume de edificado da Rua do Rosário.

O cruzamento da Rua do Rosário com a Rua de Dom Manuel II, aparece representado sem qualquer mancha, o que faz supôr que possa ter sido demolida a edificação que aparecia no Ensaio de Perfil anterior. O cruzamento destas duas ruas é ao longo desta análise um ponto que sofre constantes alterações.

Os lotes que rematam o cruzamento da Rua do Rosário com a Rua de Miguel Bombarda e com a Rua do Breiner apresentam edificações. As novas construções apresentam características diferentes das edificadas anteriormente, apesar de surgirem poucos edifícios novos, os que surgem são prédios mais largos e que aparentemente se destinam apenas a habitação.



Nº de Polícia	207-217
Data de Licenciamento	1813

Legenda: Limite dos Quarteirões; Construção Existente; Construção Nova; Construção Demolida



Fig. 3.10: Planta de localização do perfil de rua em análise

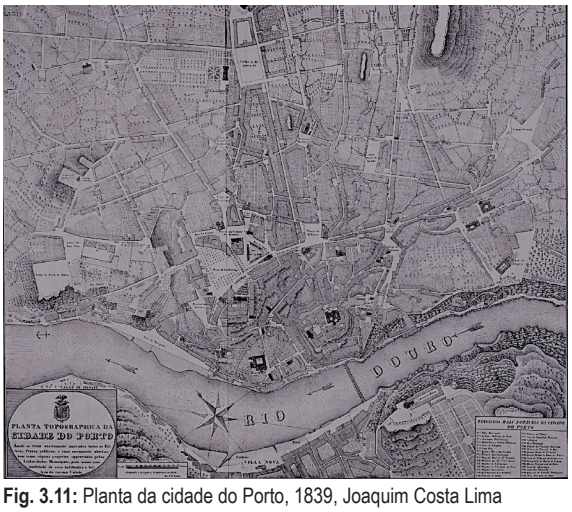


Fig. 3.11: Planta da cidade do Porto, 1839, Joaquim Costa Lima

nº de lotes edificados	34
nº de construções novas	07
nº de construções demolidas	01

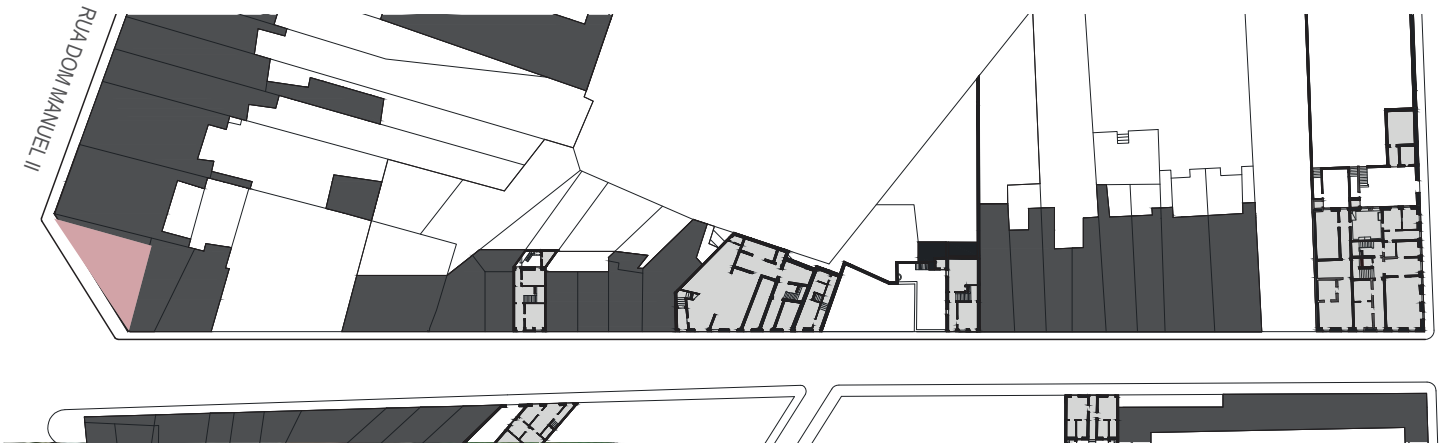


Fig. 3.12: Planta Rua do Rosário de 1865, números ímpares

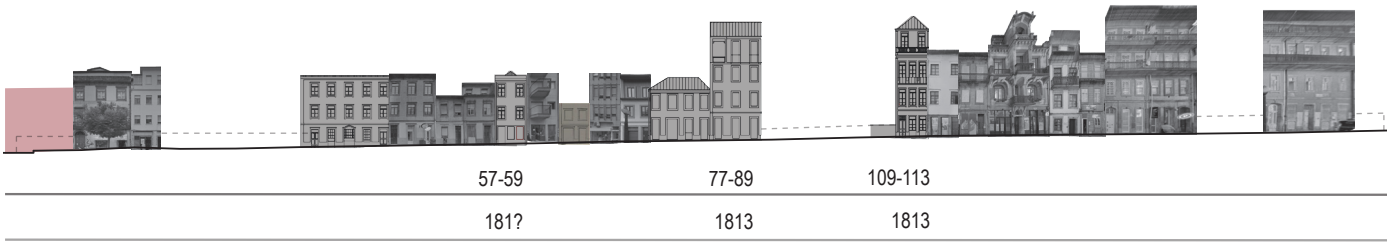


Fig. 3.13: Ensaio do Perfil da Rua do Rosário de 1860-1869, números ímpares

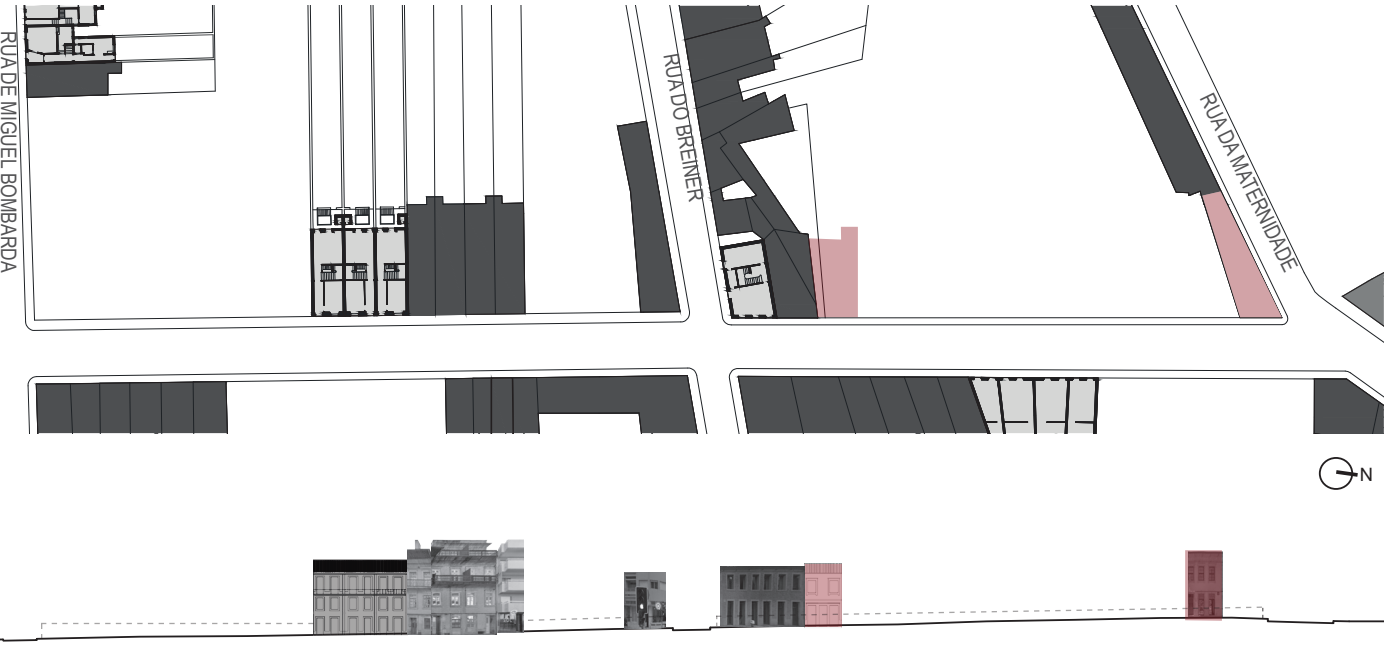
1865 | Rua do Rosário . números de polícia ímpares

Na segunda metade do século XIX as posturas promulgadas pela Câmara do Porto, continuam a estar associadas maioritariamente ao bem público, ao embelezamento das ruas e por consequência às fachadas que as confinam. Nesta década de estudo (1860-1869), não é visível um grande aumento do edificado. Poderá dever-se tanto ao facto do investimento do Ministério das Obra Públicas se ter concentrado mais no desenvolvimento de vias de comunicação e circulação, (promovendo o desenvolvimento da indústria e fazendo com que o investimento na habitação e edifícios mais pequenos fosse ficando para trás), como também poderá estar associado a uma nova forma de construir, mais económica e mais rápida, emergente na cidade do Porto, as "ilhas" (brevemente descritas no capítulo 2.1). Ambos os fatores apontam para que uma das possíveis causas do não desenvolvimento da Rua do Rosário tenha sido o início da Revolução Industrial.

Apesar da aparente não evolução do edificado construído, houve um aumento da área de construção na Rua do Rosário. A área de construção passou de 6.512,20 m2 para 7.364,50 m2[76], o que nos indica que o crescimento nesta altura poderá ter ocorrido essencialmente com a construção de pequenos anexos ou cobertos nos logradouros dos edifícios já existentes.

No Ensaio de Perfil desenhado aparece uma nova configuração para o encontro da Rua do Rosário com a Rua Dom Manuel II, o edifício de ligação entre as duas ruas, assume a configuração do quarteirão recortado.

76 Dados retirados de: MURÇA, Ricardo Nuno Lobo. Formas do piso térreo: da especialização à ruptura nas ruas M. Bombarda e Rosário. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2013. Dissertação de Mestrado. (Ed. Policopiada), pg. 132



Nº de Polícia	207-217	257-267
Data de Licenciamento	1813	186?

Legenda: Limite dos Quarteirões; Construção Existente; Construção Nova; Construção Demolida



Fig. 3.14: Planta de localização do perfil de rua em análise

nº de lotes edificados	37
nº de construções novas	03
nº de construções demolidas	00



Fig. 3.15: Planta da cidade do Porto, 1865, Perry Vidal

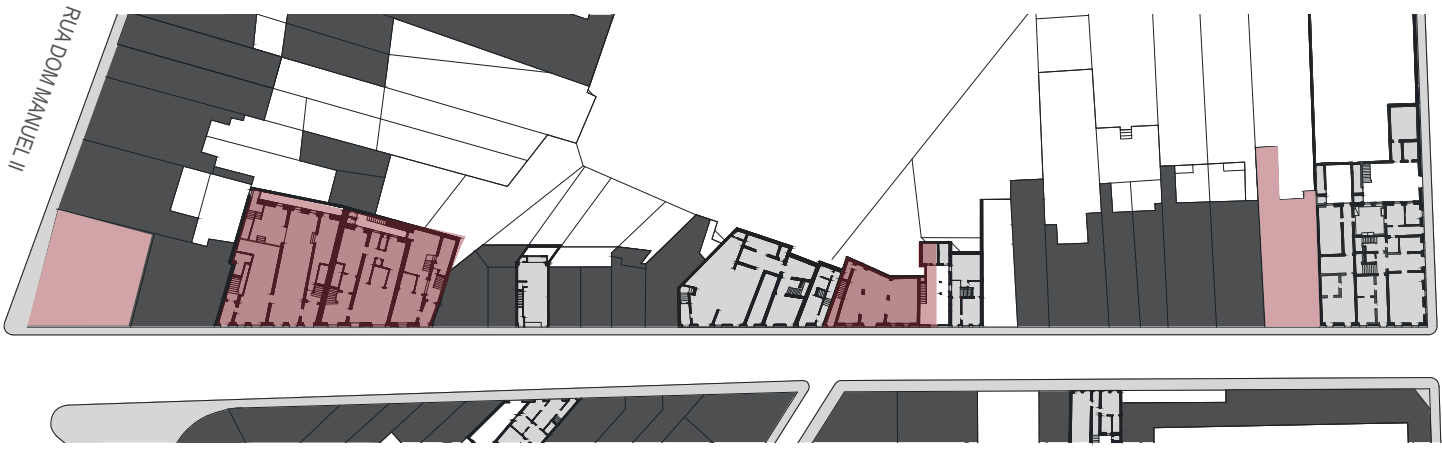


Fig. 3.16: Planta Rua do Rosário de 1892, números ímpares



Fig. 3.17: Ensaio do Perfil da Rua do Rosário de 1890-1899, números ímpares

1892 | Rua do Rosário . números de polícia ímpares

A Rua do Rosário, no final do séc. XIX, encontra-se quase completamente consolidada, com quase todos os quarteirões preenchidos. Neste período temporal, entre 1865-1892, acontece o maior desenvolvimento do volume de edificado na Rua do Rosário.

Este crescimento do edificado deveu-se não só ao elevado crescimento económico da cidade do Porto, proporcionado não só pela indústria, como também pelo surgimento de uma nova classe social capitalista. O consequente aumento da população e do número de construções, tornou imperativo encontrar novas políticas de gestão urbana. O fim do século XIX, é marcado pelos novos planos urbanos propostos para a cidade do Porto e também pela melhoria da rede de infraestruturas (redes de águas, saneamento, transportes,...) da cidade.

O lote *alto e estreito*, continua a ser o modelo construtivo predominante, no entanto surgem novas formas arquitetónicas neste período como os palácios urbanos, que ocupam lotes mais largos. Este novo modelo de edificado é potenciado pelo aparecimento de novos materiais e novas formas de construir, que advêm da Revolução Industrial. Também é possível verificar que parte das fachadas dos edifícios construídos nesta altura estão revestidos com azulejos fazendo com que requiram menor manutenção, conforme promulgado no Código de Posturas do Município do Porto (capítulo 2.2).

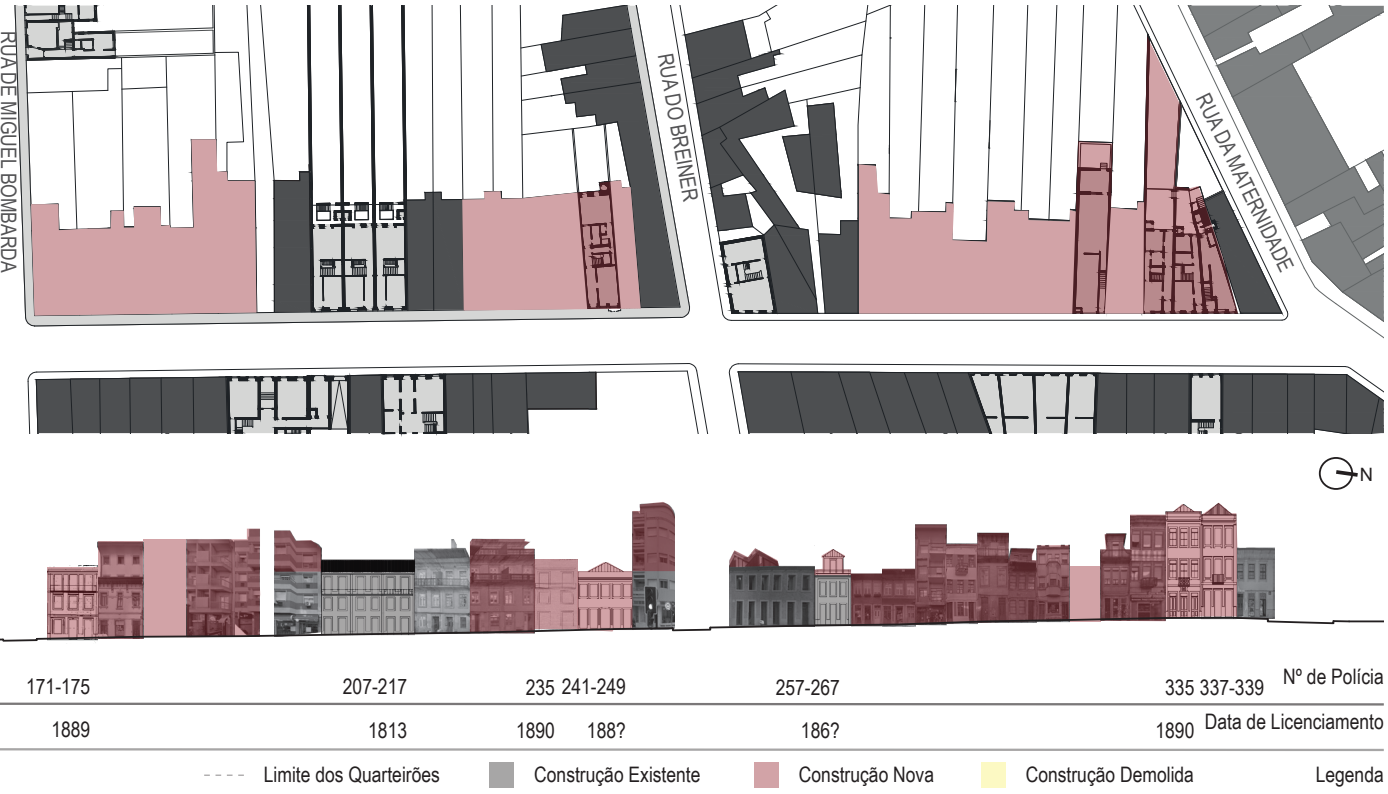




Fig. 3.18: Planta de localização do perfil de rua em análise

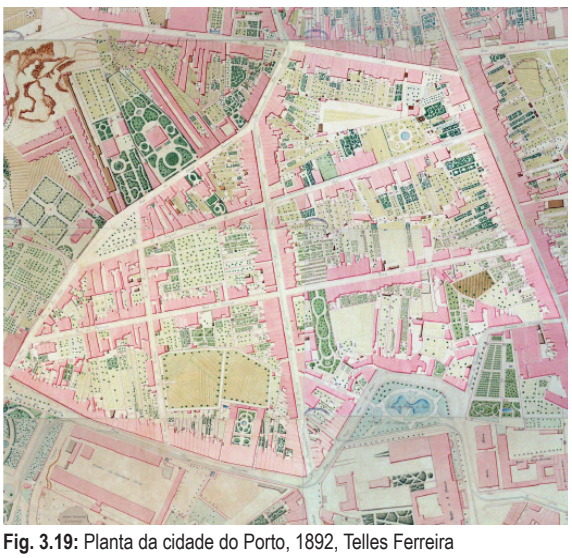


Fig. 3.19: Planta da cidade do Porto, 1892, Telles Ferreira

nº de lotes edificados	63
nº de construções novas	26
nº de construções demolidas	00

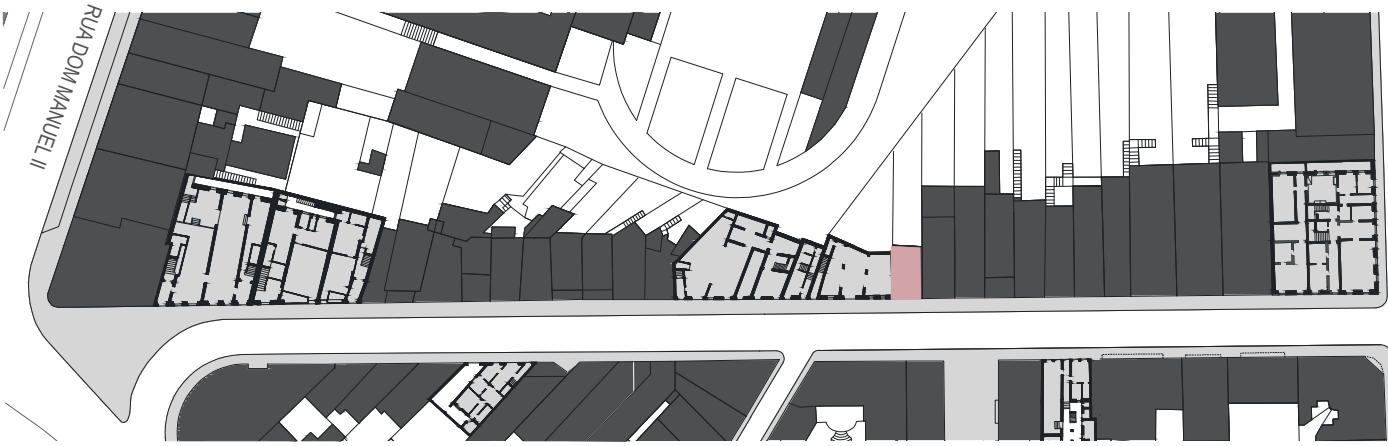


Fig. 3.20: Planta Rua do Rosário de 1937, números ímpares

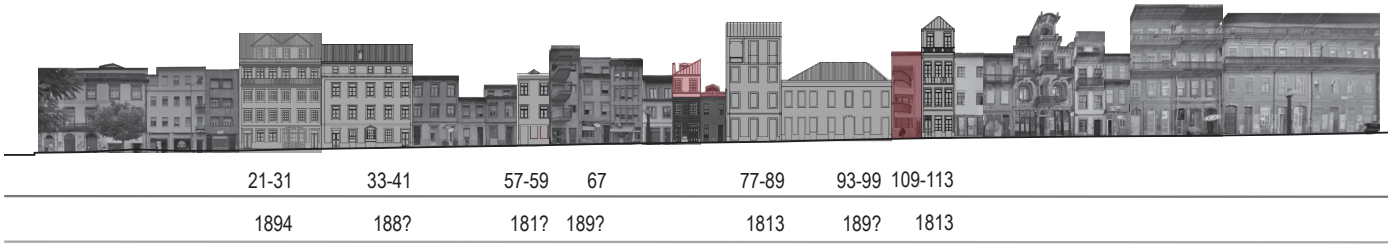


Fig. 3.21: Ensaio do perfil da Rua do Rosário de 1930-1939, números ímpares

1937 | Rua do Rosário . números de polícia ímpares

No ano de 1937, os limites da Rua do Rosário estavam totalmente construídos, sem grande margem para novas habitações. Os poucos lotes que estavam por preencher, no século anterior, estão ocupados e a maioria das alterações ocorrem em edifícios já construídos, geralmente através da adição de pisos.

Estes novos pisos aparecem geralmente como aproveitamento de sótãos, como volumes recuados em relação à fachada principal ou até mesmo como um novo piso contíguo com a fachada existente.

A regulamentação promulgada não permitia controlar de forma muito precisa o crescimento destes novos volumes, o que permitia existência de diversos processos de crescimento. A única forma de controlo da construção era através da regulamentação promulgada em 1869, proposta pelo *Código de Posturas Municipais do Porto*, que referia o limite máximo da cércea em relação à largura da rua (capítulo 2.2), neste caso como a largura da rua é de cerca de 10 metros, a altura dos edifícios não poderia ultrapassar os 12 metros de altura.





Fig. 3.22: Planta de localização do perfil de rua em análise



Fig. 3.23: Planta da cidade do Porto, 1937, Câmara Municipal do Porto

nº de lotes edificados	65
nº de construções novas	02
nº de construções demolidas	00

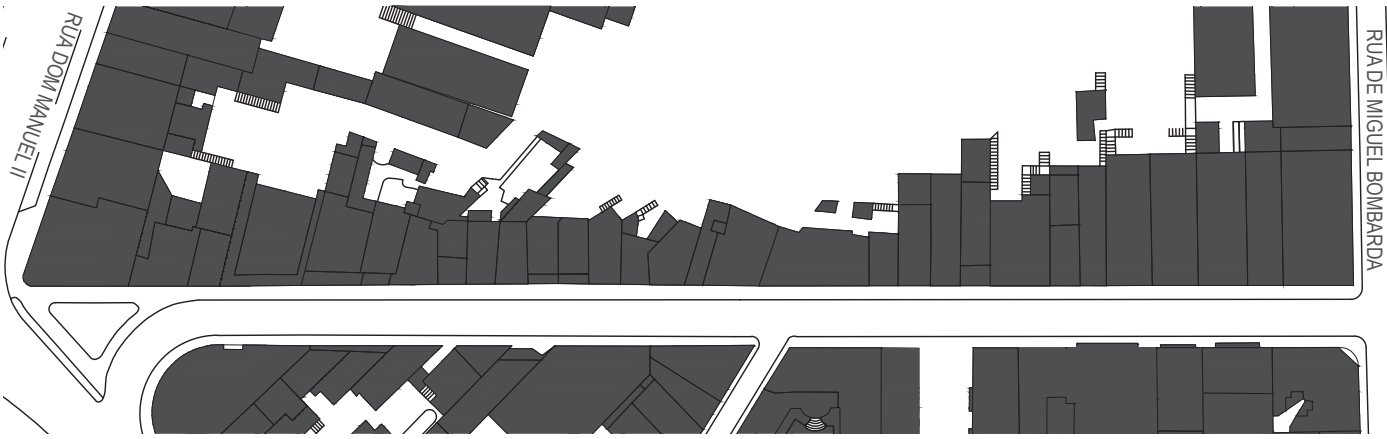


Fig. 3.24: Planta Rua do Rosário de 2020, números ímpares

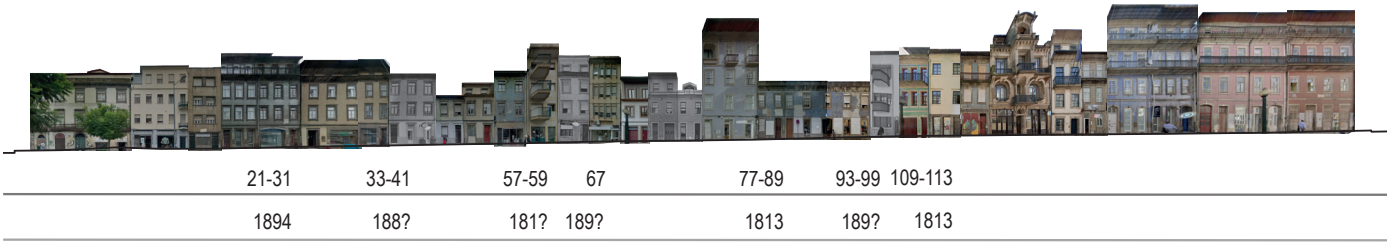


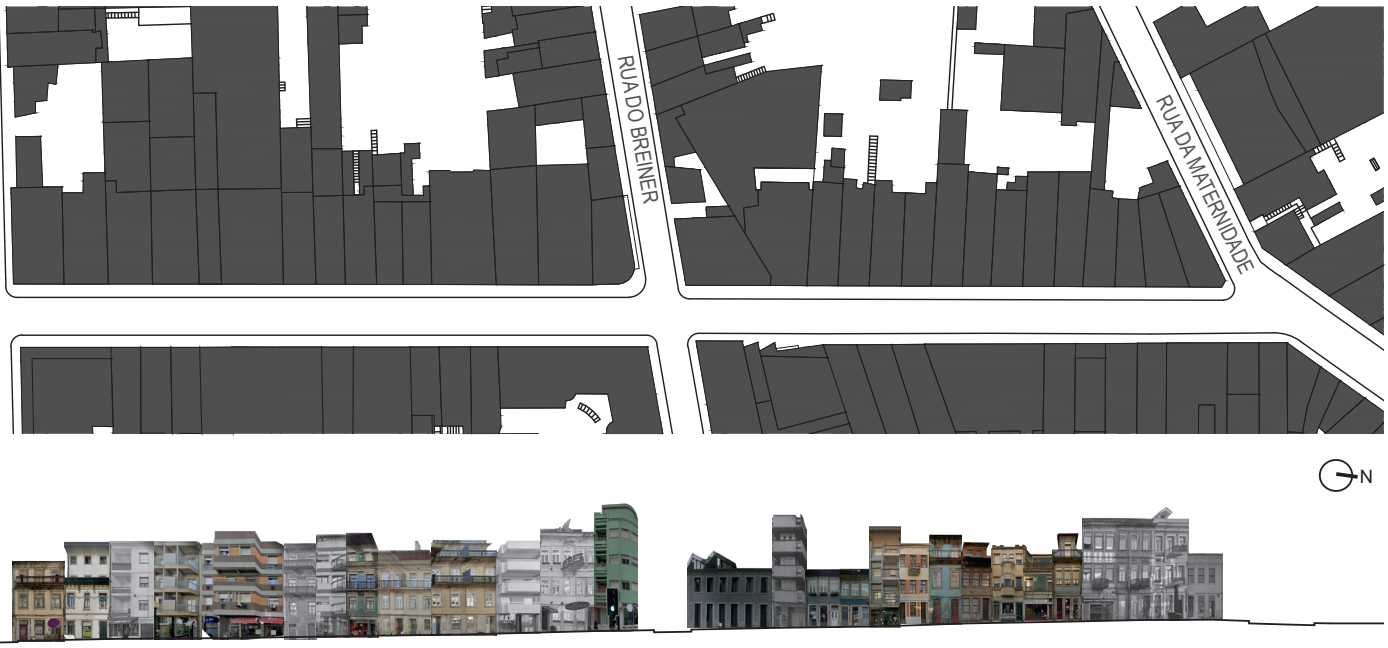
Fig. 3.25: Perfil atual da Rua do Rosário, números ímpares

2020 | Rua do Rosário . números de polícia ímpares

Esta Planta e Perfil de Rua representam o estado real da Rua do Rosário no ano de 2020. Este salto cronológico na análise das ruas do Rosário e de Miguel Bombarda acontece devido ao facto de ser visível uma estagnação da mancha de edificado entre meados do século XIX e a atualidade, como é possível verificar por comparação da vista aérea atual com a vista aérea de 1939, da Câmara Municipal do Porto.

As maiores alterações visíveis passam pela substituição de alguns edifícios por outros mais recentes. Os novos edifícios, em alguns casos, mantiveram a cércea do edifício anterior, noutros cresceram até onde foi possível pela legislação em vigor.

A evolução da Rua do Rosário, no que toca ao lado da rua com os números de polícia ímpares, conduziu à formação de prédios com mais pisos junto aos cruzamentos com a Rua de Dom Manuel II, a Rua de Miguel Bombarda, a Rua do Breiner e a Rua da Maternidade. A justificação para este acontecimento pode dever-se ao facto de os primeiros edifícios a surgir se terem localizados nos lotes junto aos cruzamentos de ruas. Como estes são alguns dos edifícios mais antigos, são também os que sofreram mais alterações desde a sua construção até à atualidade.



Nº de Polícia	171-175	207-217	235	241-249	257-267	335	337-339
Data de Licenciamento	1889	1813	1890	188?	186?	1890	

Legenda: Limite dos Quarteirões; Construção Existente; Construção Nova; Construção Demolida



Fig. 3.26: Planta de localização do perfil de rua em análise



Fig. 3.27: Vista aérea da cidade do Porto, 1939, C. M. do Porto

nº de lotes edificados	65
nº de construções novas	00
nº de construções demolidas	00

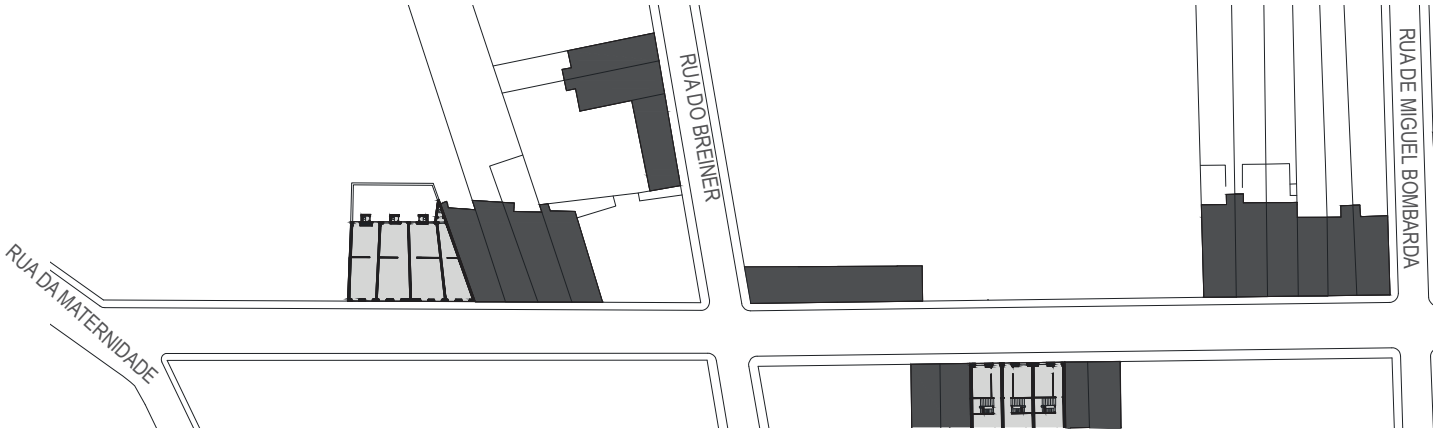


Fig. 3.28: Planta Rua do Rosário de 1813, números pares



Fig. 3.29: Ensaio do perfil da Rua do Rosário de 1810-1819, números pares

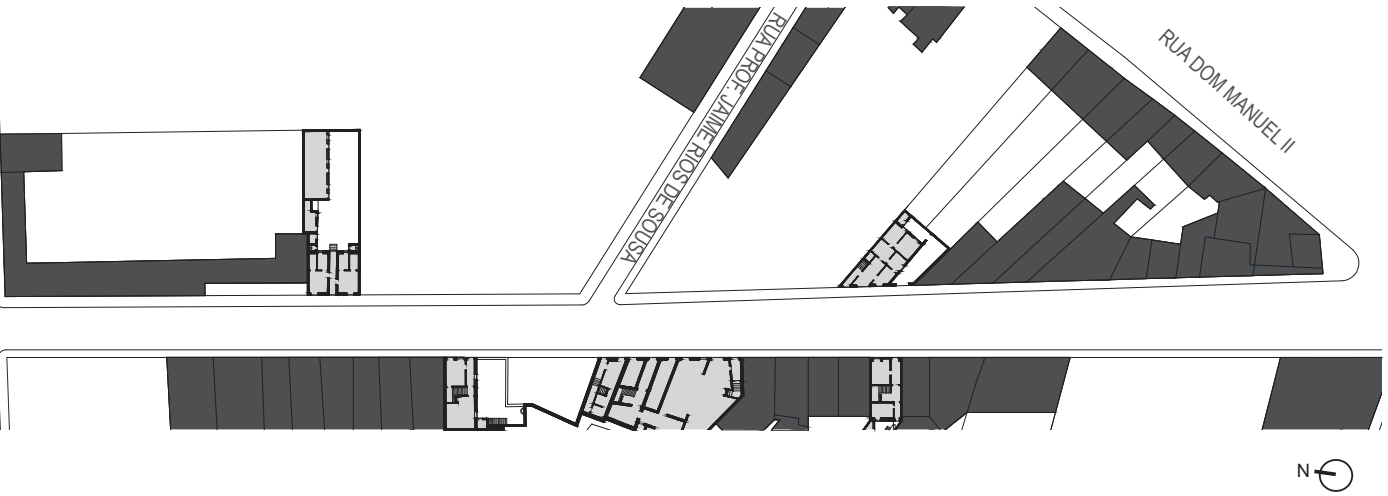
1813 | Rua do Rosário . números de polícia pares

Como já foi referido anteriormente, nesta período vivia-se um clima de instabilidade e estagnação política, económica e social. Contudo, assim como o lado da Rua do Rosário referente aos números de polícia ímpares, também este lado já apresentava um volume de edificado importante.

No Ensaio de Perfil de Rua do lado este da Rua do Rosário é possível observar também os grandes vazios urbanos, mais uma vez estes vazios correspondiam grande parte das vezes a campos agrícolas, que acentuam ainda mais o contraste entre o urbano e o rural, presentes na cidade do Porto no início do século XIX (abordado no capítulo 2.1).

No cruzamento da Rua do Rosário com as ruas que a interceptam concentram-se os maiores conjuntos habitacionais. Estes conjuntos ocupavam geralmente cerca de quatro a seis lotes no lado oposto da rua, no entanto aqui ocupam cerca de seis a dez lotes.

O lado este da Rua do Rosário apresenta visualmente um carácter mais horizontal do que o lado oeste, isto poderá dever-se não só ao facto de serem construídos mais edifícios tipo moradias em banda, com alçados semelhantes entre si mas também ao facto da cércea dos edifícios ser mais constante no decorrer da rua (dois ou três pisos).



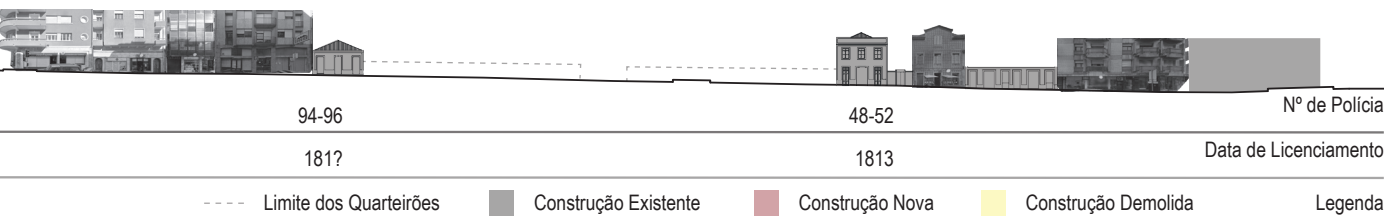




Fig. 3.30: Planta de localização do perfil de rua em análise

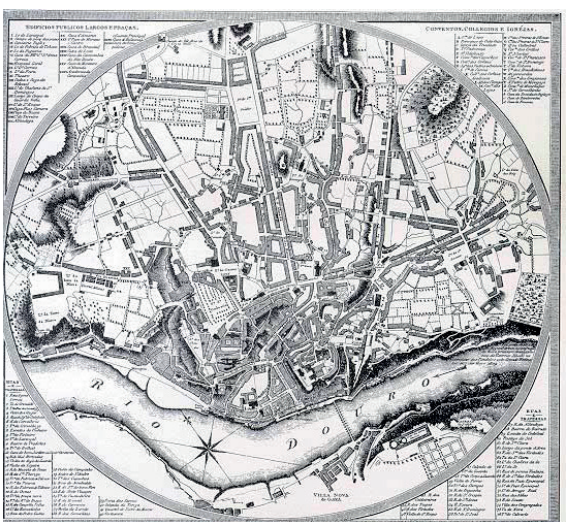


Fig. 3.31: Planta Redonda da cidade do Porto, 1813, George Balck

nº de lotes edificados	26
nº de construções novas	00
nº de construções demolidas	00



Fig. 3.32: Planta Rua do Rosário de 1839, números pares

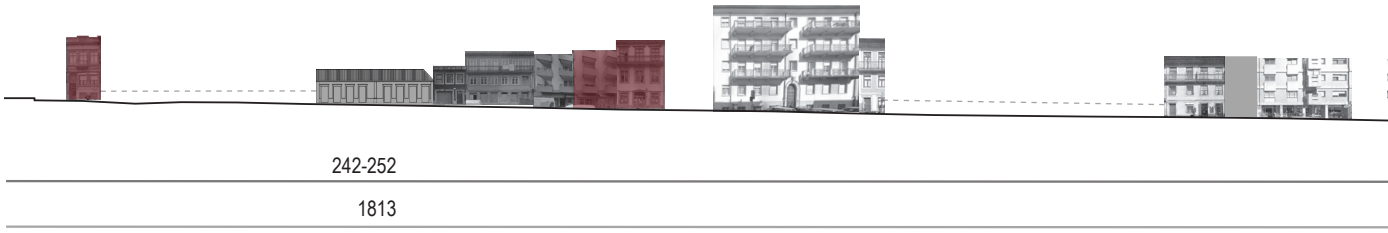


Fig. 3.33: Ensaio do perfil da Rua do Rosário de 1830-1839, números pares

1839 | Rua do Rosário . números de polícia pares

Analisando o Ensaio do Perfil da Rua do Rosário, relativo aos anos de 1830-1839, é visível um pequeno aumento do volume de edificado.

A relativa estagnação na construção de novos prédios foi também reflexo do impacto da Revolução Liberal na cidade do Porto durante os anos 20 e 30 do século XIX (acontecimento descrito no capítulo 2.1).

O interior dos quarteirões continua com uma grande quantidade de lotes por preencher, visto que os novos volumes de construção surgiram, mais uma vez, junto aos cruzamentos entre as ruas, neste caso com a Rua Dom Manuel II, Rua Professor Jaime Rios de Sousa, Rua de Miguel Bombarda, Rua do Breiner e Rua da Maternidade.

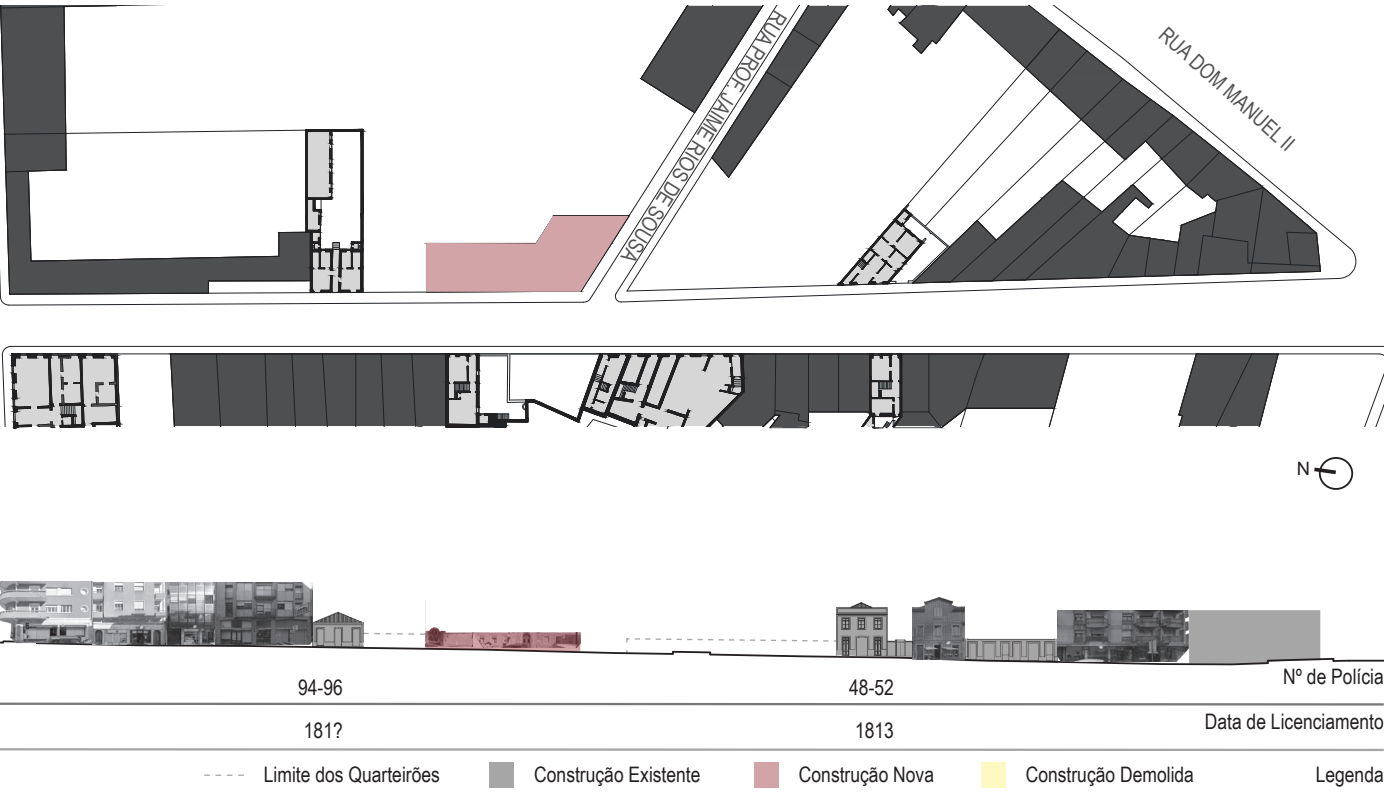




Fig. 3.34: Planta de localização do perfil de rua em análise

nº de lotes edificados	30
nº de construções novas	04
nº de construções demolidas	00



Fig. 3.35: Planta da cidade do Porto, 1839, Joaquim Costa Lima



Fig. 3.36: Planta Rua do Rosário de 1865, números pares

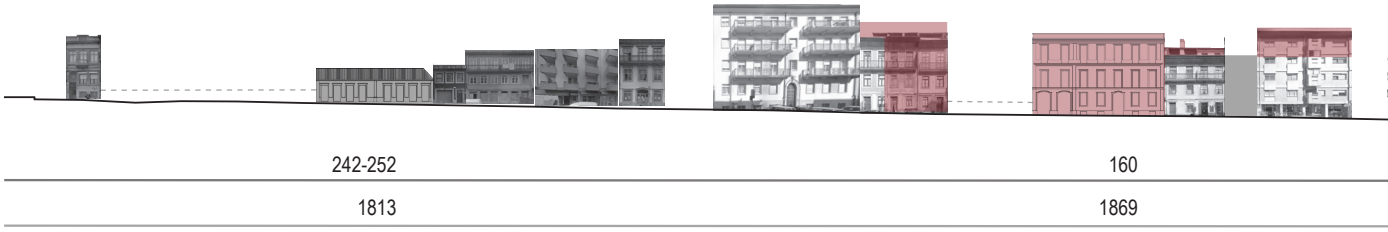


Fig. 3.37: Ensaio do perfil da Rua do Rosário de 1860-1869, números pares

1865 | Rua do Rosário . números de polícia pares

Como acontecera no lado oposto da Rua do Rosário, também aqui o desenvolvimento urbano parece não ter avançado muito.

Contudo, é visível um retrocesso no desenho de remate do encontro de duas ruas, a Rua do Rosário e a Rua Professor Jaime Rios de Sousa (à altura ainda com a denominação de Travessa do Rosário). Os encontros de duas ruas são ao longo deste estudo, várias vezes revistos, demolidos e novamente edificados, isto porque o gaveto parece ser um lugar privilegiado, assim existe um maior interesse em construir nestes pontos.

Os edifícios construídos, durante o período de 1860-1869, no lado este da Rua do Rosário, ocupam entre dois a três lotes. Estes prédios de habitação plurifamiliar parecem ter sido edificados por um único investidor que comprou vários lotes consecutivos e construiu os edifícios iguais de modo a optimizar e rentabilizar o processo de construção. Geralmente, estes investidores construíam estes prédios para depois os poderem arrendar ou *emprazar*.

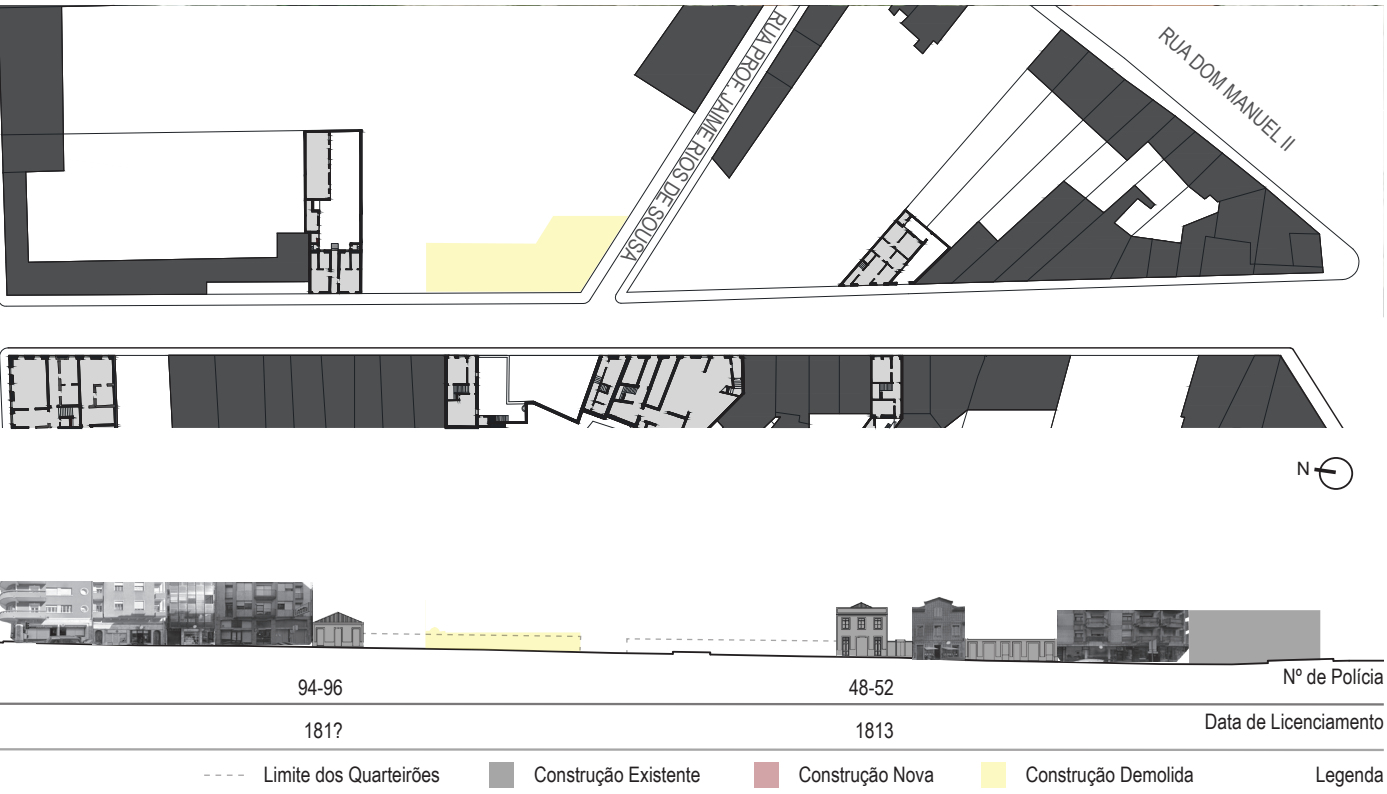




Fig. 3.38: Planta de localização do perfil de rua em análise

nº de lotes edificados	33
nº de construções novas	03
nº de construções demolidas	01



Fig. 3.39: Planta da cidade do Porto, 1865, Perry Vidal



Fig. 3.40: Planta Rua do Rosário de 1892, números pares

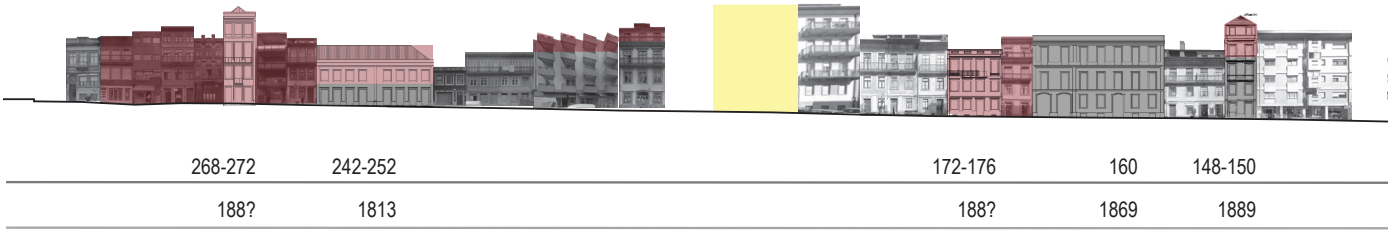


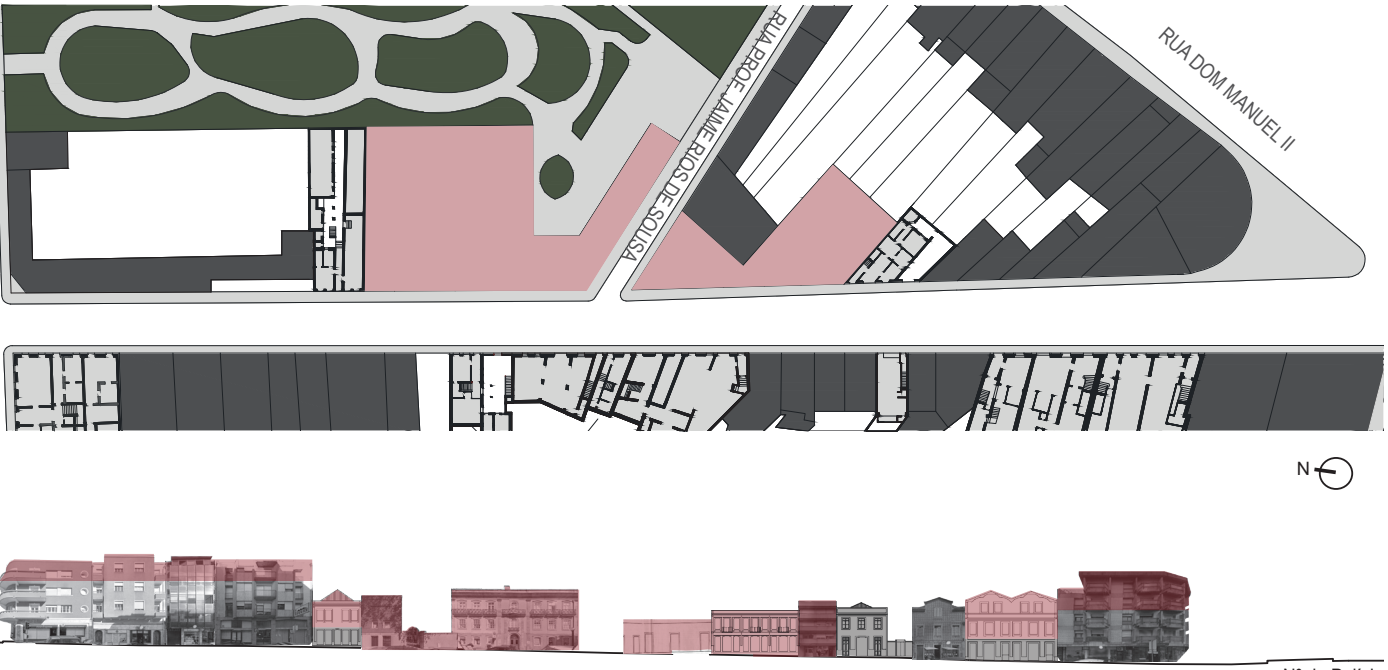
Fig. 3.41: Ensaio do perfil da Rua do Rosário de 1890-1899, números pares

1892 | Rua do Rosário . números de polícia pares

O lado da Rua do Rosário, correspondente aos números de polícia pares, acompanha o grande crescimento urbano do lado oposto. Neste Ensaio de Perfil de Rua passam a ser inexistentes os lotes vazios. Com excepção do quarteirão que faz a ligação da Rua do Rosário à Rua do Breiner, o conjunto de lotes aparece vazio na planta da cidade do Porto desenhada por Telles Ferreira, em 1892.

O lote *estreito e alto* continua a ser o modelo de edificação predominante, todavia é notória a presença de novas formas de implantação, como os palácios urbanos, compostos por seis ou mais lotes e geralmente três ou mais pisos. Este tipo de edificação é muitas vezes acompanhada por um logradouro de grandes dimensões, que comumente , com o passar dos anos, dá lugar a novas edificações ou ampliações das mesmas.

Outra alteração visível é também o encontro da Rua do Rosário com a Rua Dom Manuel II, na planta de Telles Ferreira é possível verificar que o edifício de ligação entre ruas, aparece com um desenho de planta arredondado. Como foi verificado anteriormente, o redesenho do gaveto aconteceu também nesta altura no lado oeste da Rua do Rosário.



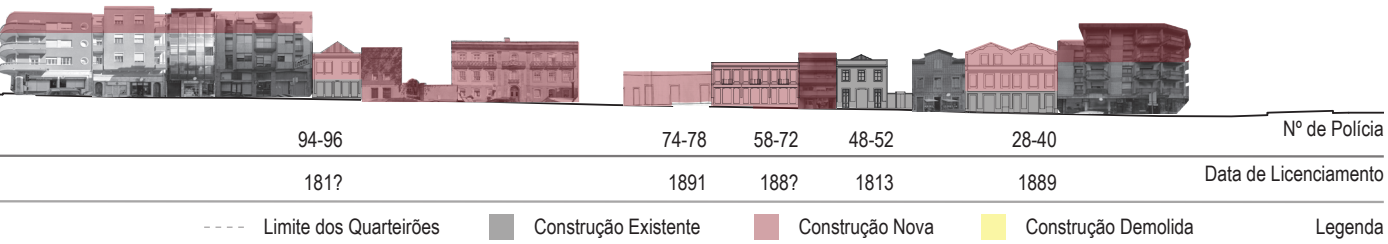




Fig. 3.42: Planta de localização do perfil de rua em análise

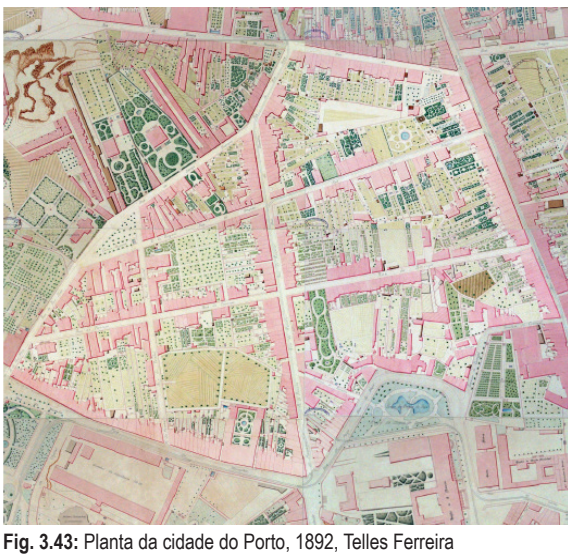


Fig. 3.43: Planta da cidade do Porto, 1892, Telles Ferreira

nº de lotes edificados	49
nº de construções novas	16
nº de construções demolidas	01

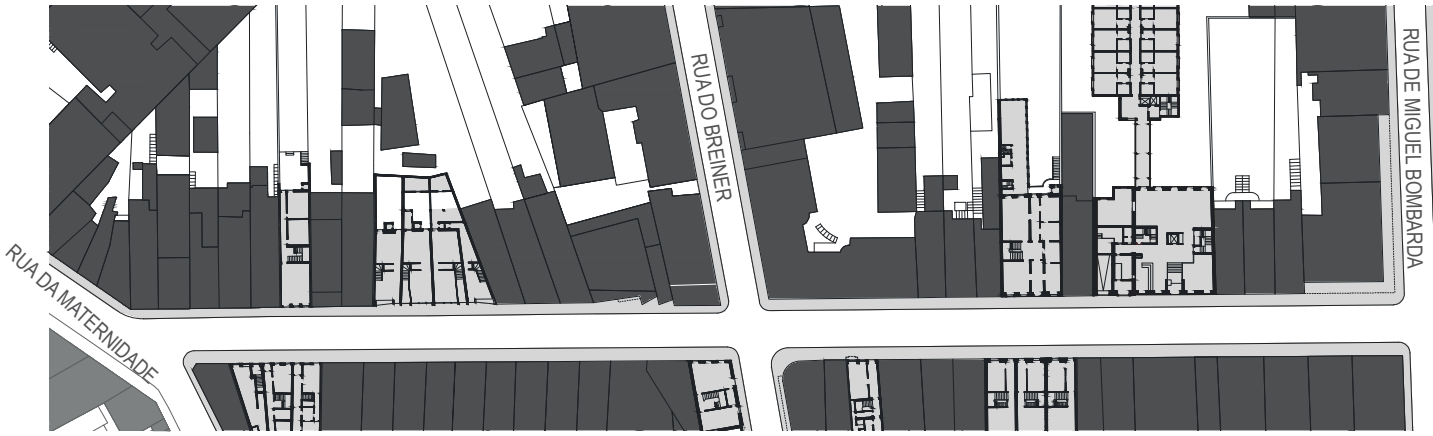


Fig. 3.44: Planta Rua do Rosário de 1937, números pares

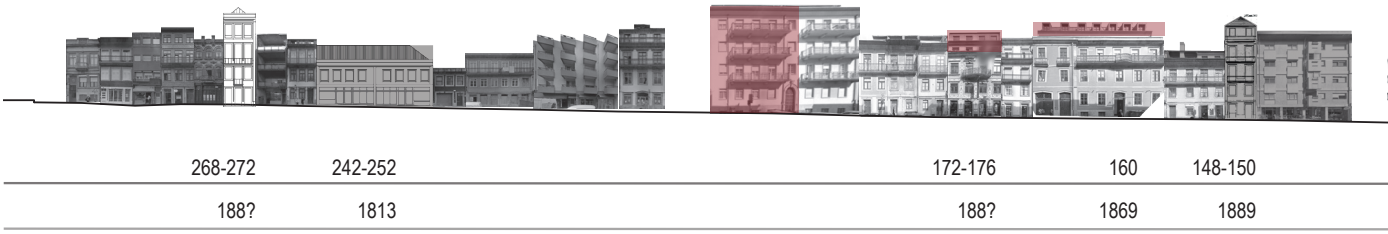
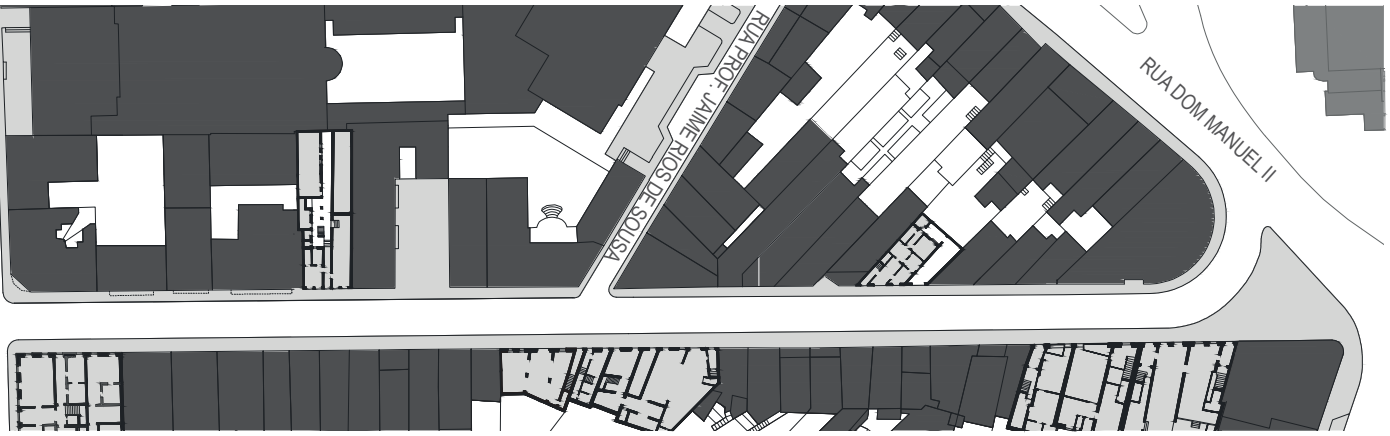


Fig. 3.45: Ensaio do perfil da Rua do Rosário de 1930-1939, números pares

1937 | Rua do Rosário . números de polícia pares

Com a Rua do Rosário completamente consolidada as oportunidades de crescimento escasseiam e a construção em altura aparece como opção. Assim, como havia acontecido no lado oeste da Rua do Rosário, também no lado este os modelos de crescimento por sobreposição são frequentemente observáveis. O crescimento em altura no Ensaio de Perfil de Rua acontece na sua maioria através da construção de novos pisos recuados em relação à fachada, sob a forma de mansardas ou aproveitamento de águas furtadas ou de forma contígua com a fachada pré-existente.

A maior alteração visível, comparando este com o Ensaio do Perfil da Rua do Rosário anterior é a edificação de um novo prédio com duas frentes que vem rematar o encontro da Rua do Rosário com a Rua do Breiner.





94-96	74-78	58-72	48-52	**28-40**	Nº de Polícia
181?	1891	188?	1813	1889	Data de Licenciamento

Limite dos Quarteirões | Construção Existente | Construção Nova | Construção Demolida | Legenda



Fig. 3.46: Planta de localização do perfil de rua em análise



Fig. 3.47: Planta da cidade do Porto, 1937, Câmara Municipal do Porto

nº de lotes edificados	50
nº de construções novas	01
nº de construções demolidas	00



Fig. 3.48: Planta Rua do Rosário de 2019, números pares



Fig. 3.49: Ensaio do perfil da Rua do Rosário, números pares

2020 | Rua do Rosário . números de polícia pares

O Ensaio de Perfil de Rua a cima representa o estado atual da Rua do Rosário. A Rua do Rosário apresenta uma mancha de edificado semelhante àquela que já tinha sido registada na planta de 1937 e verificada com a vista aérea fotografada em 1939, justificando assim o grande salto cronológico.

No que toca ao lado correspondente aos números pares da Rua do Rosário, o volume de edificado tem uma escala notoriamente maior nos dois quarteirões centrais, definidos pelas ruas dos Breiner, de Miguel Bombarda e Rua Professor Jaime Rios de Sousa (antiga Travessa do Rosário) e junto ao encontro com a Rua Dom Manuel II. Nestes dois quarteirões e no encontro com a Rua Dom Manuel II a massa edificada é bastante mais densa, os edifícios têm mais número de pisos e ocupam lotes mais largos, isto poderá ter acontecido devido ao facto destas ruas terem mais tráfego de pessoas e consequentemente a população tender a fixar-se nesses pontos. É importante notar, que apesar de com o avançar dos anos o piso do rés-do-chão ter sido transformado em galeria comercial, na Rua do Rosário continuamos a ter muitos edifícios de carácter monofuncional, destinado exclusivamente a habitação.





Nº de Polícia	94-96		74-78	58-72	48-52	28-40
Data de Licenciamento	181?		1891	188?	1813	1889
Legenda	---- Limite dos Quarteirões	Construção Existente		Construção Nova		Construção Demolida



Fig. 3.50: Planta de localização do perfil de rua em análise



Fig. 3.51: Vista aérea da cidade do Porto, 1939, C. M. do Porto

nº de lotes edificados	50
nº de construções novas	00
nº de construções demolidas	00



3.1.2. Rua de Miguel Bombarda

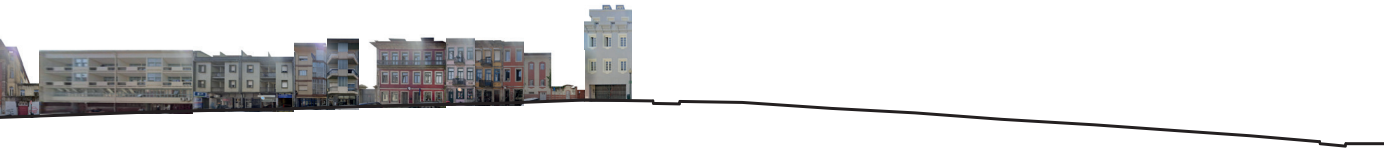
A primeira denominação da Rua de Miguel Bombarda foi Rua do Príncipe (até 1910). O traçado da rua só aparece totalmente concluído na Planta da cidade do Porto, desenhada por Joaquim Costa Lima, em 1839. A Rua de Miguel Bombarda hoje é reconhecida pelas suas inúmeras galerias de artes e ofícios, o que reflete o caráter comercial e de serviços a que a rua sempre esteve associada. Durante o séc. XVIII, instalaram-se nesta rua inúmeros artesãos e comerciantes, que muitas vezes tinham a oficina ou loja no piso junto à rua e a habitação nos pisos superiores.

Licenças de Obra Consultadas no Arquivo Histórico Municipal do Porto referentes à Rua de Miguel Bombarda:

licença de obra nº: 204/1889; licença de obra nº: 267/1889; licença de obra nº: 24/1891; licença de obra nº: 227/1891; licença de obra nº: 307/1892; licença de obra nº: 307/1892; licença de obra nº: 43/1898; licença de obra nº: 172/1903; licença de obra nº: 221/1903; licença de obra nº: 766/1886; licença de obra nº: 71/1886



Ensaio do perfil da Rua de Miguel Bombarda, números pares



Ensaio do perfil da Rua de Miguel Bombarda, números ímpares



Fig. 3.52: Planta de localização da Rua de Miguel Bombarda

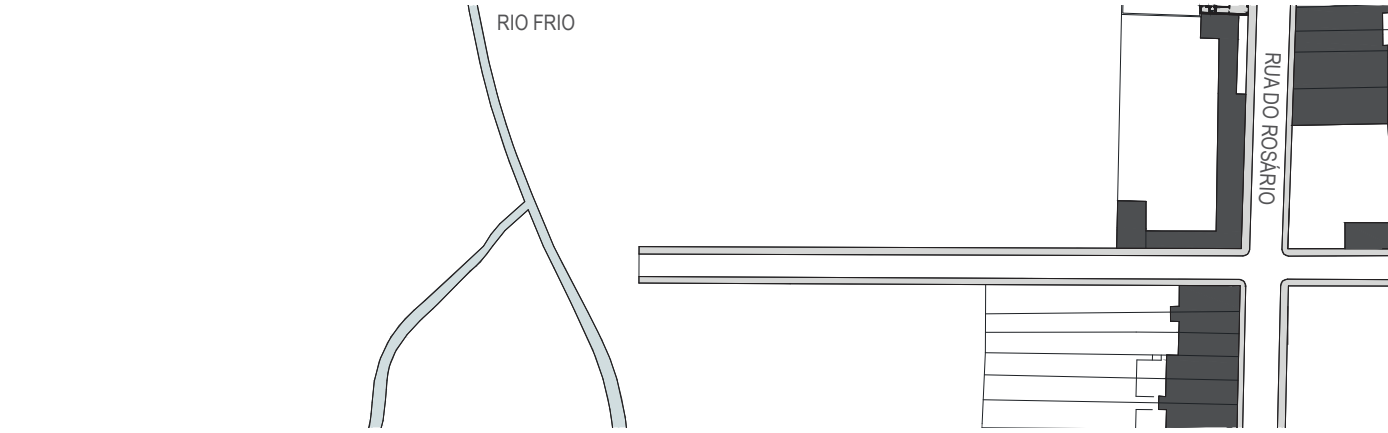


Fig. 3.53: Planta Rua de Miguel Bombarda de 1813, números ímpares

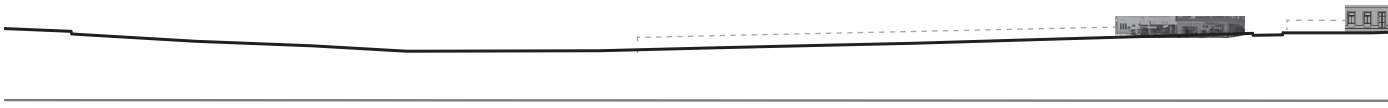


Fig. 3.54: Ensaio do Perfil da Rua de Miguel Bombarda de 1810-1819, números ímpares

Fora do Limite do Estudo

1813 | Rua de Miguel Bombarda . números de polícia ímpares

Ao contrário do que acontecia na Rua do Rosário, no início do século XIX, a Rua de Miguel Bombarda não se encontrava totalmente construída. O troço que ligava à Rua de Cedofeita não existia (concluído apenas durante os anos 20)e em vez disso ainda era possível ver o Rio Frio[77], antes de ser completamente encanado.

O facto desta rua só ter sido terminada mais tardiamente explica o motivo do seu menor desenvolvimento em relação à Rua do Rosário. Neste período a Rua de Miguel Bombarda encontrava-se menos desenvolvida e com uma mancha de edificado muito menor.

O volume de edificado da Rua de Miguel Bombarda era marcado pela edificação de pequenos lotes, geralmente com apenas um piso. Os alçados do edificado eram significativamente mais simples do que aqueles que encontrávamos à mesma data na Rua do Rosário.

Por estes motivos, pode concluir-se que nesta rua o clima de grande agitação política, social e consequentemente instabilidade económica, que se vivia no início do século XIX, é bastante mais notório quando comparado com a Rua do Rosário, onde se registava uma maior mancha de edificado e também edifícios com maior dimensão e complexidade de desenho.

77 O Rio Frio é um ribeiro na cidade do Porto que desagua no rio Douro, em Portugal. Com o desenvolvimento urbano, o Rio Frio acabou por ser totalmente encanado.

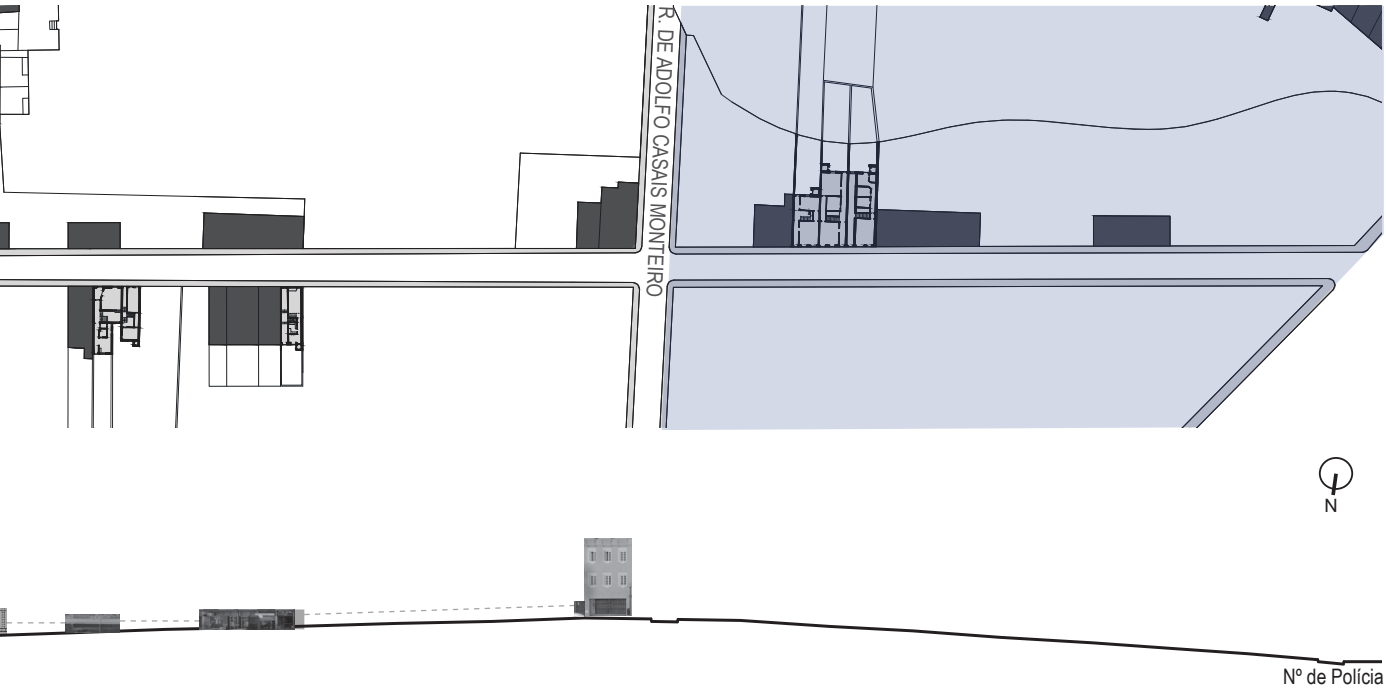




Fig. 3.55: Planta de localização do perfil de rua em análise

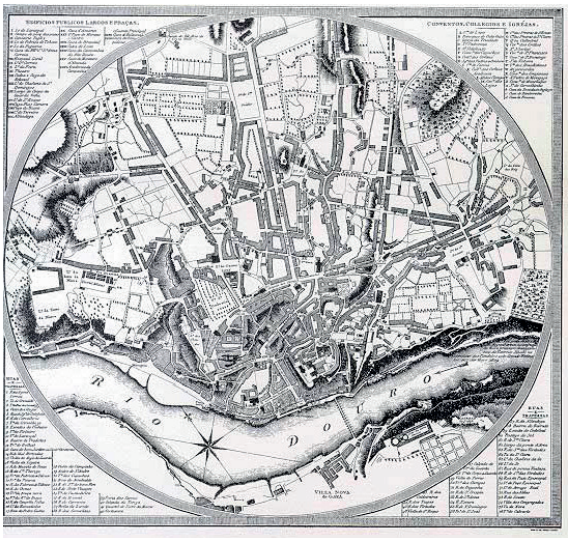


Fig. 3.56: Planta Redonda da cidade do Porto, 1813, George Balck

nº de lotes edificados	07
nº de construções novas	00
nº de construções demolidas	00

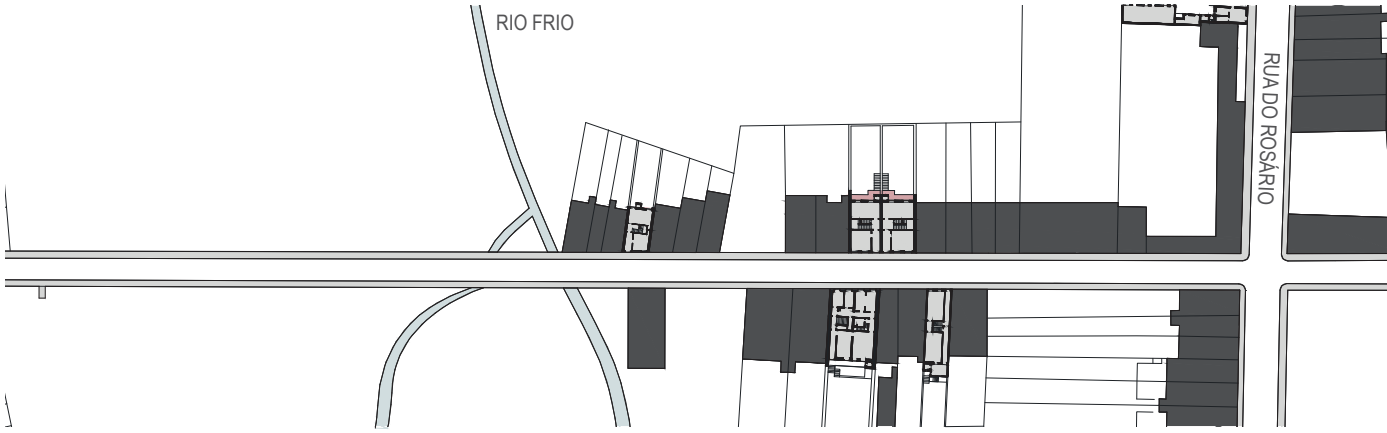


Fig. 3.57: Planta Rua de Miguel Bombarda de 1839, números ímpares



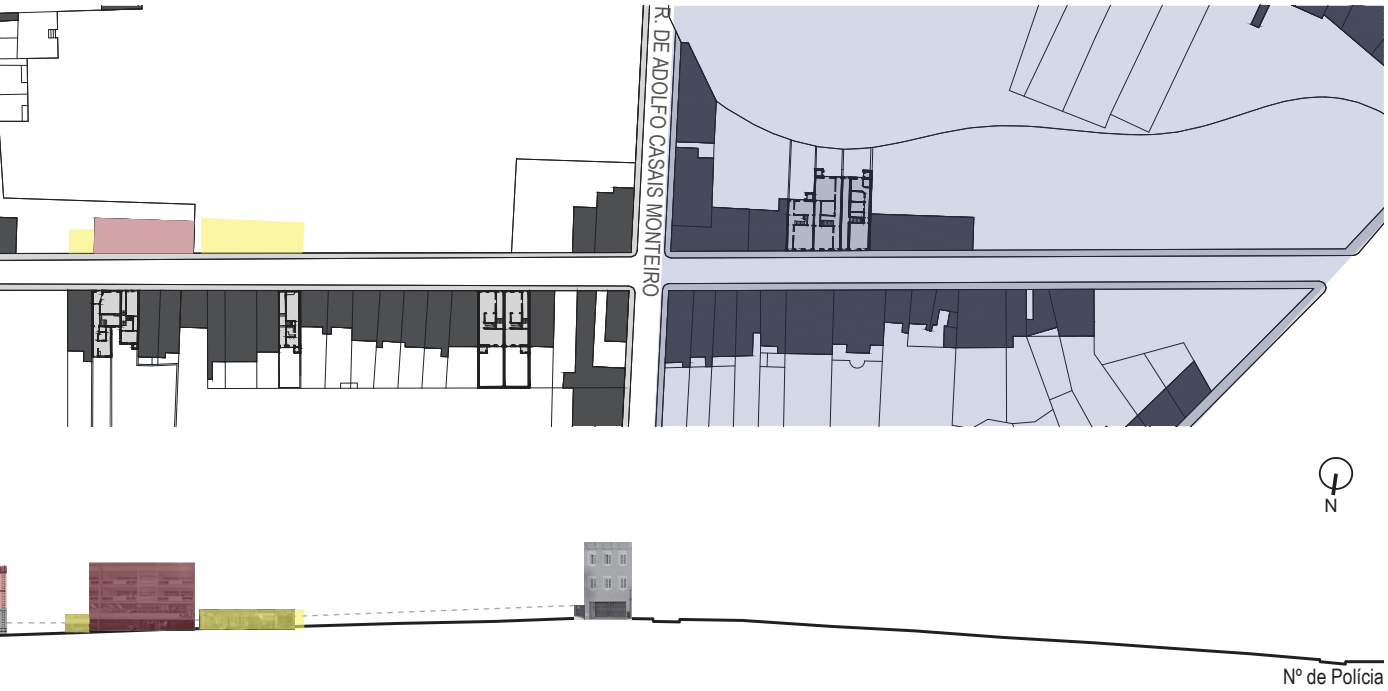
Fig. 3.58: Ensaio do Perfil da Rua de Miguel Bombarda de 1830-1839, números ímpares

1839 | Rua de Miguel Bombarda . números de polícia ímpares

O grande desenvolvimento da Rua de Miguel Bombarda vai contra a relativa estagnação que se vivia na cidade do Porto, após a Revolução Liberal e a instauração de uma Monarquia Constitucional (referido em capítulo 2.2). À data de 1839, a Rua de Miguel Bombarda tinha o seu troço completamente concluído. Ao contrário do que aconteceu nesta altura na Rua do Rosário, a Rua de Miguel Bombarda tem um grande crescimento no número de edificações construídas. As novas edificações surgem localizadas junto aos quarteirões definidos pelo encontro da Rua de Miguel Bombarda com a Rua do Rosário. Simultaneamente com o que acontecia e rua na Rua do Rosário, os maiores conjuntos habitacionais surgiam nos quarteirões de encontro com as ruas adjacentes.

Para além do número de edificações ter aumentado exponencialmente, outra grande alteração foi também o tipo de construções edificadas. Os edifícios construídos continuavam a ocupar um ou dois lotes, contudo em altura passaram de um para três a quatro pisos. Apesar do significativo aumento do número de pisos construídos, o carácter da rua continua aparentemente bastante horizontal, o que poderá dever-se ao facto dos prédios edificados apresentarem alçados e cérceas bastante semelhantes entre si.

No centro da Rua de Miguel Bombarda podemos ver que dois edifícios, pequenos anexos ou construções precárias, foram demolidos para dar lugar a um outro de maior dimensão.



Data de Licenciamento

Limite dos Quarteirões | Construção Existente | Construção Nova | Construção Demolida | Legenda



Fig. 3.59: Planta de localização do perfil de rua em análise

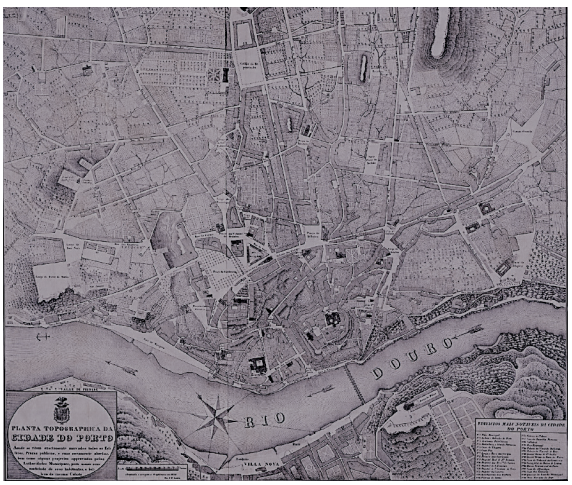


Fig. 3.60: Planta da cidade do Porto, 1839, Joaquim Costa Lima

nº de lotes edificados	25
nº de construções novas	18
nº de construções demolidas	02

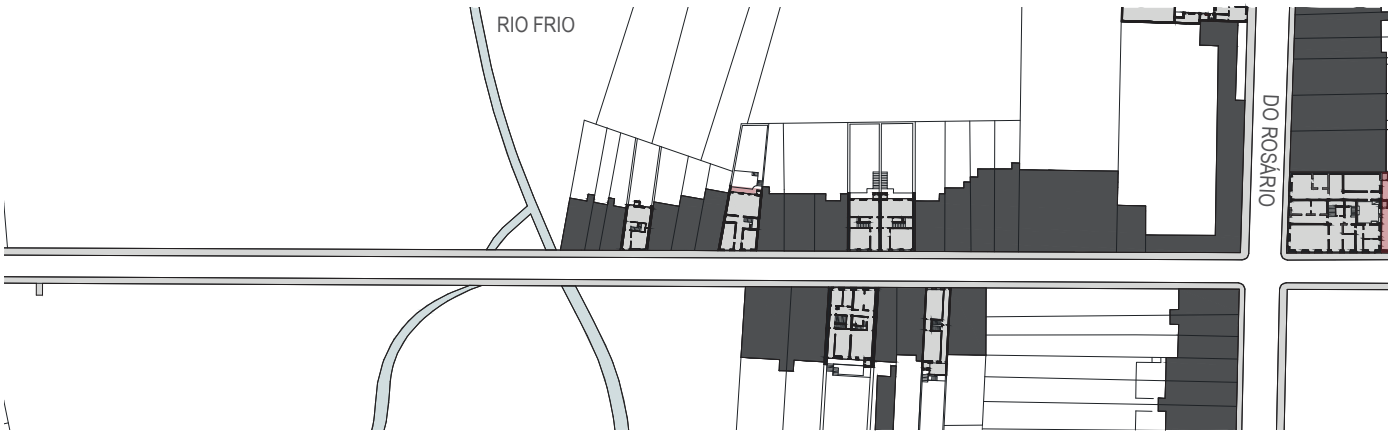


Fig. 3.61: Planta Rua de Miguel Bombarda de 1865, números ímpares



Fig. 3.62: Ensaio do Perfil da Rua de Miguel Bombarda de 1860-1869, números ímpares

1865 | Rua de Miguel Bombarda . números de polícia ímpares

A par com o que aconteceu na Rua do Rosário no mesmo período, também aqui não é visível uma grande evolução urbana desde a análise do período temporal anterior, referente aos anos de 1830-1839. Sendo que a estagnação é ainda mais notória na Rua de Miguel Bombarda do que na Rua do Rosário.

A não evolução da Rua de Miguel Bombarda poderá estar relacionada, como já referi durante a análise da Rua do Rosário, à Revolução Industrial e a todas as consequências que advieram dela. Como por exemplo à construção de um novo modelo de habitação em estruturas precárias - as *ilhas* (abordado no capítulo 2.1) - que eram construídas de forma mais rápida e económica.



Data de Licenciamento

Limite dos Quarteirões | Construção Existente | Construção Nova | Construção Demolida | Legenda



Fig. 3.63: Planta de localização do perfil de rua em análise

nº de lotes edificados	28
nº de construções novas	03
nº de construções demolidas	00



Fig. 3.64: Planta da cidade do Porto, 1865, Perry Vidal

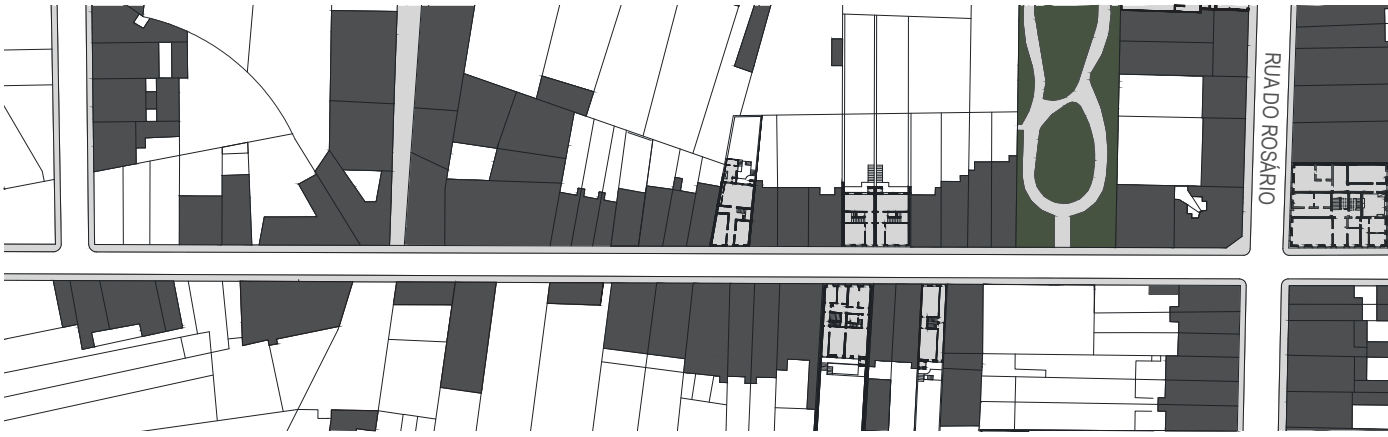


Fig. 3.65: Planta Rua de Miguel Bombarda de 1892, números ímpares

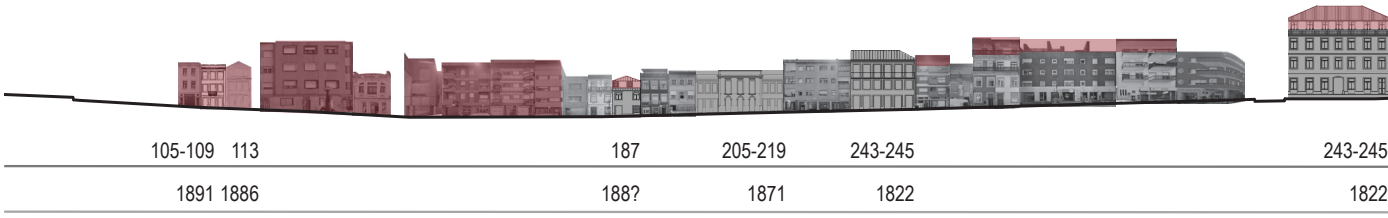


Fig. 3.66: Ensaio do Perfil de Rua de Miguel Bombarda de 1890-1899, números ímpares

Fora do Limite do Estudo

1892 | Rua de Miguel Bombarda . números de polícia ímpares

A Rua de Miguel Bombarda, no fim do século XIX, tinha os seus quarteirões quase todos preenchidos com construções. É neste período, a par com o que também aconteceu na Rua do Rosário, que a Rua de Miguel Bombarda tem o maior desenvolvimento do seu volume de edificado.

O facto de nesta altura surgir uma nova classe social bastante capitalista e com algum poder económico, contribuiu para a construção e o aparecimento dos novos palácios urbanos. Os palácios urbanos, como já referi anteriormente, ocupavam lotes bastantes largos e geralmente com um grande espaço de logradouro privado, como é o caso dos edifícios construídos nos números de polícia 449-451 e 469-471. Com os lotes da rua quase todos preenchidos o edifício localizado ao lado do número de polícia 243-245 é demolido para ampliação do logradouro do edifício adjacente.

Ao analisarmos o Ensaio de Perfil, relativo aos números de policia ímpares da Rua de Miguel Bombarda é possível aferir que se intensificou um contexto de cérceas cada vez mais irregulares. Esta irregularidade em altura é igualmente comprovável em profundidade, isto porque, no fim do século XIX, ainda não existiam leis ou posturas promulgadas, que regulassem o comprimento ou profundidade, mínimas ou máximas dos edifícios e como resultado desta falta de regulamentação a frente tardoz dos prédios é composta por diversos avanços e recuos, raramente regulares.





Fig. 3.67: Planta de localização do perfil de rua em análise

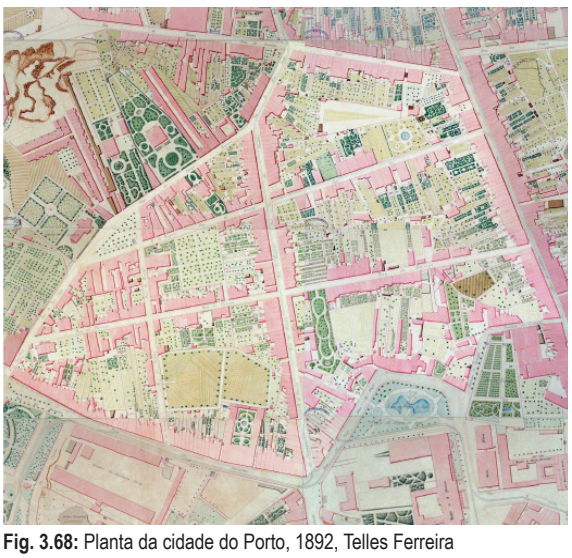


Fig. 3.68: Planta da cidade do Porto, 1892, Telles Ferreira

nº de lotes edificados	42
nº de construções novas	14
nº de construções demolidas	01

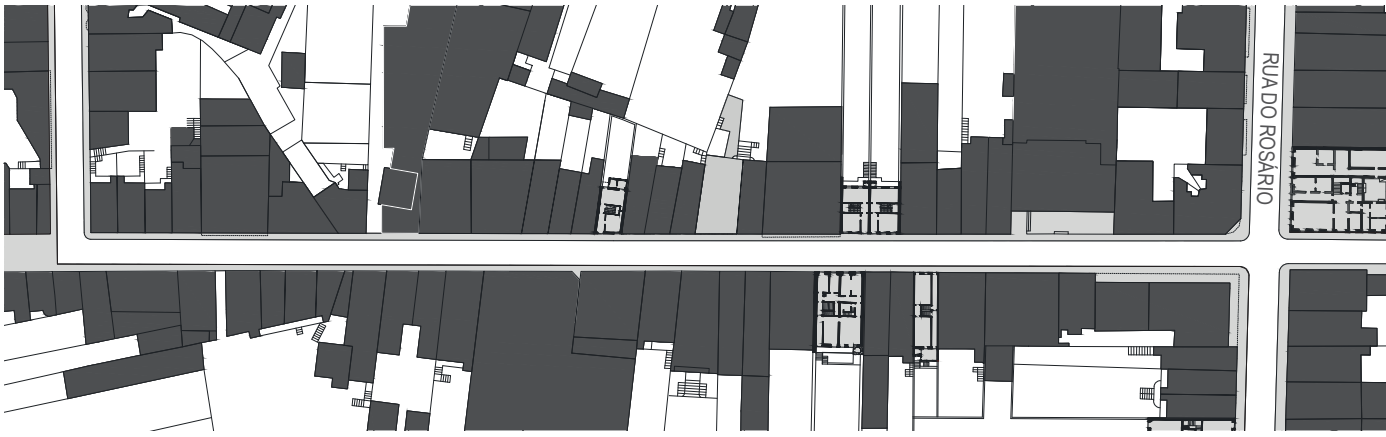


Fig. 3.69: Planta Rua de Miguel Bombarda de 1937, números ímpares



Fig. 3.70: Ensaio do perfil da Rua de Miguel Bombarda de 1930-1939, números ímpares

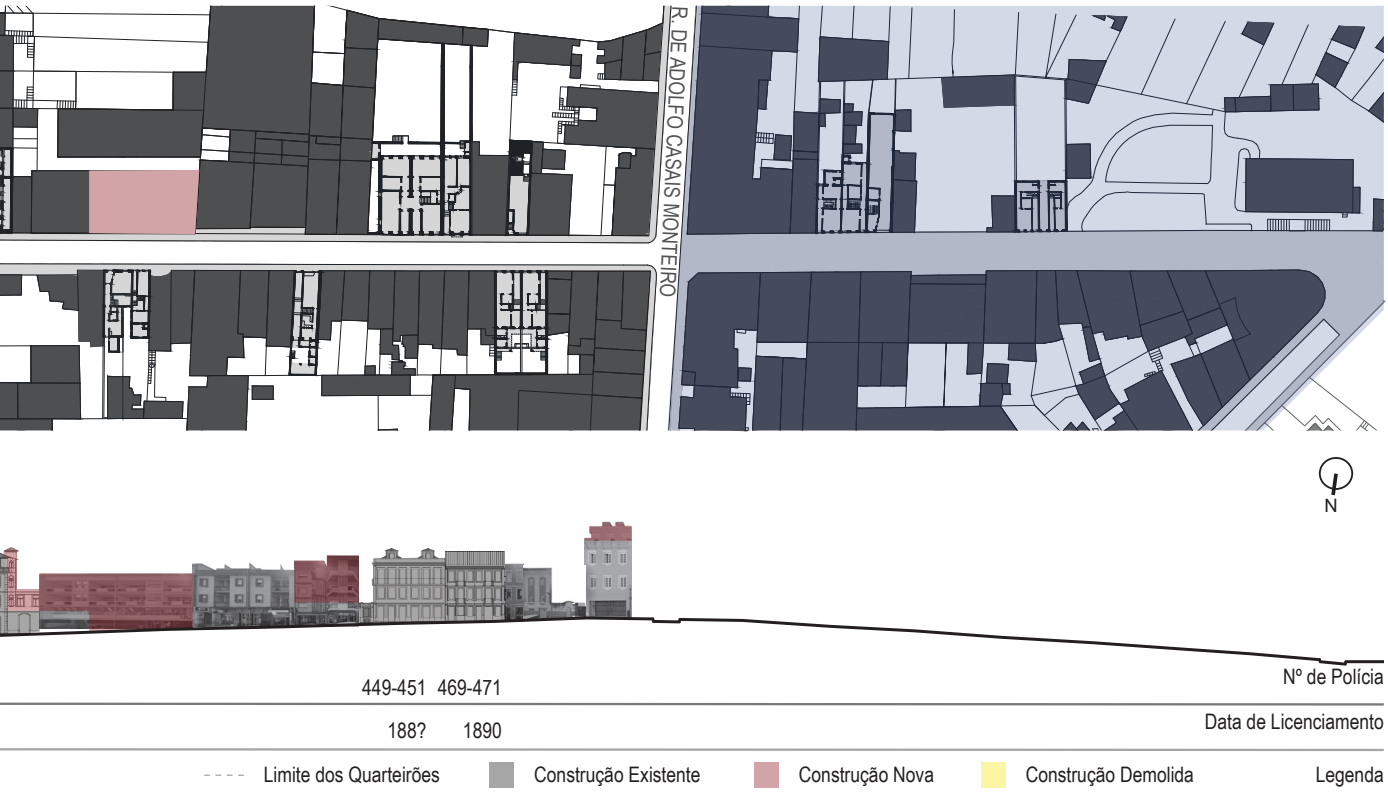
Fora do Limite do Estudo

1937 | Rua de Miguel Bombarda . números de polícia ímpares

A Rua de Miguel Bombarda quando comparada com a Rua do Rosário, em igual período, teve um maior crescimento urbano, porque enquanto que nos anos de 1890-1899 a Rua do Rosário tinha quase com todos os lotes ocupados, na Rua de Miguel Bombarda ainda existiam um grande número por consolidar.

Para além das novas edificações construídas a partir de um lote vazio, também os edifícios existentes sofreram alterações, uma das alterações mais comuns foi o aumento do número de pisos, a par com o que acontecia em igual período na Rua do Rosário, outra alteração visível foi o desenvolvimentos horizontal dos edifícios ou a construção de novas edificações no lugar antes ocupado pelos grandes logradouros pertencentes aos palácios urbanos, como é o caso do edifício localizado no número de polícia 243-245.

A ocupação dos logradouros é um processo de construção que só acontece quando a rua está perto da sua ocupação máxima e com o aumento significativo da população, na cidade do Porto, os grandes investidores vêm estes terrenos como grandes oportunidades para construir edifícios plurifamiliares, com largura correspondente a quatro ou seis lotes.



Nº de Polícia	449-451	469-471
Data de Licenciamento	188?	1890

Legenda: Limite dos Quarteirões; Construção Existente; Construção Nova; Construção Demolida



Fig. 3.71: Planta de localização do perfil de rua em análise



Fig. 3.72: Planta da cidade do Porto, 1937, Câmara Municipal do Porto

nº de lotes edificados	47
nº de construções novas	05
nº de construções demolidas	00

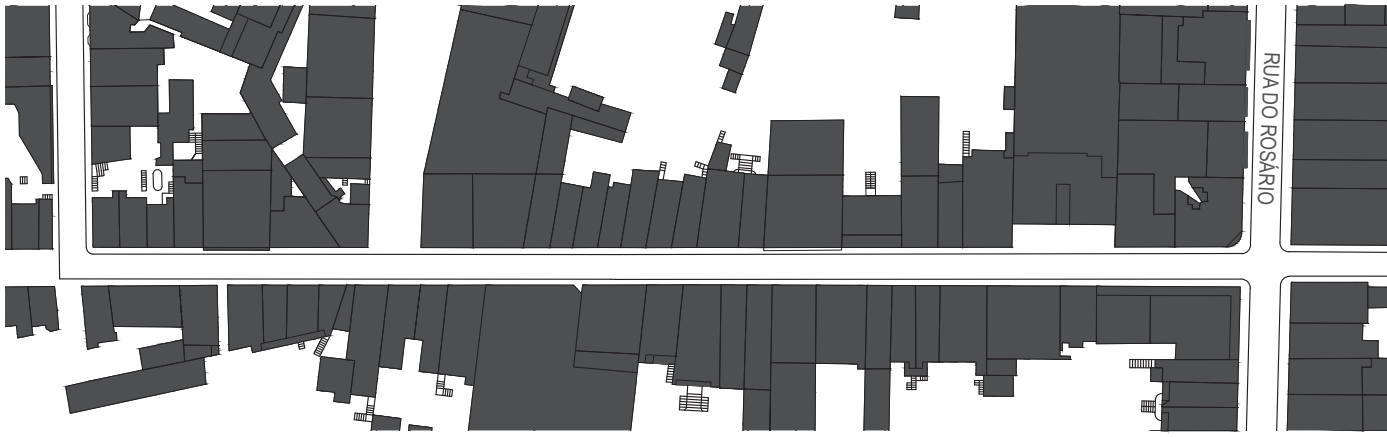


Fig. 3.73: Planta Rua de Miguel Bombarda de 2019, números ímpares



Fig. 3.74: Ensaio do perfil da Rua de Miguel Bombarda de 2010-2019, números ímpares

Fora do Limite do Estudo

2020 | Rua de Miguel Bombarda . números de polícia ímpares

O Ensaio de Perfil de rua a cima representa o estado atual do lado sul da Rua de Miguel Bombarda. Analisando o Ensaio de Perfil da Rua de Miguel Bombarda e comparando-o com os Ensaios de Perfis da Rua do Rosário, o primeiro tem notoriamente um carácter mais de zona comercial e de serviços, enquanto o da Rua do Rosário tem mais edifícios exclusivamente de habitação.

Assim como também acontece na Rua do Rosário, as maiores diferenças visíveis ao nível dos alçados passam pela substituição de alguns edifícios, muitas vezes já em estado de ruína e/ou abandono, por outros novas construções mais recentes. Com a demolição e consequente construção de um novo prédio, o novo volume ou assume a cércea do anterior ou outras vezes procura alinhar com a cércea média da rua, definida pelos regulamentos em vigor.

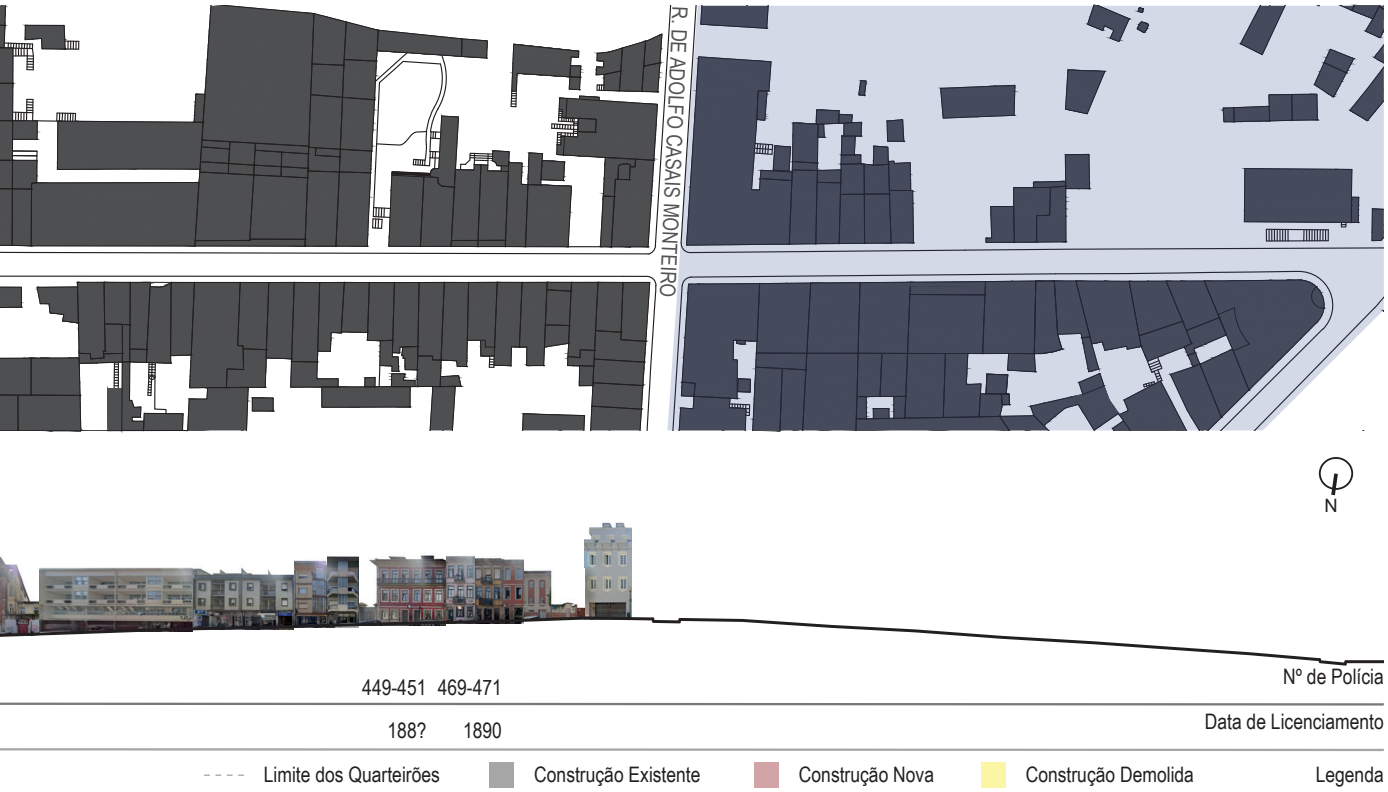




Fig. 3.75: Planta de localização do perfil de rua em análise



Fig. 3.76: Vista aérea da cidade do Porto, 1939, C. M. do Porto

nº de lotes edificados	47
nº de construções novas	00
nº de construções demolidas	00

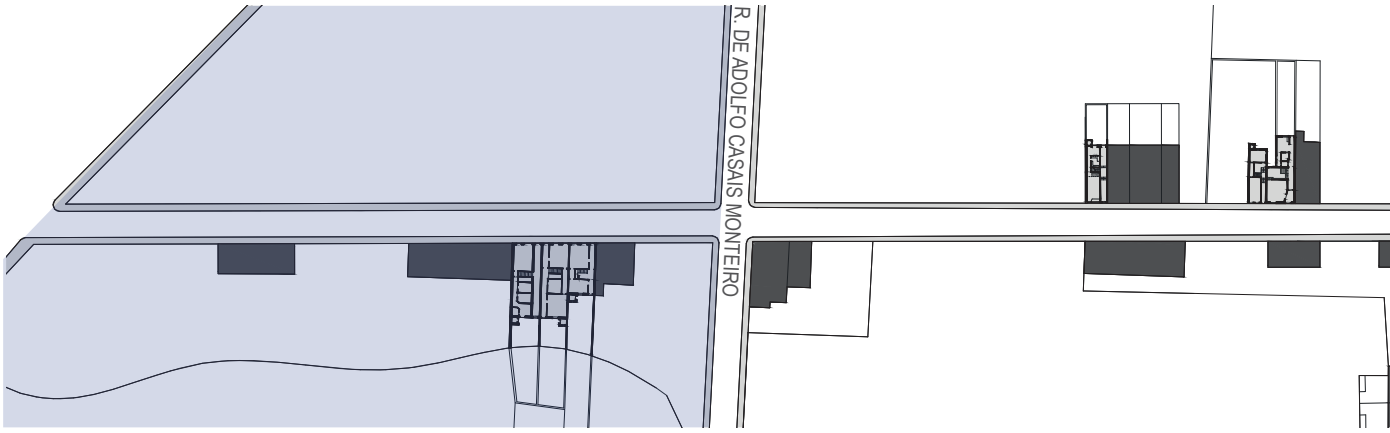


Fig. 3.77: Planta Rua de Miguel Bombarda de 1813, números pares

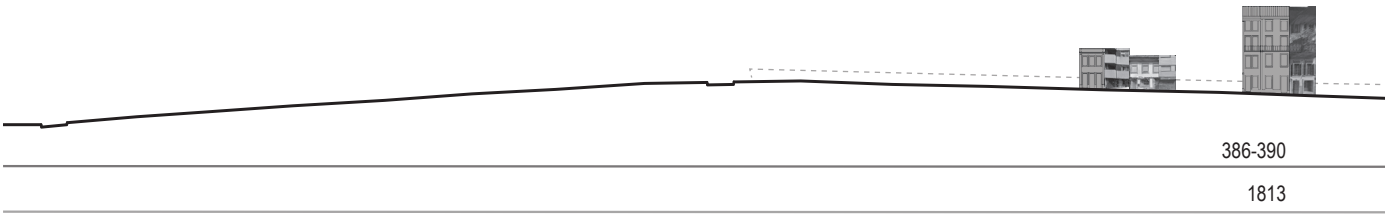


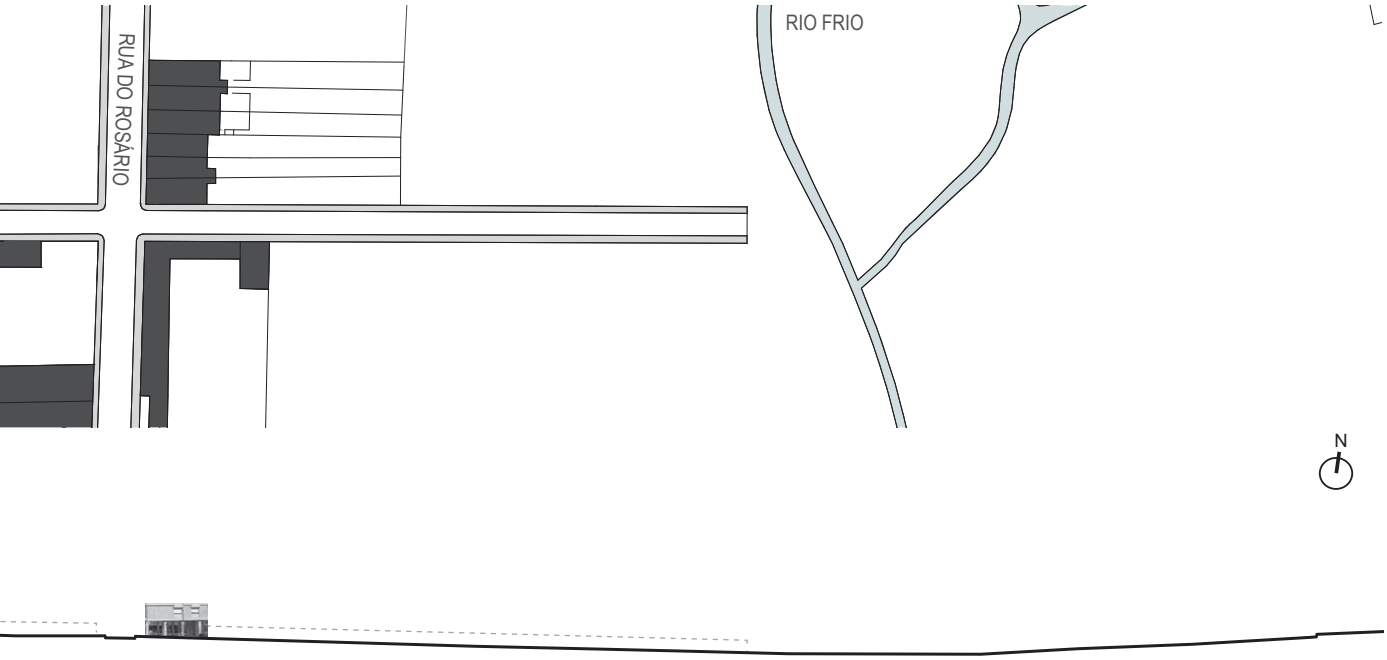
Fig. 3.78: Ensaio do Perfil da Rua de Miguel Bombarda de 1810-1819, números pares

Fora do Limite do Estudo

1813 | Rua de Miguel Bombarda . números de polícia pares

O Ensaio de Perfil de Rua correspondente aos números de polícia pares da Rua de Miguel Bombarda é um espelho do que acontecia no lado correspondente aos número de polícia ímpares: edifícios de escala pequena, que ocupavam geralmente um lote e tinham geralmente um ou dois pisos em altura. Todavia a excepção encontra-se junto ao número 386-390, onde muito à semelhança do que acontecia na Rua do Rosário, é construído um edifício em banda com quatro andares de altura.

A construção de edifícios em banda sugere-nos a tentativa, por parte dos proprietários, de redução e optimização de custos através da construção em "massa". Geralmente a construção em "massa" faz com que tenhamos alçados mais semelhantes e regulares entre si, o que aparenta que os edifícios obedeciam a algum tipo Lei ou Postura promulgada, contudo em 1813, não existia nenhuma legislação que definisse regras para o desenhos de alçados.



Nº de Polícia

Data de Licenciamento

Limite dos Quarteirões | Construção Existente | Construção Nova | Construção Demolida | Legenda



Fig. 3.79: Planta de localização do perfil de rua em análise



Fig. 3.80: Planta Redonda da cidade do Porto, 1813, George Balck

nº de lotes edificados	07
nº de construções novas	00
nº de construções demolidas	00



Fig. 3.81: Planta Rua de Miguel Bombarda de 1839, números pares

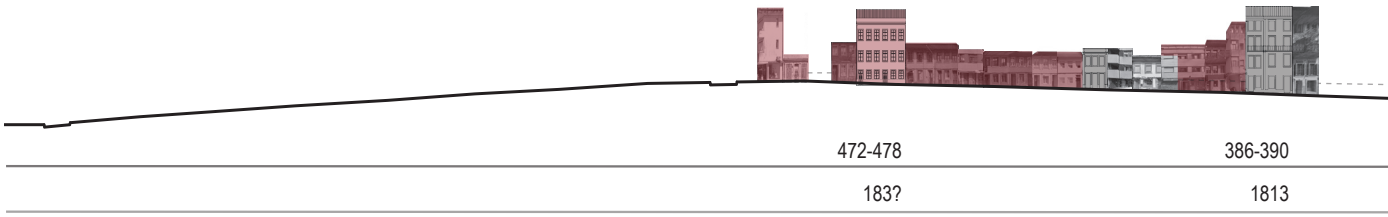


Fig. 3.82: Ensaio do Perfil da Rua de Miguel Bombarda de 1830-1839, números pares

Fora do Limite do Estudo

1839 | Rua de Miguel Bombarda . números de polícia pares

O lado norte da Rua de Miguel Bombarda acompanha o crescimento urbano que aconteceu no lado contrário da rua. O novo edificado apresenta as mesmas características do lado sul da Rua de Miguel Bombarda: edifícios que ocupam um ou dois lotes e que em altura são compostos por três a quatro pisos. Contudo, podemos observar que o lado da rua, relativo aos números de polícia pares, apresenta em média uma cércea menor do que o outro lado da rua, já analisado.

A construção lote a lote, contínua a ser o modelo de edificação mais utilizado neste período, isto devido "(...) à introdução tardia de lógicas de planeamento urbano pelas entidades responsáveis (na 1ª metade do século XX, apenas a partir do final dos anos 30); à falta de envolvimento dos serviços camarários em grandes operações de intervenção urbana; ao poder dos privados sobre os processos de gestão territorial; à falta de capital para investimento imobiliário destes e à incontornável preferência pela construção de habitação unifamiliar, independente, e com possibilidade de gestão autónoma do rés-do-chão e do espaço exterior/logradouro."[78]

78 LAMEIRA, Maria Gisela Antunes. Prédio de rendimento portuense: topologias, tipologias e modelos de habitação plurifamiliar na 1ª metade do século XX. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2017. Tese de Doutoramento. (Ed. Formato Digital), p. 171.

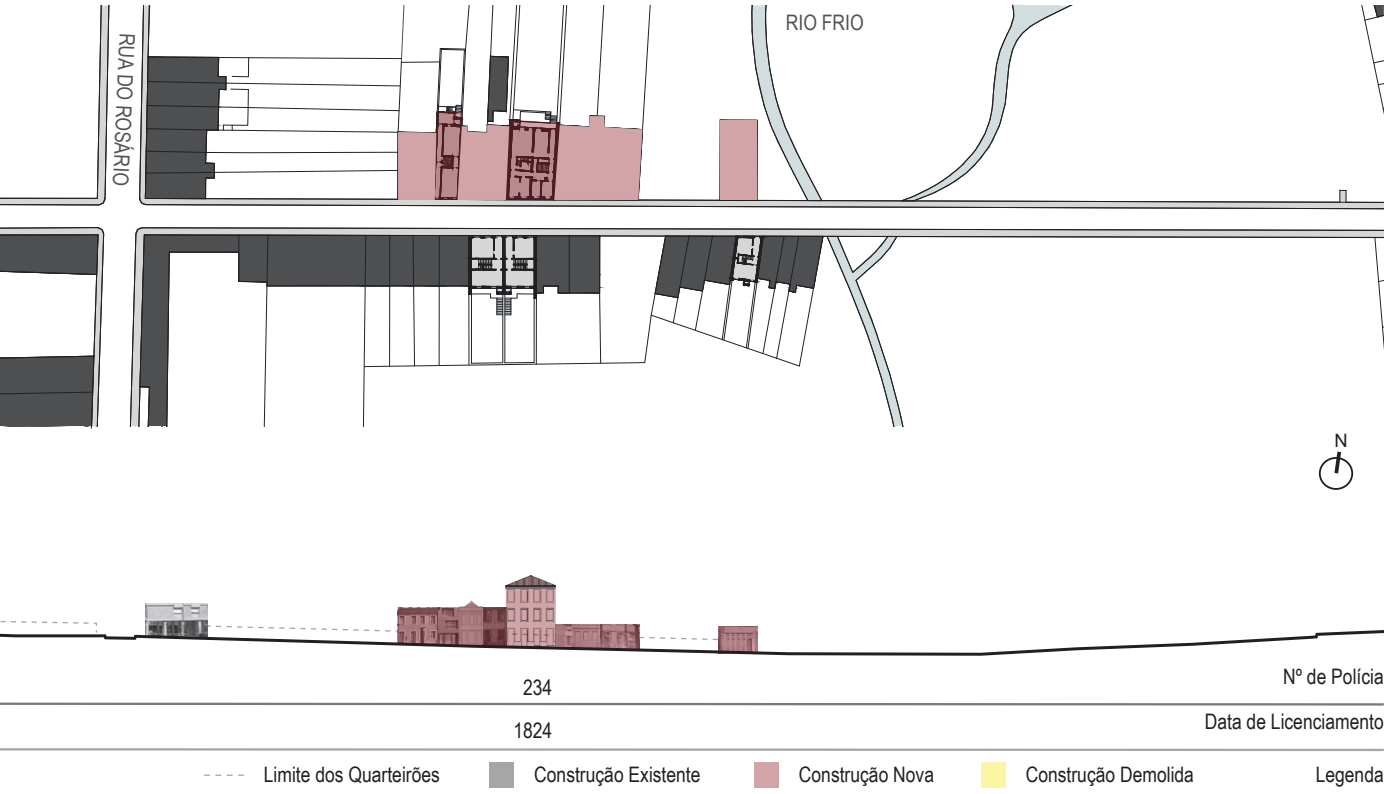




Fig. 3.83: Planta de localização do perfil de rua em análise

nº de lotes edificados	30
nº de construções novas	23
nº de construções demolidas	00

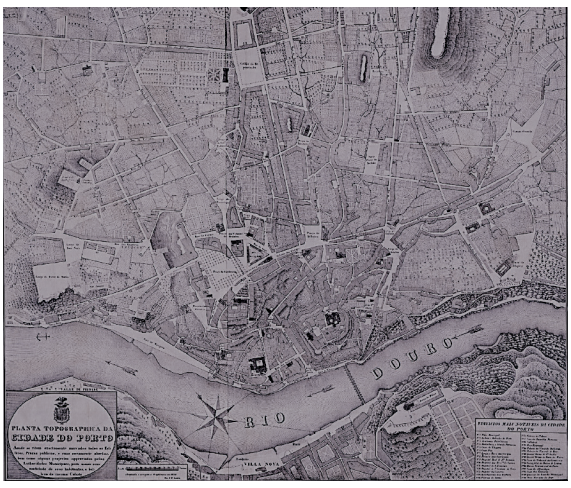


Fig. 3.84: Planta da cidade do Porto, 1839, Joaquim Costa Lima



Fig. 3.85: Planta Rua de Miguel Bombarda de 1865, números pares

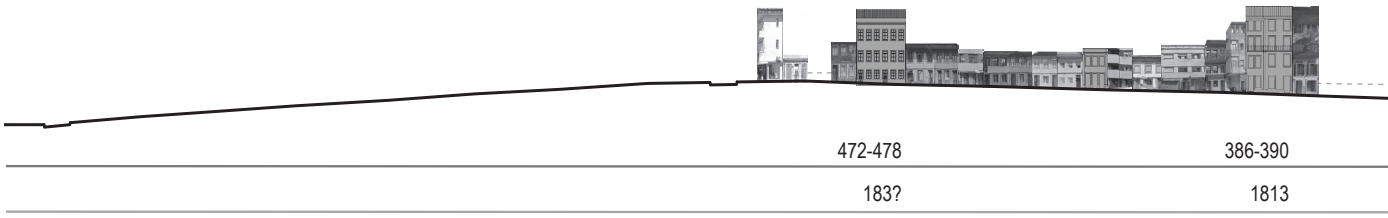


Fig. 3.86: Ensaio do Perfil da Rua de Miguel Bombarda de 1860-1869, números pares

1865 | Rua de Miguel Bombarda . números de polícia pares

Apesar do relativo não avanço no desenvolvimento dos edifícios construídos durante os anos de 1860 a 1869, tanto na Rua do Rosário, como na Rua de Miguel Bombarda, o perfil de rua relativo ao lado norte da Rua de Miguel Bombarda foi aquele que menos evoluiu. Segundo o Ensaio de Perfil de Rua realizado não foi possível identificar nenhuma alteração ocorrida nos edifícios construídos, nem novos prédios, no decorrer deste período temporal.

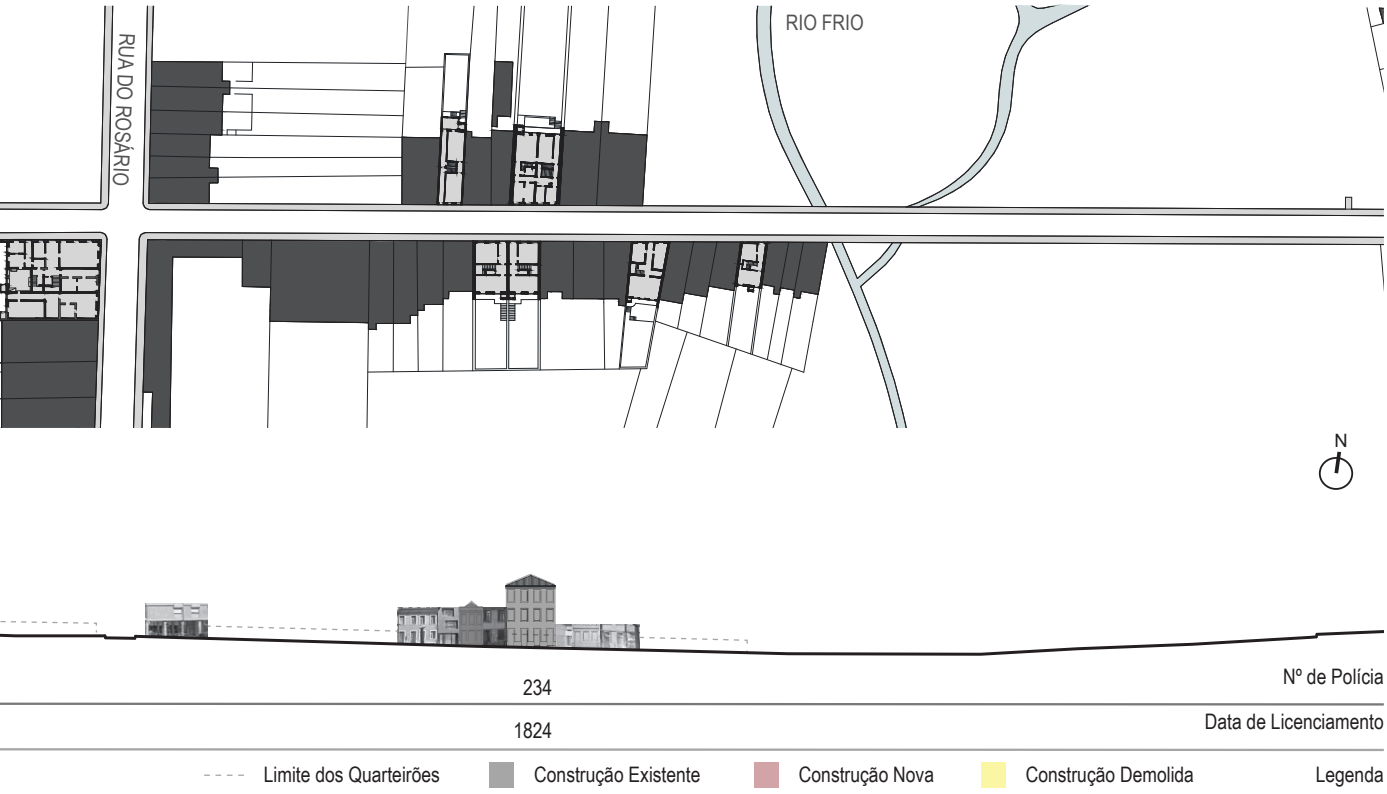




Fig. 3.87: Planta de localização do perfil de rua em análise

nº de lotes edificados	30
nº de construções novas	00
nº de construções demolidas	00



Fig. 3.88: Planta da cidade do Porto, 1865, Perry Vidal

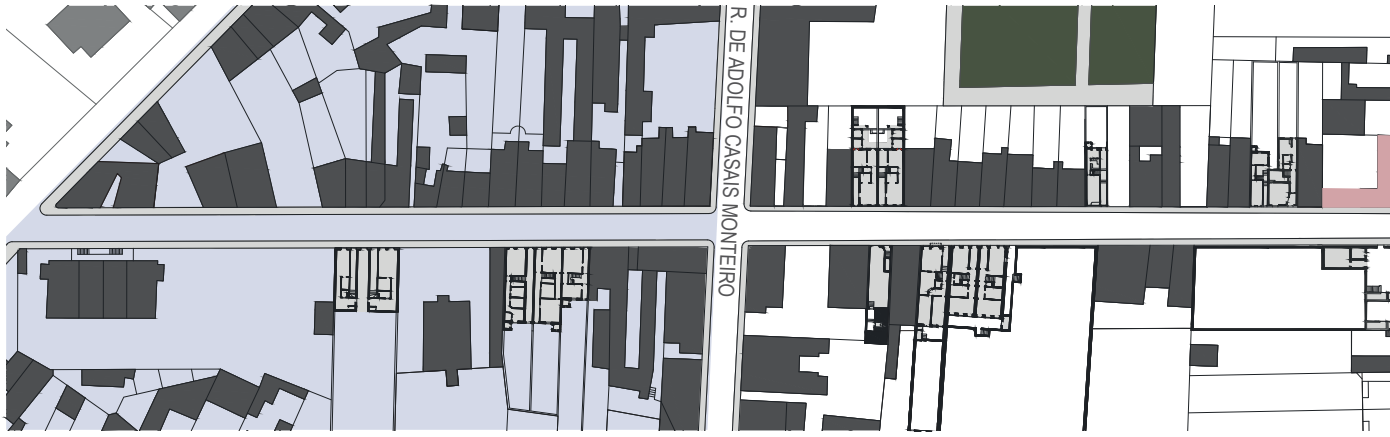


Fig. 3.89: Planta Rua de Miguel Bombarda de 1892, números pares

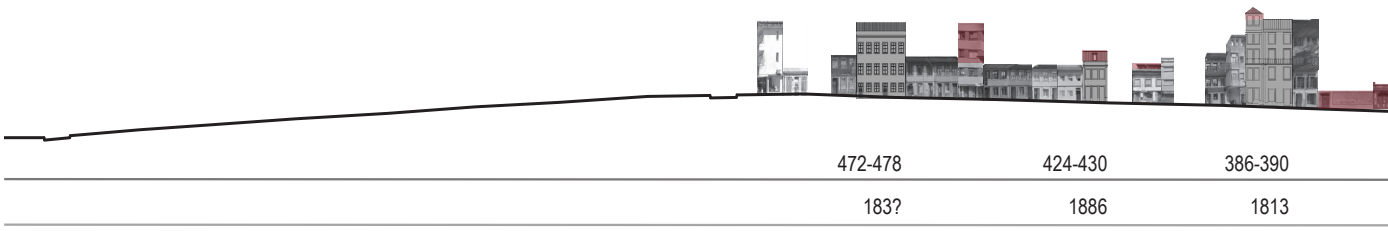


Fig. 3.90: Ensaio do Perfil de Rua de Miguel Bombarda de 1890-1899, números pares

1892 | Rua de Miguel Bombarda . números de polícia pares

No que diz respeito ao lado norte da Rua de Miguel Bombarda, é notório que apesar de existir um grande aumento do número de lotes ocupados ainda é possível encontrarmos lotes sem qualquer tipo de construção, o que não corresponde ao que analisamos nos restantes Ensaios de Perfis de Rua, correspondentes ao mesmo período temporal, nos demais existiam muito poucos ou nenhum lote por preencher.

No final do século XIX, a maior parte das edificações construídas localizam-se no lado nascente da Rua de Miguel Bombarda. O lado nascente da Rua de Miguel Bombarda (último troço da rua a ser construído, terminado nos anos 20) faz a ligação com um dos eixos mais importantes da cidade do Porto, a Rua de Cedofeita.

Um dos grandes edifícios construídos nesta altura é um edifício tipo palácio urbano, número 352-358, com duas frentes, localizado no gaveto definido pelo cruzamento da Rua de Miguel Bombarda com a Rua do Rosário (edifício que atualmente está abandonado e em ruína).

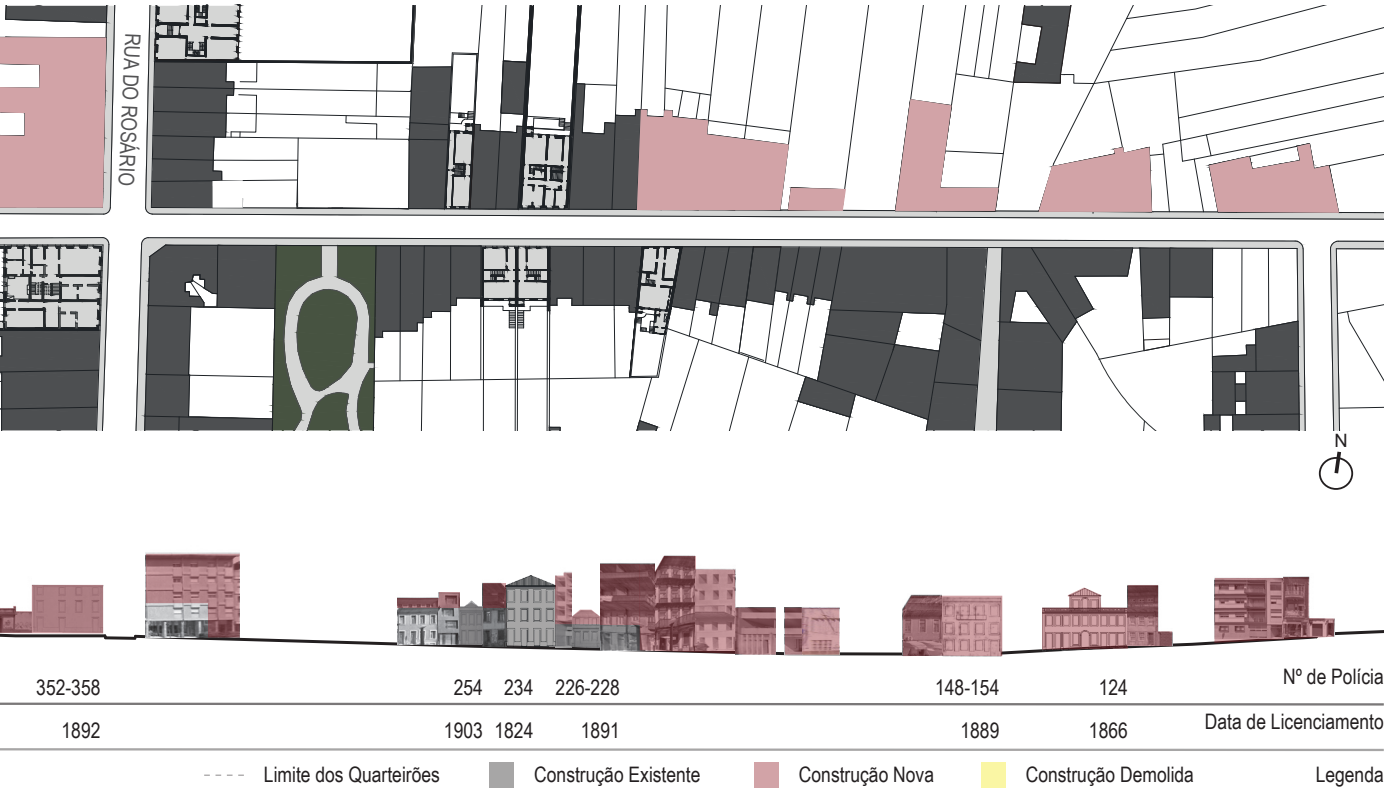




Fig. 3.91: Planta de localização do perfil de rua em análise

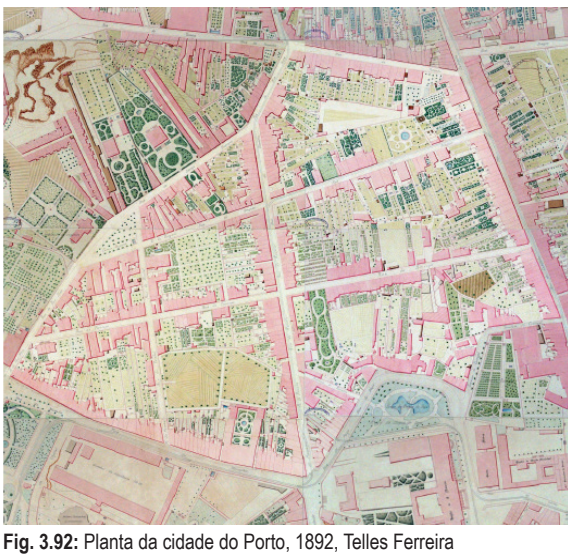


Fig. 3.92: Planta da cidade do Porto, 1892, Telles Ferreira

nº de lotes edificados	48
nº de construções novas	18
nº de construções demolidas	00

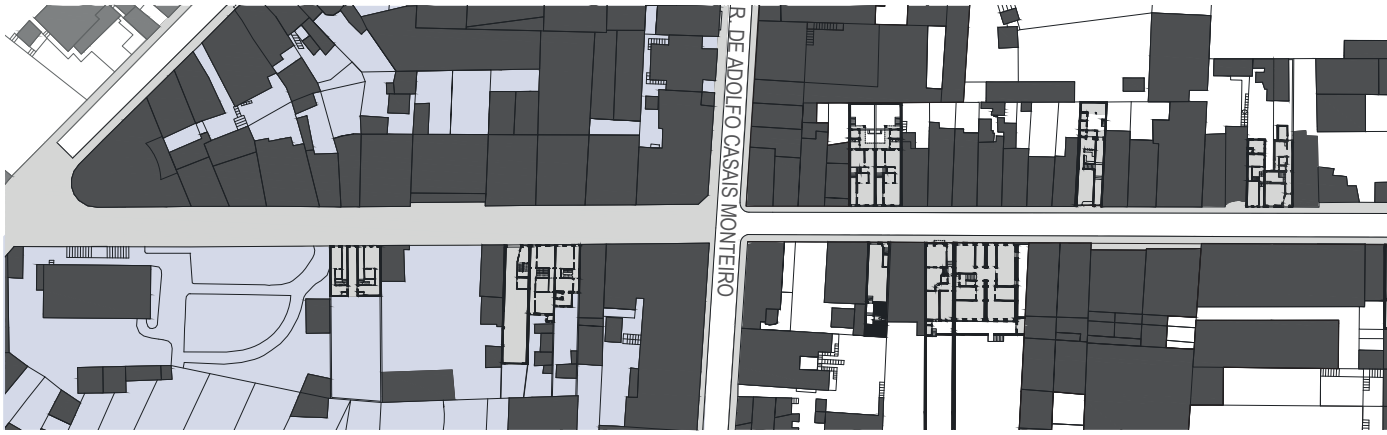


Fig. 3.93: Planta Rua de Miguel Bombarda de 1937, números pares

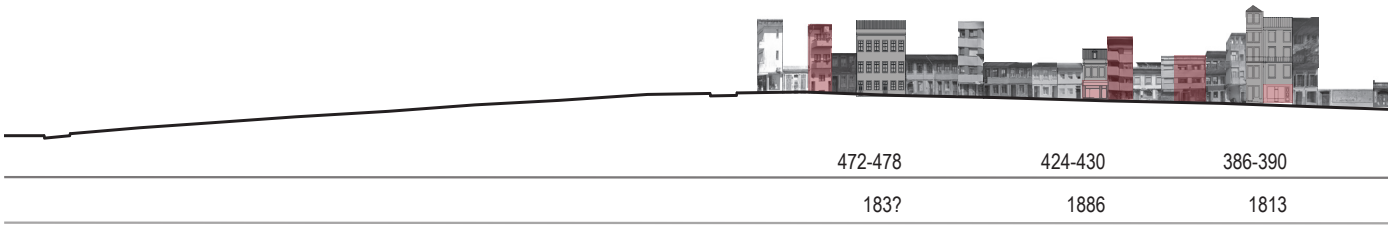


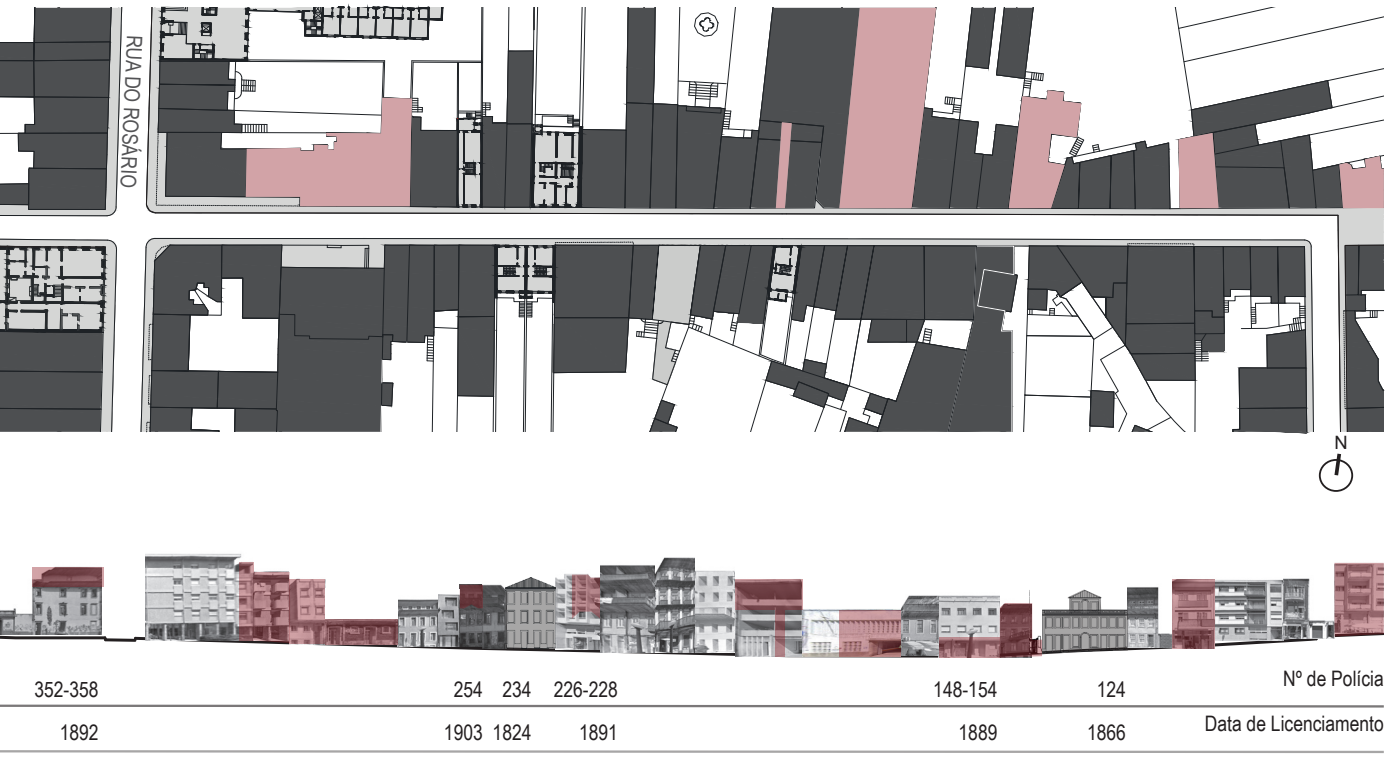
Fig. 3.94: Ensaio do perfil da Rua de Miguel Bombarda de 1930-1939, números pares

1937 | Rua de Miguel Bombarda . números de polícia pares

O lado norte da Rua de Miguel Bombarda acompanhou o desenvolvimento do lado contrário da rua.

Para além da construção de novos pisos em altura em edifícios pré-existentes e da construção de novos edifícios no espaço anteriormente destinado a logradouros, outro modelo de evolução do edificado, que se encontra com frequência na Rua de Miguel Bombarda é a transformação do piso do rés-do-chão. Geralmente, as alterações ao nível do piso térreo previam a conversão de edifícios monofuncionais, destinados apenas à habitação em edifícios plurifuncionais, com comércio e/ou serviços no piso junto à rua e habitação nos pisos superiores.

A transformação dos pisos junto à rua, espelhou a maior complexidade económica e social da população da cidade do Porto do século XX - quando comparada com as necessidades da população no século anterior (século XIX). Para colmatar essas novas exigências da população, em 1905, a Câmara Municipal do Porto, promulga *O Código de Posturas do Município do Porto,* o código incluía a regulamentação específica destinada aos corpos salientes, como alpendres e coberturas sobre o espaço público.



352-358	254	234	226-228	148-154	124	Nº de Polícia
1892	1903	1824	1891	1889	1866	Data de Licenciamento

Limite dos Quarteirões | Construção Existente | Construção Nova | Construção Demolida | Legenda



Fig. 3.95: Planta de localização do perfil de rua em análise



Fig. 3.96: Planta da cidade do Porto, 1937, Câmara Municipal do Porto

nº de lotes edificados	59
nº de construções novas	11
nº de construções demolidas	00

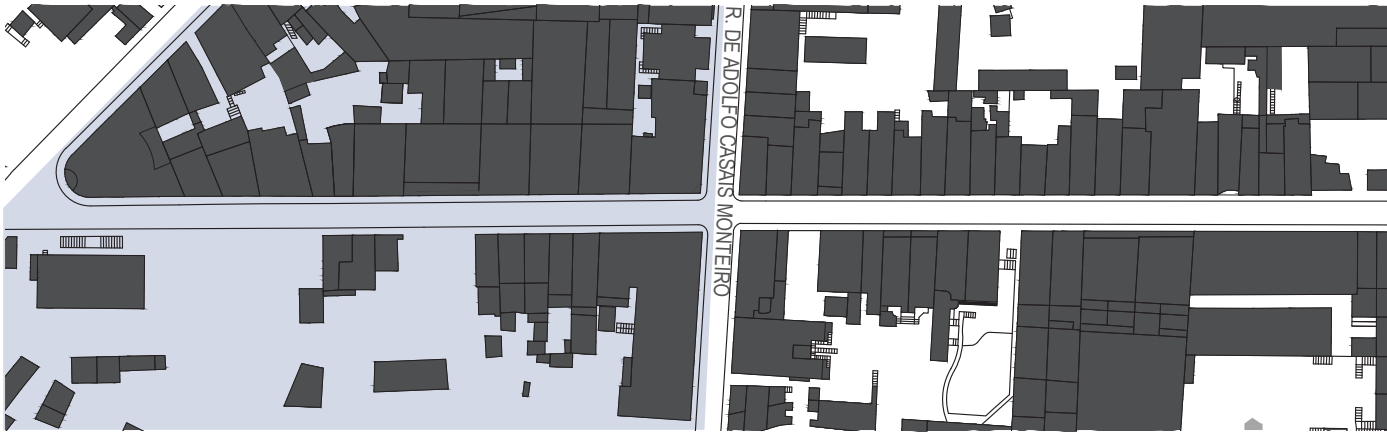


Fig. 3.97: Planta Rua de Miguel Bombarda de 2019, números pares

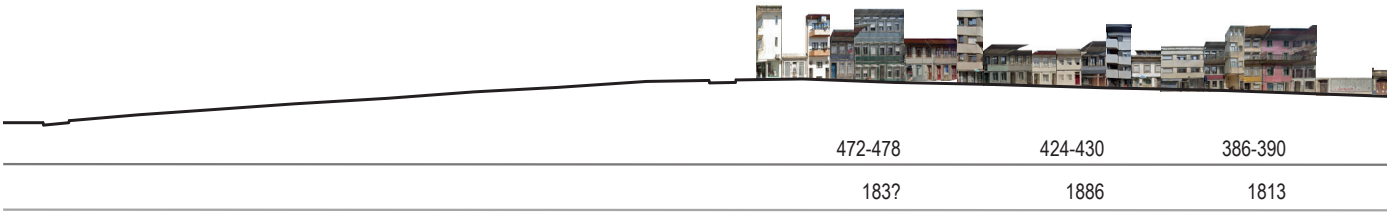


Fig. 3.98: Ensaio do perfil da Rua de Miguel Bombarda de 2010-2019, números pares

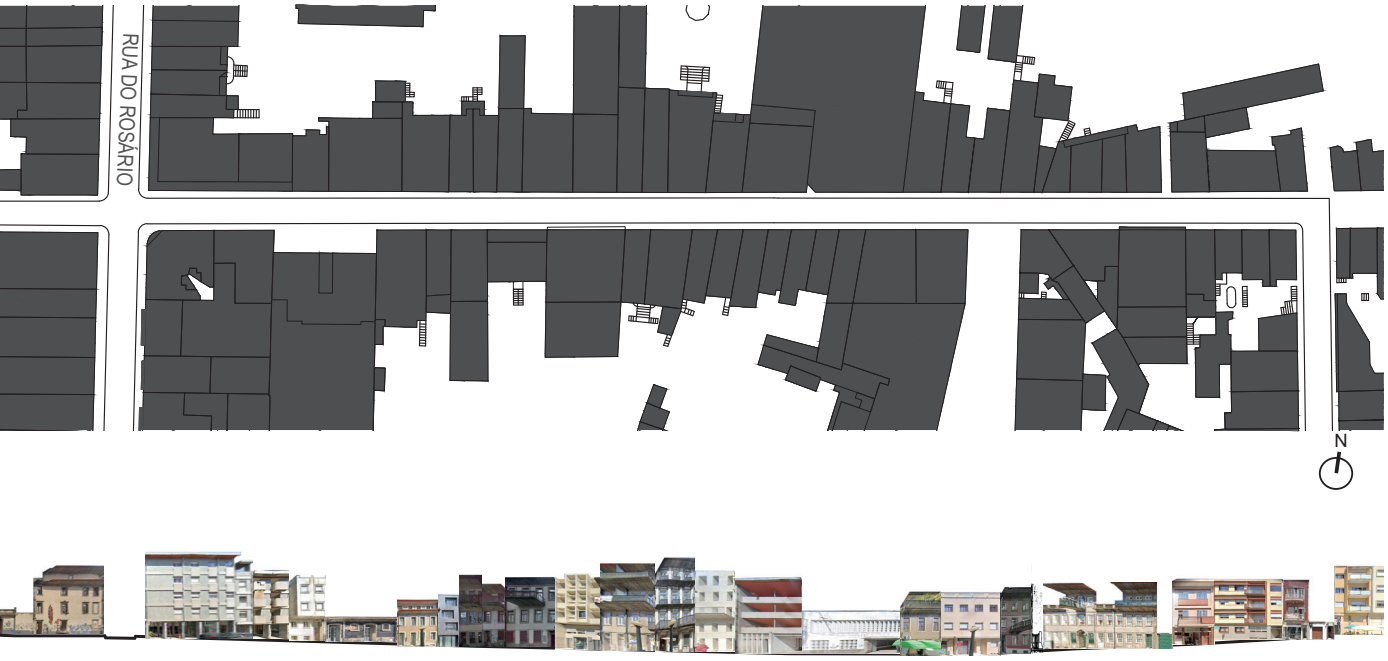
2020 | Rua de Miguel Bombarda . números de polícia pares

O Ensaio de Perfil de Rua corresponde ao presente estado do lado norte da Rua de Miguel Bombarda.

Com a ocupação total dos lotes da Rua de Miguel Bombarda é possível apontar diferenças no tipo de ocupação da duas ruas. Como já referi, a maior diferença prende-se com o facto da Rua de Miguel Bombarda ser uma rua mais direcionada para o comércio e serviços (edifícios plurifuncionais) enquanto que a Rua do Rosário tem um carácter mais habitacional (edifícios monofuncionais).

O lado nascente da Rua de Miguel Bombarda é marcado por edifícios que ocupam lotes largos e altos. A presença deste tipo de edificado poderá dever-se ao facto de esta zona ter sido desenvolvida alguns anos mais tarde do que o lado poente da Rua de Miguel Bombarda, devido à conclusão tardia da construção da rua.

Outra das curiosidades relativa à análise das duas ruas é o facto de enquanto a Rua do Rosário sofre constantes alterações no desenho urbano da rua e da ligação com as ruas que a atravessam, a Rua de Miguel Bombarda no fim de concluído o seu traçado mantém o seu desenho urbano e o encontro com as ruas que a atravessam bastante estável.



352-358	254	234	226-228	148-154	124	Nº de Polícia
1892	1903	1824	1891	1889	1866	Data de Licenciamento

Limite dos Quarteirões | Construção Existente | Construção Nova | Construção Demolida | Legenda



Fig. 3.99: Planta de localização do perfil de rua em análise



Fig. 3.100: Vista aérea da cidade do Porto, 1939, C. M. do Porto

nº de lotes edificados	59
nº de construções novas	00
nº de construções demolidas	00

Nome de Rua	Nº de Porta	Ano	Modelos de Crescimento			
			3.2.1. o edifício cresceu andar/andares em altura de forma contígua	3.2.2. o edifício cresceu andar/andares em forma de piso recuado	3.2.3. adiçao de um piso contiguo + piso recuado	3.2.4. o lote alargou
Rua do Rosário (nº pares)	28-40	1885				x
		1887				
		1889			x	
	48-52	1935		x		
	58-72	193?	x			
	74-78	estado atual			x	
	94-96	1896	x			
		estado atual	x			
	148-150	1889			x	
	160	1869	x			
		estado atual		x		
	172-176	estado atual		x		
	242-252	1898	x			
		1964/74				
	268-272	1899	x			
Rua do Rosário (nº ímpares)	21-31	1894		x		
	33-41	1958				
		estado atual		x		
	57-59	18??				
		1951				
		estado atual				
	67	189?		x		
	77-79	1991		x		
	81-83	estado atual		x		
	93-99	estado atual				
	107	estado atual				
	109-113	1915		x		
	171-175	estado atual				
	187	1964?				
	207-209	1923/31	x			
		1953				
	213	estado atual				
	215-217	estado atual	x			
	235	1890	x			
		estado atual				
	241-249	188?	x			
	257-267	18??				
		1878		x		

Fig. 3.101: Excerto da tabela de análise de modelos de crescimento dos casos de estudo (consultar tabela completa no anexo *3.4. Tabela de Classificação dos Processos de Densificação Urbana)*

3.2 Reconhecimento dos Processos de Densificação Urbana na Rua do Rosário e na Rua de Miguel Bombarda

Após a construção e análise dos Ensaios de Perfis e da identificação dos casos de estudo específicos a estudar, foi necessário catalogar e formar *famílias* com eles para ajudar à sua compreensão. Os casos de estudo foram selecionados com base nos perfis cronológicos elaborados, contudo não sendo possível estudar todos eles, foi fundamental escolher alguns edifícios para analisar e perceber a forma como o processo de densificação urbana das ruas foi acontecendo.

A seleção dos casos de estudo[79] foi, inicialmente, baseada nos casos eleitos na dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Miarq, realizada por Ricardo Murça, sobre a análise de pisos térreos da Rua do Rosário e da Rua de Miguel Bombarda[80] e posteriormente esta informação foi complementada pela investigação em arquivo, nomeadamente a partir da recolha e análise de licenças de obra existentes no Arquivo Histórico Municipal do Porto[81]. Em seguida para uma mais fácil interpretação e análise dos casos de estudo selecionados, precedeu-se à formação de *famílias* ou grupos. Essas *famílias* pretendem agregar casos de estudo com características de densificação comuns. Posto isto, foi possível categorizá-los em:

3.2.1 Processos de Densificação Vertical

_ o edifício cresceu um ou vários andares em altura, de forma contígua com a fachada existente

_ o edifício cresceu um ou vários andares em altura, em forma de piso recuado

_ o edifício cresceu um ou vários andares em altura, de forma contígua com a fachada existente e em forma de piso recuado

3.2.2 Processos de Densificação Horizontal

_ o lote estreito alargou

_ o terreno era logradouro de um edifício e deu lugar a um novo lote independente

3.2.3 Processos de Substituição do Edificado

_ o edifício foi totalmente demolido e deu origem a outro com a mesma altura

_ o edifício foi totalmente demolido e deu origem a outro que cresceu até onde pôde

3.2.4 Processos de Aparente Continuidade

_ o edifício não sofreu alterações de alçado aparentes

_ o edifício sofreu alterações ao nível do rés-do-chão

3.2.5 Processos de Diferentes Modelos de Crescimento Associados

79 Quarenta e nove casos de estudo.

80 MURÇA, Ricardo Nuno Lobo. Formas do piso térreo: da especialização à ruptura nas ruas M. Bombarda e Rosário. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2013. Dissertação de Mestrado. (Ed. Policopiada).

81 Esta procura foi realizada a partir das entradas “Rua do Rosário”, “Rua de Miguel Bombarda” e “Rua do Príncipe”, no sistema de informação interna do arquivo.

3.2.1 Processos de Densificação Vertical

_ o edifício cresceu um ou vários andares em altura, de forma contígua com a fachada existente

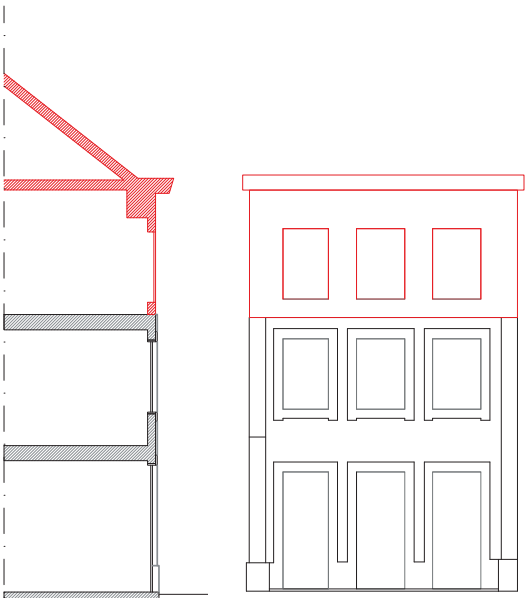


Fig. 3.101: Esquema de processos de densificação vertical

Os edifícios que tiveram um crescimento vertical do tipo, *o edifício cresceu um ou vários andares em altura, de forma contígua com a fachada existente*, são exemplo de um crescimento com características muito claras e de fácil observação. Este processo de crescimento acontece quando a fachada é acrescentada, mas se tenta manter uma imagem de conjunto e continuação das pré-existências parecendo que sempre existiu aquele/aqueles piso/pisos.

Esta estrutura de crescimento, é uma das que mais se encontra presente, nas fachadas dos casos em estudo[82]. Dos catorze casos de estudo identificados, que evoluíram conforme esta tipologia, apenas de dez temos uma data exata de quando ocorreram as intervenções, e da análise desses dados conclui-se que seis dessas dez intervenções ocorreram entre 1889-1899. Na altura em que ocorreram grande parte destas alterações já as ruas do Rosário e de Miguel Bombarda estavam com praticamente todos os lotes ocupados.

Contudo, apesar de apresentarem uma base comum de desenvolvimento vertical, aconteceram diversas variações deste modelos. Estas variações devem ser igualmente analisadas em pormenor, pois revelam pressupostos de crescimento diferentes entre si. Deste modo, foram encontradas na Rua do Rosário e na Rua de Miguel Bombarda as seguintes variações:

82 De quarenta e nove casos de estudo catorze apresentam características que correspondem ao modelo de crescimento: *o edifício cresceu um ou vários andares em altura, de forma contígua com a fachada existente*, o que corresponde, sensivelmente, a 29% dos casos de estudo.

Variação a.1: *adição de um ou dois novos pisos*

Na análise deste exemplo, localizado nos números 268-272, da Rua do Rosário, podemos observar que o edifício foi construído aproximadamente entre 1880-1885, apenas com três pisos. Pouco mais tarde, em 1899, é solicitada uma alteração que prevem a adição de um novo piso, bem como de um pequeno varandim, localizado no primeiro piso. Atualmente o alçado do edifício mantém o desenho de alçado referente a 1899.

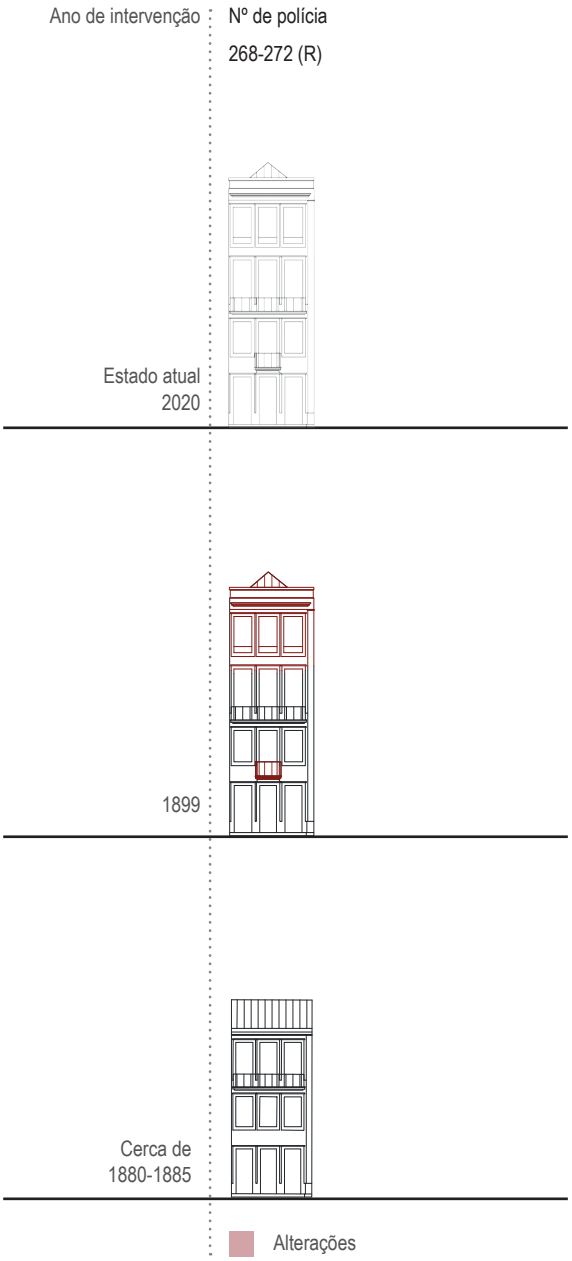


Fig. 3.102: Evolução do crescimento em altura, correspondente ao número de polícia 268-272, da Rua do Rosário



Fig. 3.103: Planta de localização do exemplo em estudo

Variação a.2: *adição de um novo piso e reformulação do alçado pré-existente*

Ao analisarmos o caso de estudo dos números 94-96, da Rua do Rosário, verificamos que aquando da construção deste lote, ele surge com um piso e com três vãos de contato com o chão. Em 1896, surge um novo piso, bem como mais dois vãos de contato com o chão, mantendo-se a largura inicial do lote. Hoje em dia, o prédio sofreu outra alteração ao nível de altura, apresenta agora um total de três pisos.



Fig. 3.104: evolução do crescimento em altura, correspondente ao número de polícia 94-96, da Rua do Rosário

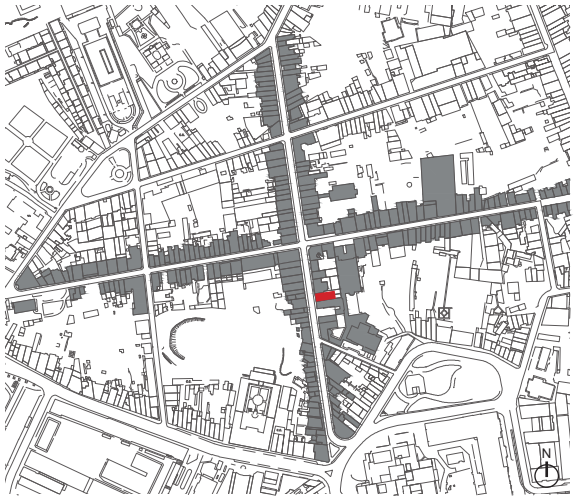


Fig. 3.105: Planta de localização do exemplo em estudo

Variação a.3: *adição de um novo piso e construção de um varandim*

Este exemplo, encontra-se no número 254, da Rua de Miguel Bombarda. A primeira licença de obra encontrada referente a este lote, remete a 1903, no entanto este lote surge já preenchido com edificação na Planta da Cidade do Porto, de 1839, desenhada por Joaquim Costa Lima, o que nos incita a pensar que a licença pedida em 1903, poderá ser uma alteração ao edifício já existente. Através da análise das imagens do Google Street View, referentes ao ano de 2009, é visível uma alteração de alçado, nesta altura o edifício já teria crescido um piso. Esse piso novo, surge acompanhado de um varandim, com a largura total do lote. Na análise dessas imagens é também possível concluir que o edifício se encontra devoluto. Neste momento, o edifício foi totalmente demolido e está em construção um novo, que parece usar apenas como referência do anterior, as cotas de piso.

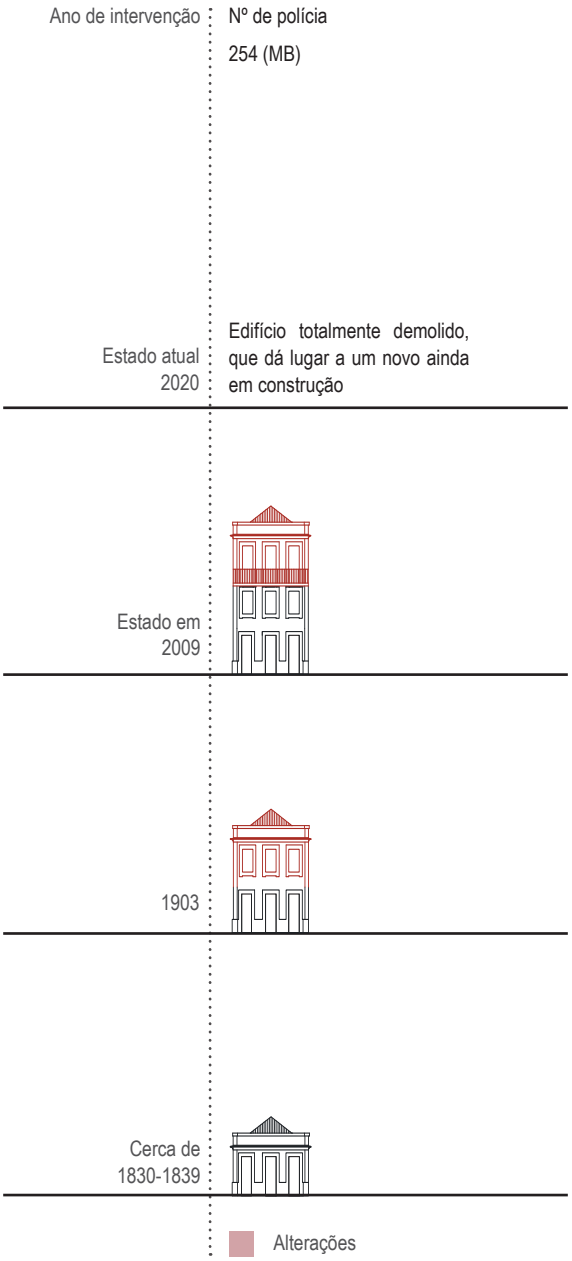


Fig. 3.106: evolução do crescimento em altura, correspondente ao número de polícia 254, da Rua de Miguel Bombarda

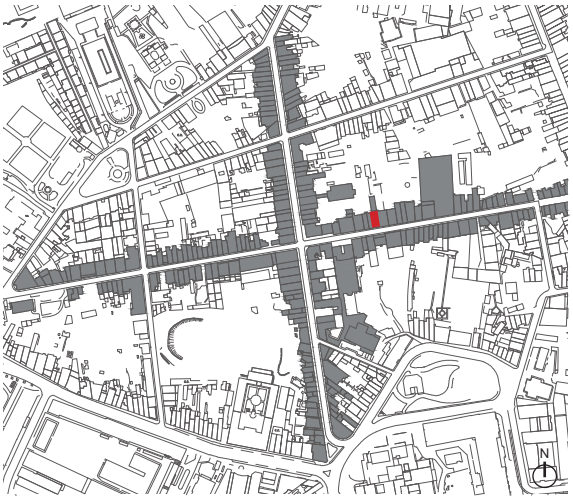


Fig. 3.107: Planta de localização do exemplo em estudo

3.2.1 Processos de Densificação Vertical

_ o edifício cresceu um ou vários andares em altura, em forma de piso recuado

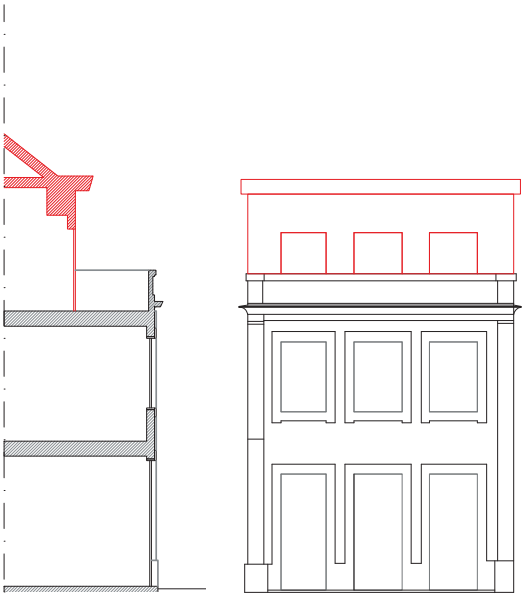


Fig. 3.108: Esquema de processos de densificação vertical

As edificações que tiveram uma ampliação vertical do tipo, *o edifício que cresceu um andar ou vários andares em altura, em forma de piso recuado*, são também exemplo de um crescimento com características facilmente observáveis. Este modelo de crescimento acontece quando surge um novo andar/andares na edificação, no entanto a imagem desse novo elemento surge como algo disruptivo do que existia anteriormente, o alinhamento deste novo volume aparece recuado em relação à fachada existente.

Esta estrutura de crescimento, é aquela que se encontra mais presente na análise de todos os casos de estudo[83]. Dos vinte casos de estudo, que evoluíram conforme esta tipologia, apenas de onze temos uma data exata de quando ocorreram as intervenções, e da análise desses dados conclui-se que essas intervenções ocorreram na sua grande parte no fim do século XIX início do século XX. À semelhança do que acontecia no momento em que surgiram as intervenções do modelo anteriormente estudado (3.2.1), também nesta altura as ruas do Rosário e de Miguel Bombarda tinham praticamente todos os quarteirões consolidados.

Contudo, por ser o modelo que mais se encontra na análise da Rua do Rosário e da Rua de Miguel Bombarda, é também aquela que apresenta maior número de variações:

83 De quarenta e nove casos de estudo vinte apresentam características que correspondem ao modelo de crescimento: *o edifício que cresceu um andar ou vários andares em altura, em forma piso recuado*, o que corresponde, sensivelmente, a 41% dos casos de estudo.

Variação b.1: *adição de um novo piso recuado, com o mesmo revestimento do pré-existente*

Após a análise do caso de estudo do número 390 da Rua de Miguel Bombarda, encontramos o exemplo de um edifício inicialmente com quatro pisos de altura, que em 1879 sofre uma alteração onde é adicionado um novo piso, este novo piso surge recuado em relação aos restantes, contudo utiliza o mesmo material de revestimento já existente no alçado, neste caso peças cerâmicas de coloração amarela. Atualmente o edifício parece não ter sofrido mais nenhum tipo de alteração exterior.

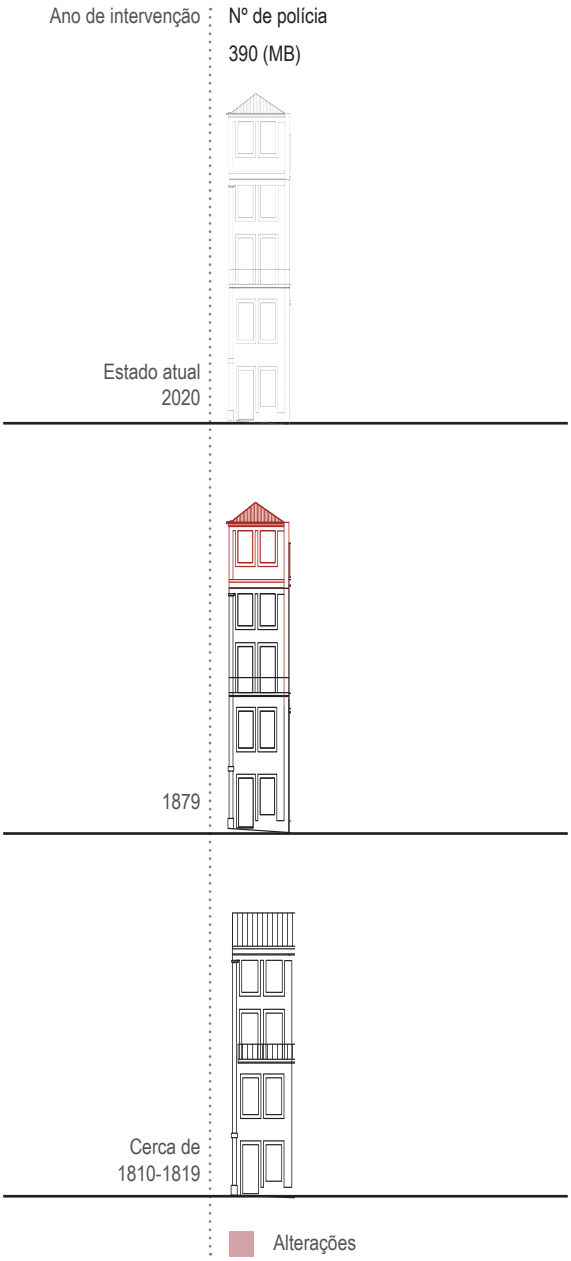


Fig. 3.109: evolução do crescimento em altura, correspondente ao número de polícia 390, da Rua de Miguel Bombarda

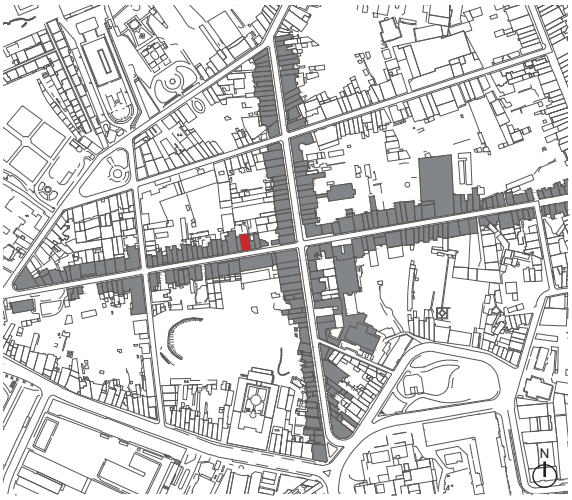


Fig. 3.110: Planta de localização do exemplo em estudo

Variação b.2: *adição de um novo piso recuado, com revestimento distinto do pré-existente*

O primeiro registo dos números 77-79, da Rua Rosário, aparece em 1813. O edifício é construído inicialmente com dois pisos de altura e com dois vãos de contacto com o chão. Em 1991, é requerida uma licença de obra, que consiste na introdução de mais um andar, este surge recuado em relação aos restantes e também com um revestimento diferente, enquanto que os pisos existentes estão revestidos com azulejos, de cor branca e azul, o novo volume recuado é revestido com reboco à cor branca. Nos dias de hoje o prédio mantém-se idêntico às alterações realizadas em 1991.

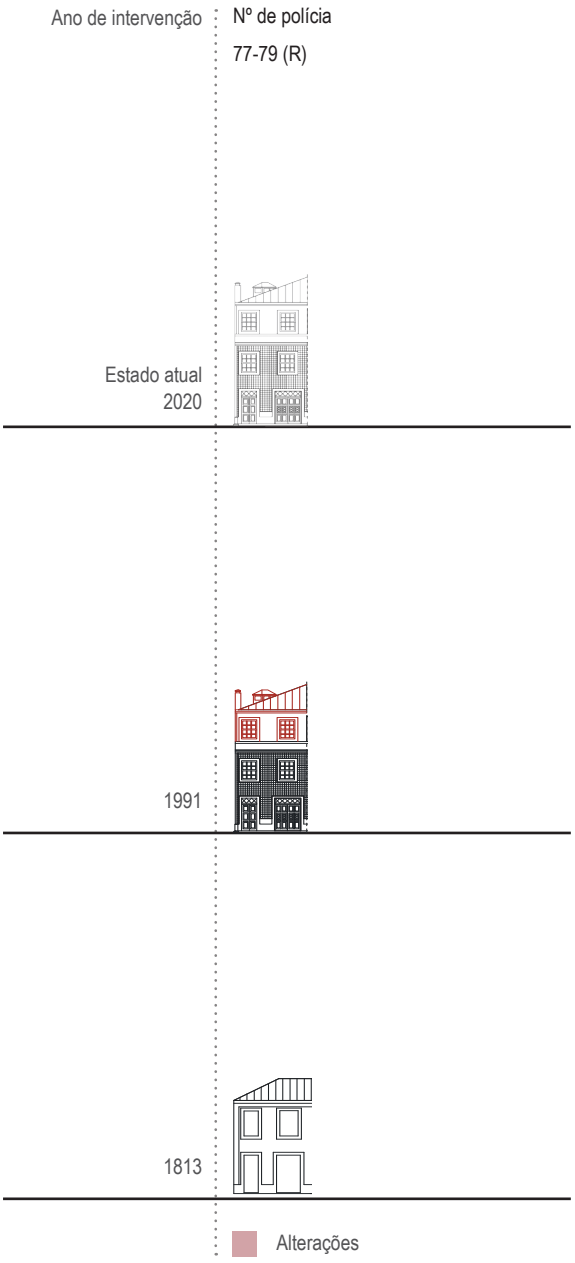


Fig. 3.111: evolução do crescimento em altura, correspondente ao número de polícia 77-79, da Rua do Rosário

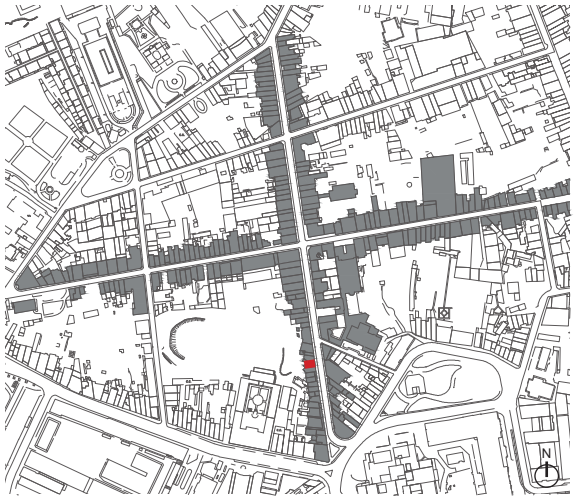


Fig. 3.112: Planta de localização do exemplo em estudo

Variação b.3: *adição de um novo piso recuado, como forma de aproveitamento da inclinação do telhado*

Este exemplo situa-se nos números 21-31 da Rua do Rosário. Este prédio deverá ter sido edificado entre 1870-1892, isto porque na Planta da Cidade do Porto, de Perry Vidal, desenhada em 1865, o lote ainda se encontra por edificar, no entanto na Planta Topographica de 1892, realizada por Telles Ferreira, já se encontra edificado. No primeiro registo de alçado, o edifício apresenta três pisos contínuos, mais um outro piso, com um varandim ao longo de toda a largura do lote. A intervenção de 1894, surge como forma de aproveitamento da inclinação do telhado, nesta intervenção é também realizada uma intervenção ao nível do piso térreo, onde se reformulam dois dos vãos de contacto com o chão, os dois vãos passam apenas a ser um único, mais largo. Estas alterações mantém-se até à atualidade.



Fig. 3.113: evolução do crescimento em altura, correspondente ao número de polícia 21-31, da Rua do Rosário



Fig. 3.114: Planta de localização do exemplo em estudo

Variação b.4: *adição de um novo piso recuado, sob a forma de mansardas*

Sobre o edifício que encontramos nos números 205-219, da Rua de Miguel Bombarda, temos o alçado de 1871, no entanto, na Planta da Cidade do Porto, definida por Perry Vidal, em 1865, o terreno referente a esse loteamento já se encontra preenchido, o que nos lança mais uma vez a dúvida sobre a possível pré-existência ou não do edifício. O alçado referente a 1871, é composto por dois pisos e três vão de contacto com o solo, mais tarde, em 1947 surge, como na anterior variação (variação b.3) um aproveitamento da inclinação do telhado, mas aparece de uma forma diferente. O aproveitamento do sótão surge sob a forma de *mansardas*, que são vãos abertos no telhado, que permitem a entrada de luz e de ar nesta zona, e tornam estes espaços habitáveis.

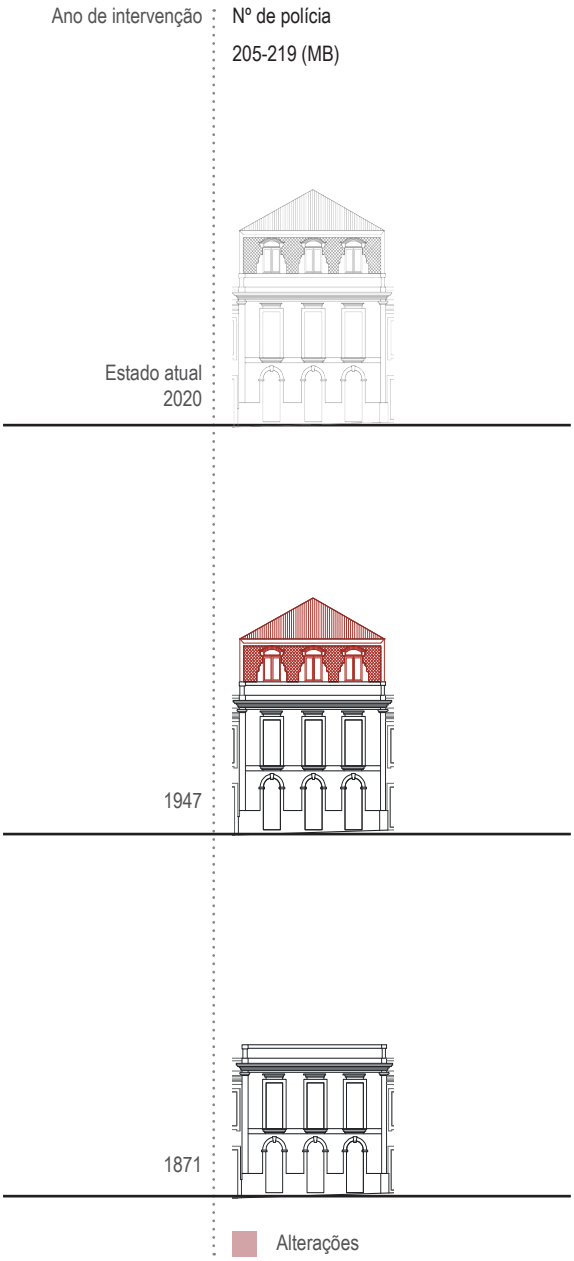


Fig. 3.115: evolução do crescimento em altura, correspondente ao número de polícia 205-219, da Rua de Miguel Bombarda

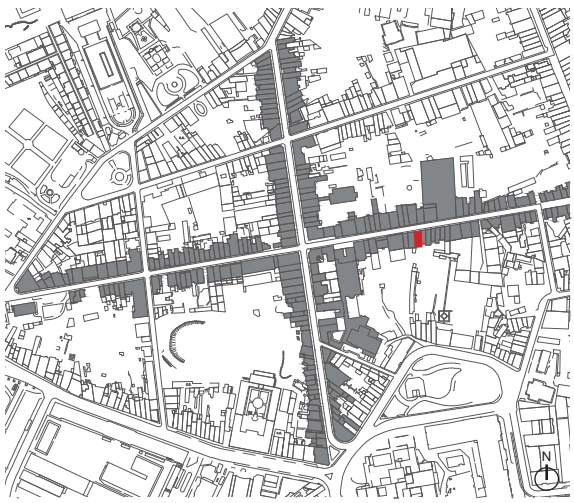


Fig. 3.116: Planta de localização do exemplo em estudo

3.2.1 Processos de Densificação Vertical

_ o edifício cresceu um andar em altura, de forma contígua com a fachada existente e um andar em altura, em forma de piso recuado

As casas que tiveram um desenvolvimento vertical do tipo, *o edifício que cresceu um andar em altura, de forma contígua com a fachada existente e um andar em altura, em forma de piso recuado,* é algo que apenas observamos através dos desenhos de licenças de obras, pois muitas vezes a olho nu, podemos confundir com o tipo de crescimento referido em 3.2.2. Este modelo de crescimento acontece quando surgem em simultâneo um novo piso confinante com o existente e um novo piso em forma de volume recuado.

Esta estrutura de crescimento, apesar de não ser a mais comum é possível de observar em alguns dos exemplos recolhidos[84]. Dos três casos de estudo que seguiram este modelo de desenvolvimento, apenas de dois é possível identificar a data exata da intervenção, ambas datam de 1889.

Por não ser algo muito frequente, este modelo não apresenta variações.

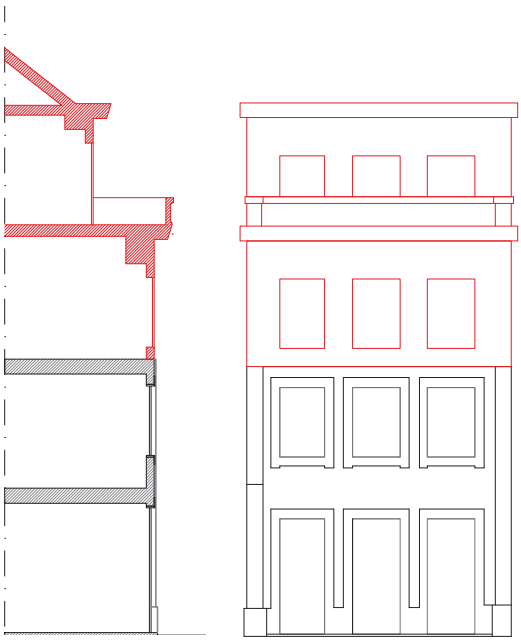


Fig. 3.117: Esquema de processos de densificação vertical

84 De quarenta e nove casos de estudo três apresentam características que correspondem ao modelo de crescimento: *o edifício que cresceu um andar em altura, de forma contígua com a fachada existente e um andar em altura, em forma de piso recuado*, o que corresponde, sensivelmente, a 6% dos casos de estudo.

Este modelo de crescimento é a junção de dois modelos, dado isso, pegamos no exemplo dos números 28-40, da Rua do Rosário. Em 1885, aparece o primeiro registo de edificação situada neste lote, este registo representa uma ampliação de um edifício já existente, podemos observar um novo volume representado a vermelho, e também conseguimos observar que desde a primeira planta representativa da cidade do Porto, em 1813, de George Balck, que o lote já se encontra preenchido. Pouco mais tarde, em 1887, surge um novo desenho do rés-do-chão, que se irá manter até aos dias de hoje. No ano de 1889, é requerida uma nova licença de obra, o edifício sobe dois andares, um deles de forma contígua com o alçado existente e o outro de forma recuada, formando um espaço amplo de terraço. Esta alteração mantém-se até aos dias de hoje, apenas foi adicionada uma estrutura semi-provisória, com painéis em fibra de vidro que serve de cobertura para o terraço.

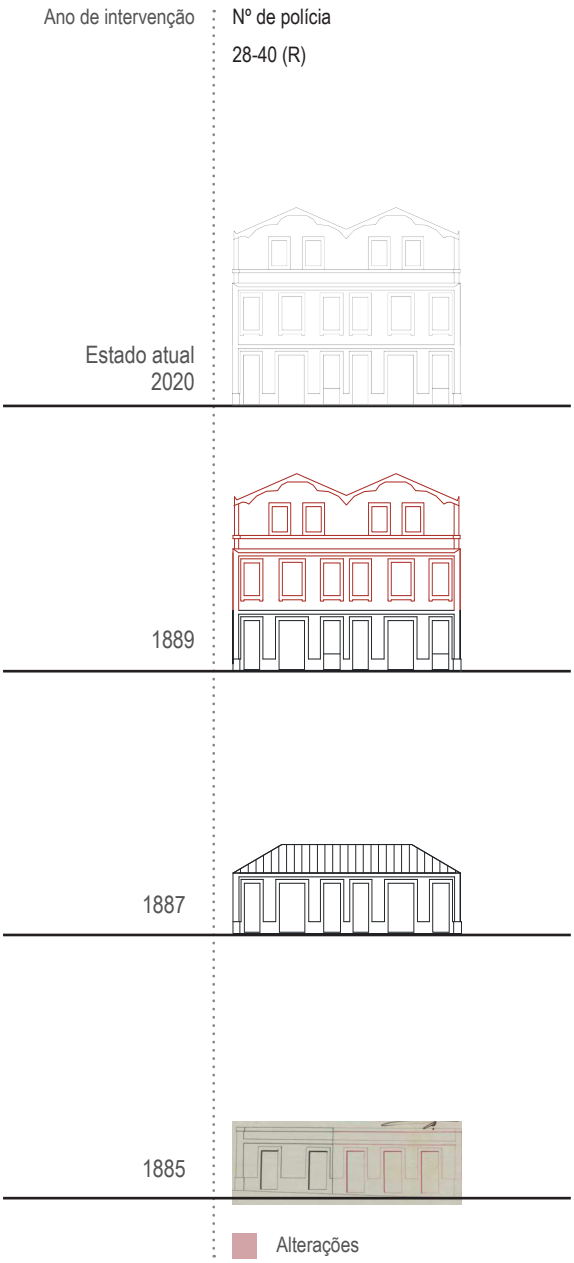


Fig. 3.118: evolução do crescimento em altura, correspondente ao número de polícia 28-40, da Rua do Rosário

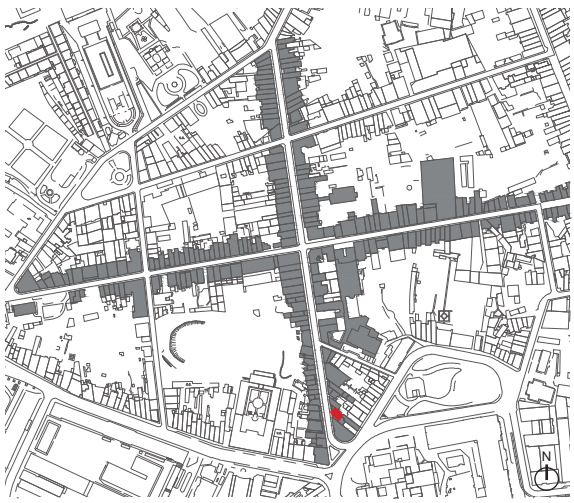


Fig. 3.119: Planta de localização do exemplo em estudo

3.2.2 Processos de Densificação Horizontal

_ o lote estreito alargou

Os lotes que tiveram uma ampliação horizontal do tipo *o edifício que cresceu horizontalmente, o lote estreito alargou,* representam uma tendência algo comum. Isto acontece com a necessidade de alargar o lote para responder aos novos desafios da cidade do Porto.

Apesar de ser algo frequente, só foi possível levantar licenças de obra de três edifícios com este modelo de crescimento[85]. As licenças de obra recolhidas datam de fim do século XIX e início do século XX. No final do século XIX tanto a Rua do Rosário como a Rua de Miguel Bombarda assistiam a um grande aumento do seu volume de edificado.

Contudo, por ser algo que acontece frequentemente, este modo de desenvolvimento apresenta duas variações:

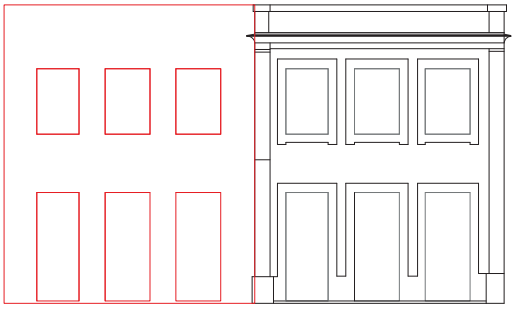


Fig. 3.120: Esquema de processos de densificação horizontal

85 De quarenta e nove casos de estudo três apresentam características que correspondem ao modelo de crescimento: *o lote estreito alargou*, o que corresponde, sensivelmente, a 6% dos casos de estudo.

Variação c.1: *o lote estreito que alargou*

O edifício construído nos números 352-358, da Rua de Miguel Bombarda, tem registo de 1892, no entanto esse primeiro registo, sugere-nos que possa ser um alargamento de um lote já edificado anteriormente, isto porque surge a vermelho, uma nova coluna de vãos. Atualmente a largura do alçado e a sua composição mantêm-se iguais, no entanto surgiu um novo piso superior, alinhado em relação aos anteriores, mas separado pela cornija pré-existente e mais estreito do que a largura total do lote.

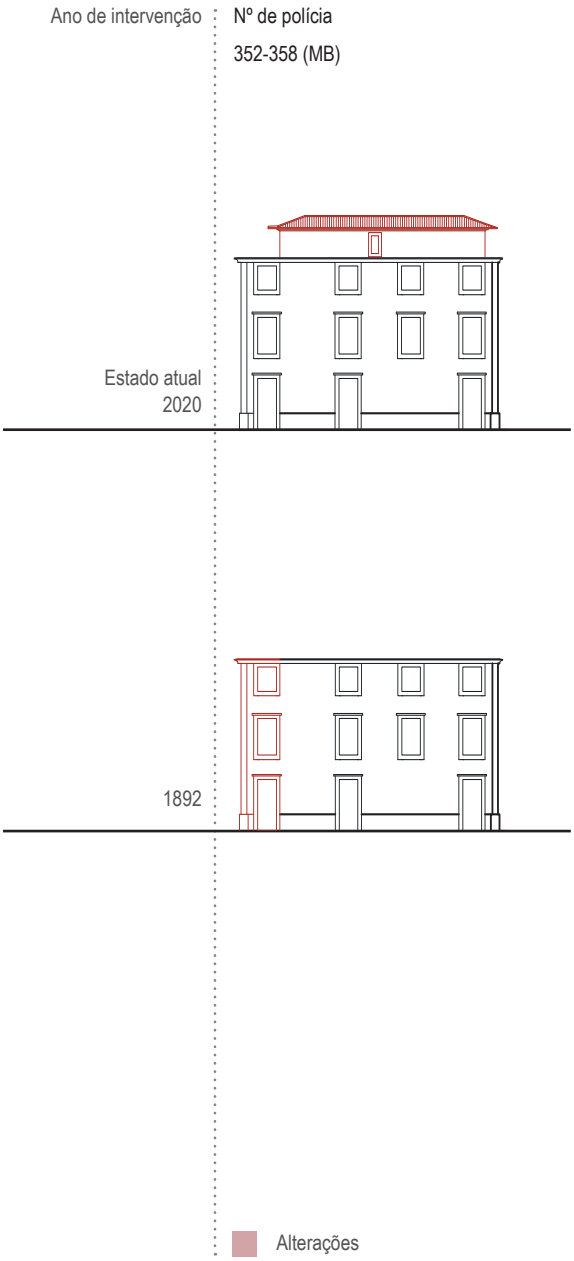


Fig. 3.121: evolução do crescimento em altura, correspondente ao número de polícia 352-328, da Rua de Miguel Bombarda

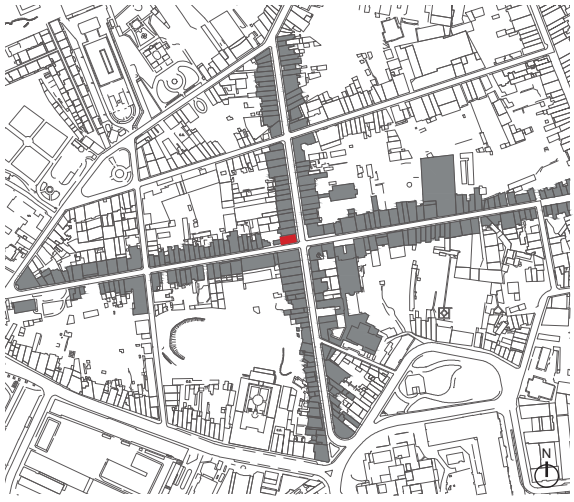


Fig. 3.122: Planta de localização do exemplo em estudo

Variação c.2: *o edifício cresceu horizontalmente, ocupando o logradouro existente*

O caso de estudo sito no número 347, da Rua de Miguel Bombarda, apresenta vários tipos de modelos de crescimento. A primeira edificação construída neste lote, remete-nos para os anos de 1820-1839, pois em 1839 já aparece representada na Planta da Cidade do Porto, realizada por Joaquim Costa Lima. No entanto a primaira licença de obra desta habitação surge em 1853, o que nos incita a pensar que possa ter existido nesta altura, alguma alteração, como a inserção de um novo piso e um varandim ao longo de toda a sua extensão. Mais tarde, em 1927, o terreno do logradouro, dá lugar a uma extensão do edifício, que por sua vez, durante o século XX, acaba por ser parcialmente demolido, e dar origem a um prédio de habitação plurifamiliar.



Fig. 3.123: evolução do crescimento em altura, correspondente ao número de polícia 347, da Rua de Miguel Bombarda

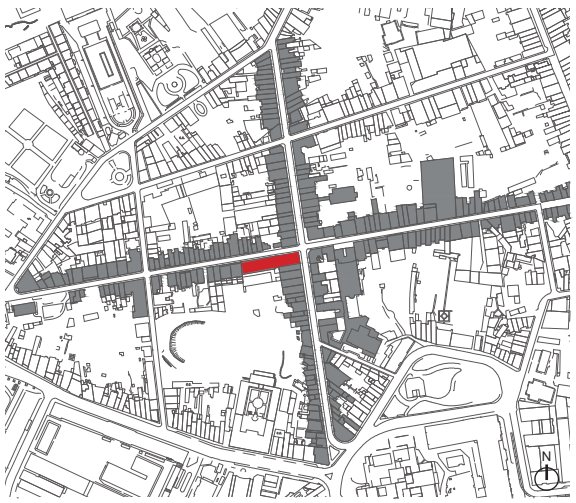


Fig. 3.124: Planta de localização do exemplo em estudo

3.2.2 Processos de Densificação Horizontal

_ o terreno era logradouro de um edifício e deu lugar a um novo lote independente

Os lotes que tiveram uma ampliação horizontal do tipo, *edifício que cresceu horizontalmente, o terreno era logradouro de um edifício e deu lugar a um novo lote independente*, são difíceis de observar tanto a olho nu como através de desenhos de licenciamento, visto que muitas vezes os logradouros não eram incluídos nas licenças de obra.

Posto isto é difícil afirmar se será ou não algo que acontece regularmente ou pelo contrário é um acontecimento pontual. Devido à sua difícil observação existe apenas um exemplo, dentro dos casos de estudo recolhidos, onde é visível tal acontecimento[86].



Fig. 3.125: Esquema de processos de densificação horizontal

86 De quarenta e nove casos de estudo um apresenta características que correspondem ao modelo de crescimento: *o terreno era logradouro de um edifício e deu lugar a um novo lote independente,* o que corresponde, sensivelmente, a 2% dos casos de estudo.

Quanto ao caso do modelo que estamos a analisar, importa referir que apesar, dos números 109-113, da Rua do Rosário, terem tido uma evolução do tipo: *adição de um novo piso recuado, com o mesmo revestimento do pré-existente*, em 1915, houve uma outra alteração importante. Essa alteração, é relativa ao número 107, da mesma rua, que anteriormente era logradouro do edifício adjacente, no entanto durante o século XX, esse logradouro deu lugar a um novo prédio independente.



Fig. 3.126: evolução do crescimento em altura, correspondente ao número de polícia 113, da Rua do Rosário

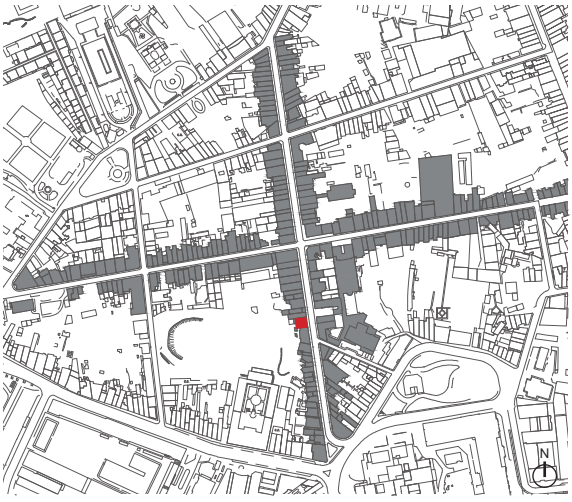


Fig. 3.127: Planta de localização do exemplo em estudo

3.2.3 Processos de Substituição do Edificado

_ o edifício foi totalmente demolido e deu origem a outro com a mesma altura

Quando, *o edifício foi totalmente demolido e deu origem a outro com a mesma altura*, vemos que apesar de se manter a largura do lote, todo o seu conteúdo é demolido, neste caso não se mantém nenhum comprometimento com a fachada anterior para além da sua cércea.

Este desenvolvimento, é possível de observar com alguma frequência, apesar de não ser a consequência mais comum quando ocorre uma demolição. Apesar de ser um acontecimento algo comum, na nossa amostra de casos de estudo apenas foi possível recolher dois exemplos em que o edifício se desenvolve segundo este modelo[87]. Isto leva-nos que presumir que possam ter sido alterações realizadas na segunda metade do século XX, e por esse motivo as licenças de obra não estão disponíveis para consulta tão facilmente.

Este modelo é algo muito específico, consequentemente não é possível categorizá-lo em diferentes variações.

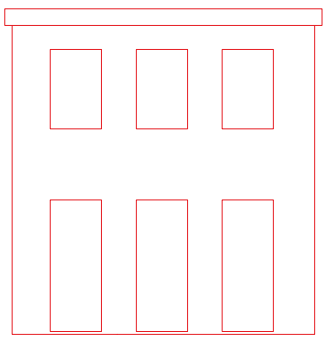


Fig. 3.128: Esquema de processos de substituição do edificado

87 De quarenta e nove casos de estudo dois apresentam características que correspondem ao modelo de crescimento: *o edifício foi totalmente demolido e deu origem a outro com a mesma altura*, o que corresponde, sensivelmente, a 4% dos casos de estudo.

Após a observação da licença de obra de 1964, relativa ao número 187, da Rua do Rosário, e o estado atual do lote, verificamos que este foi totalmente demolido e apenas foram tidas em consideração as cotas de soleira dos anteriores pisos, bem como a cércea do prédio.

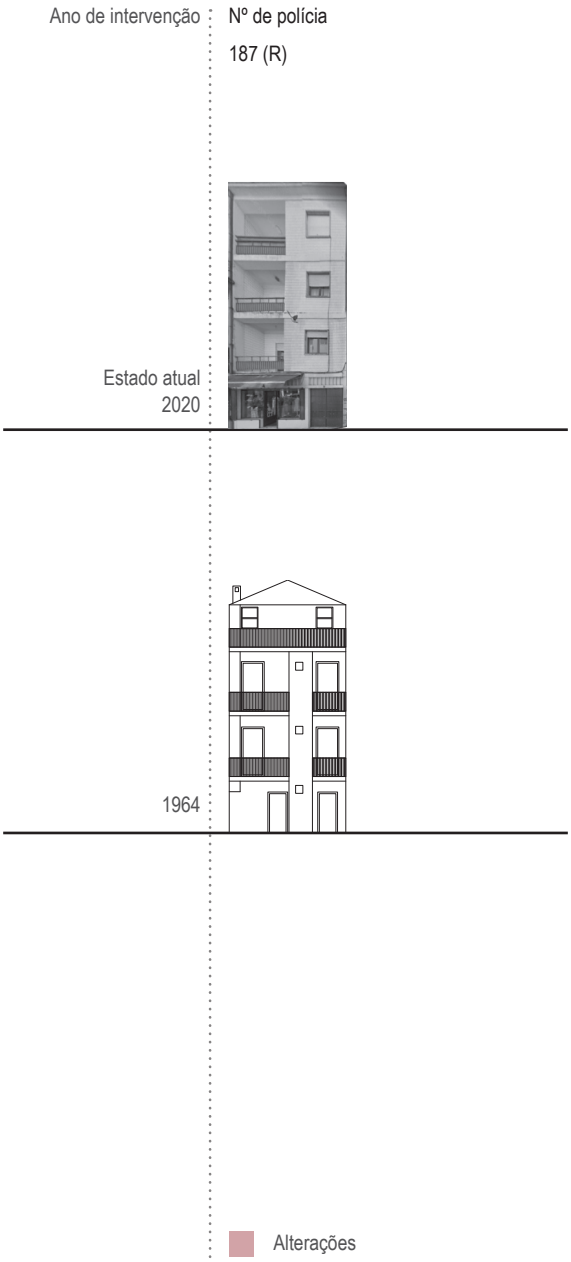


Fig. 3.129: evolução do crescimento em altura, correspondente ao número de polícia 187, da Rua do Rosário

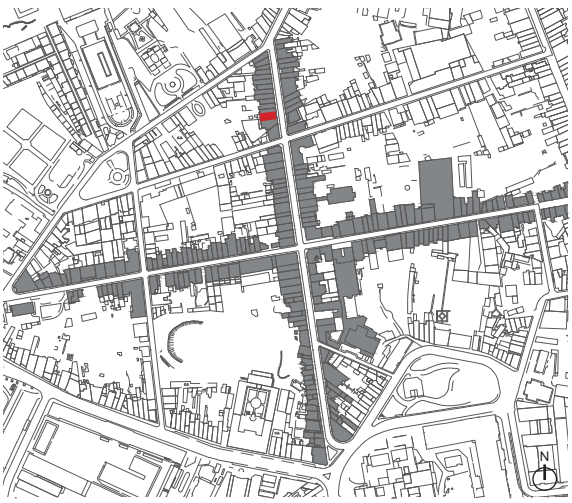


Fig. 3.130: Planta de localização do exemplo em estudo

3.2.3 Processos de Substituição do Edificado

_ o edifício foi totalmente demolido e deu origem a outro que cresceu até onde pôde

Quando, *o edifício foi totalmente demolido e deu origem a outro que cresceu até onde pôde*, vemos que como na categoria anterior toda a construção existente é demolida, e o que existia nesse lugar não tem qualquer implicação na nova construção, tirando a delimitação espacial disponível.

Este acontecimento, é o que mais se verifica, aquando de uma demolição total, por isso foi possível encontrar cinco casos de estudo[88]. Não foi possível recolher datas exatas destas alterações, o que mais uma vez nos mostra serem alterações realizadas mais recentemente, assim como no modelo 3.2.6.

Este desenvolvimento horizontal, pode acontecer de duas formas diferentes, são elas:

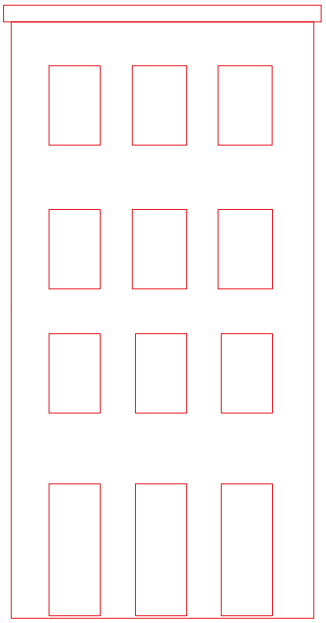


Fig. 3.131: Esquema de processos de substituição do edificado

88 De quarenta e nove casos de estudo cinco apresentam características que correspondem ao modelo de crescimento: *o edifício foi totalmente demolido e deu origem a outro que cresceu até onde pôde*, o que corresponde, sensivelmente, a 10% dos casos de estudo.

Variação c.1: *o edifício foi totalmente demolido e deu origem a um novo edifício, que cresceu verticalmente até onde pôde, com a mesma largura do lote anterior*

O primeiro edifício construído no número 269-271, da Rua do Rosário, foi provavelmente edificado antes de 1960, no entanto o primeiro registo de peças gráficas referente ao mesmo, surge por volta de 1860-1865, onde se pode observar que foi introduzido um novo vão de contacto com o chão. Mais tarde, temos registo de que o edifício já teria não só três vãos de contacto com o chão , como também, teria sido criado um terceiro vão no primeiro andar, alinhado com o do piso inferior, nesta altura existiria também um terceiro piso, aparentemente mais recuado que os restantes, e também mais estreito do que a largura total do lote. No presente, o edifício original foi totalmente demolido, sendo que no seu lugar, foi construído um novo, com a mesma largura de lote, porém em relação à altura, o prédio cresceu até onde foi legalmente permitido.

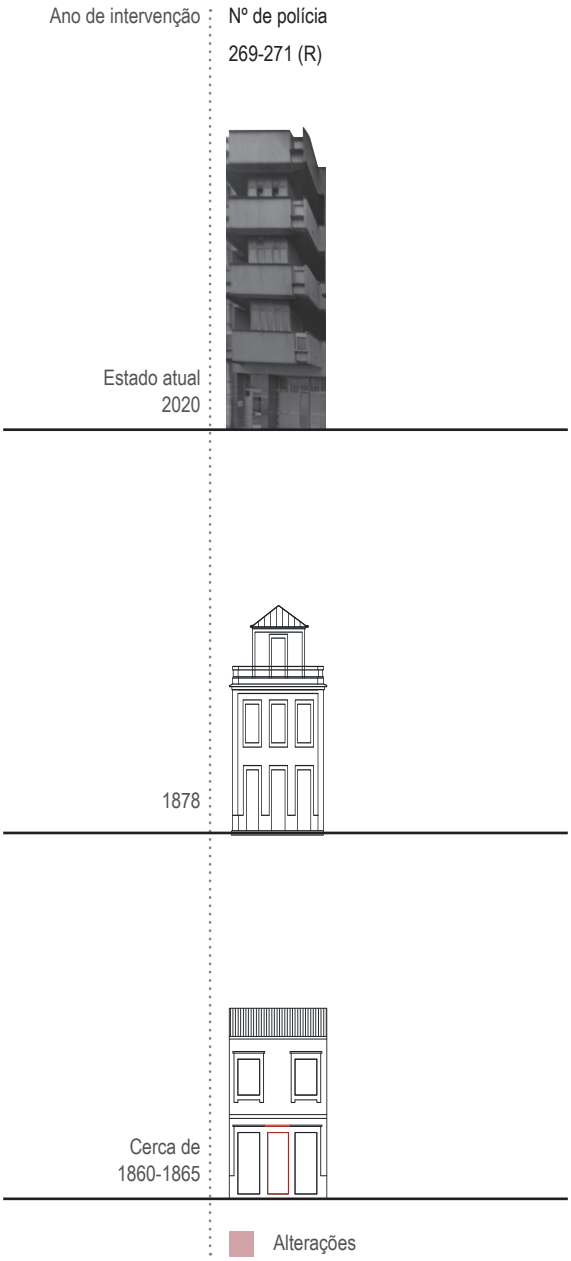


Fig. 3.132: evolução do crescimento em altura, correspondente ao número de polícia 269-271, da Rua do Rosário

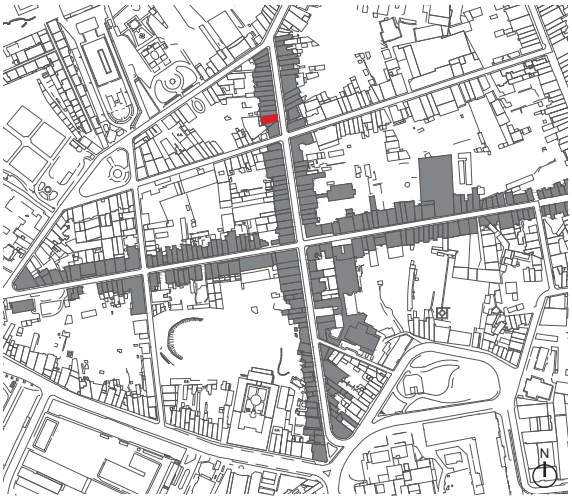


Fig. 3.133: Planta de localização do exemplo em estudo

Variação c.2: *dois edifícios foram totalmente demolidos e deram origem apenas a um novo, que cresceu verticalmente até onde pôde, com largura correspondente aos dois lotes*

Este tipo de variação, é ilustrado com os exemplos dos números 105-109, da Rua de Miguel Bombarda. Estes dois números de polícia, no passado correspondiam a dois lotes independentes, um deles, o número 105, construído em 1891, e o outro, o número 109, com registo de pedido de alteração em 1886. Atualmente, essas duas habitações foram demolidas e os lotes foram unificados, para que fosse construído em seu lugar um edifício plurifamiliar com o piso do rés-do-chão destinado a comércio e serviços.

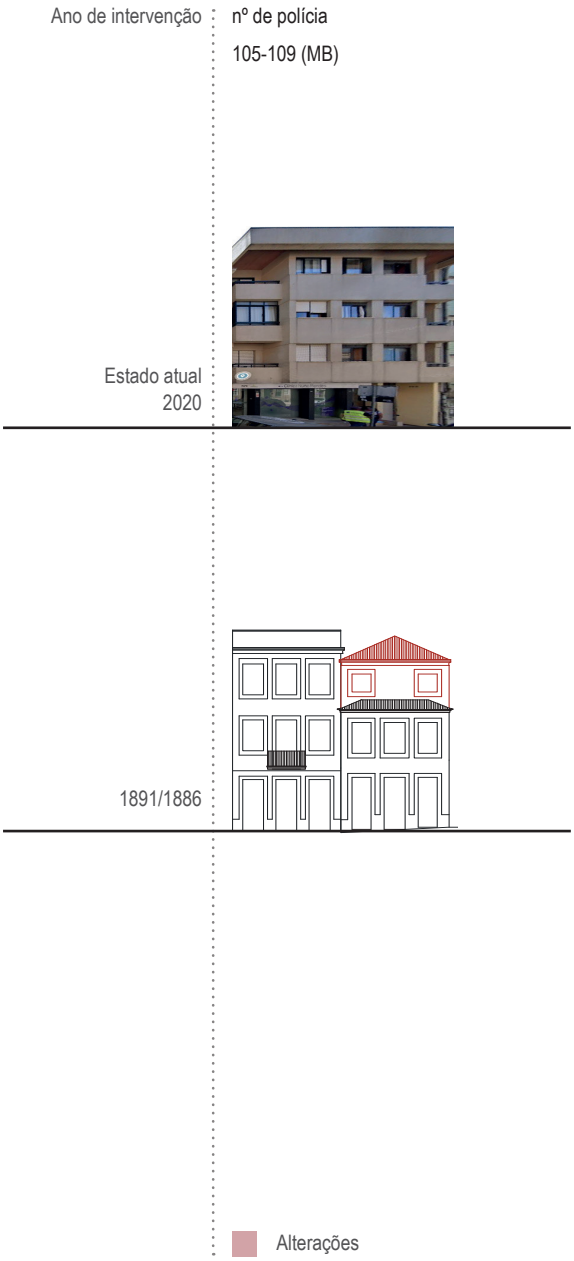


Fig. 3.134: evolução do crescimento em altura, correspondente ao número de polícia 105-109, da Rua de Miguel Bombarda

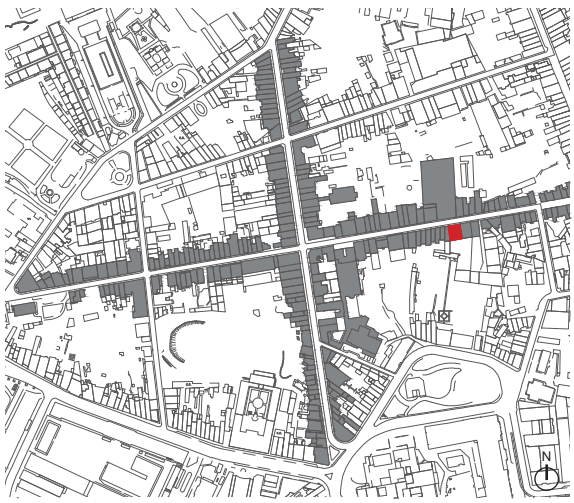


Fig. 3.135: Planta de localização do exemplo em estudo

3.2.4 Processos de Aparente Continuidade

_ o edifício não sofreu alterações de alçado aparentes

Neste caso, *o edifício não sofreu alterações de alçado aparentes*, como o próprio nome indica, não existe qualquer intervenção no edifício que seja visível, não querendo dizer que não possa ter acontecido tanto ao nível da conservação da fachada, como ao nível da alteração da organização interior de espaços.

Este não acontecimento, é bastante visível, e possivelmente advém tanto de uma tendência de conservar o passado e a história dos edifícios, quando é possível de ser feito, tanto, por oposição, de uma grande falta de investimento na conservação e manutenção dos edifícios. Esta categoria, representa o que aconteceu a nove casos de estudo[89], estes nove mantém o seu alçado desde a primeira licença de obra apresentada.

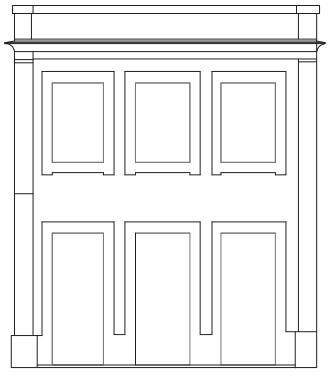


Fig. 3.136: Esquema de processos de aparente continuidade

89 De quarenta e nove casos de estudo nove apresentam características que correspondem ao modelo de crescimento: *o edifício não sofreu alterações de alçado aparentes*, o que corresponde, sensivelmente, a 18% dos casos de estudo.

O caso de estudo dos números 93-99, da Rua do Rosário, é o exemplo de um edifício que se manteve inalterado, isto pelo menos desde o momento em que há registo de peças gráficas do mesmo. As peças gráficas recolhidas, deverão ter sido produzidas, entre 1870-1879. Atualmente, o desenho de alçado mantém-se inalterado, apesar do revestimento cerâmico da fachada se encontrar bastante degradado, e com bastantes peças em falta.

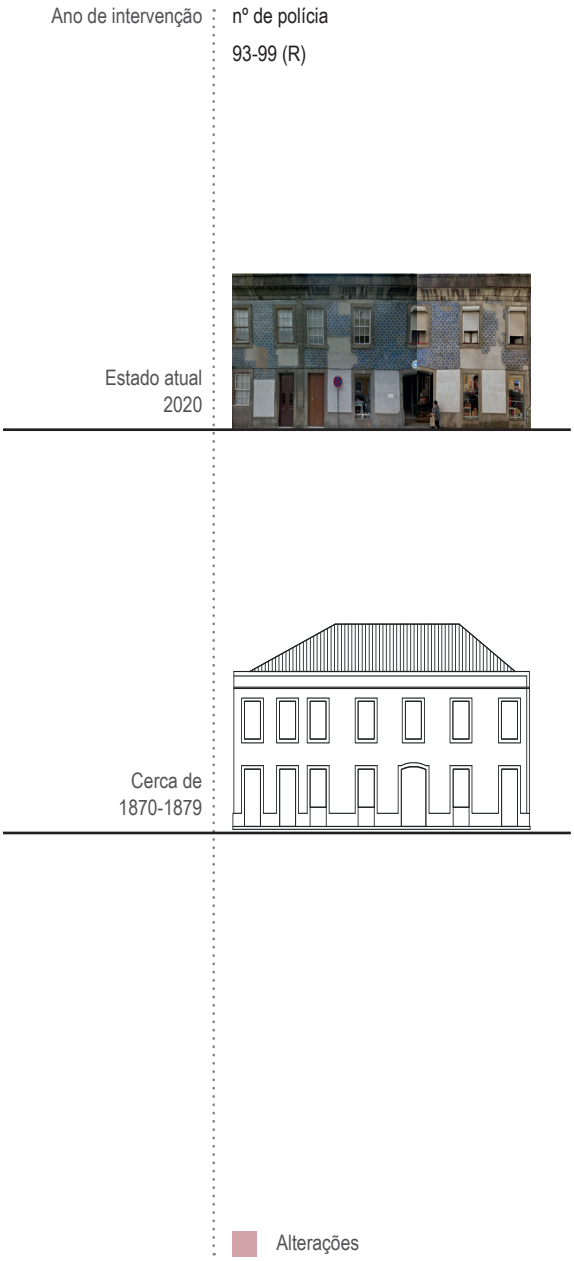


Fig. 3.137: evolução do crescimento em altura, correspondente ao número de polícia 93-99, da Rua do Rosário

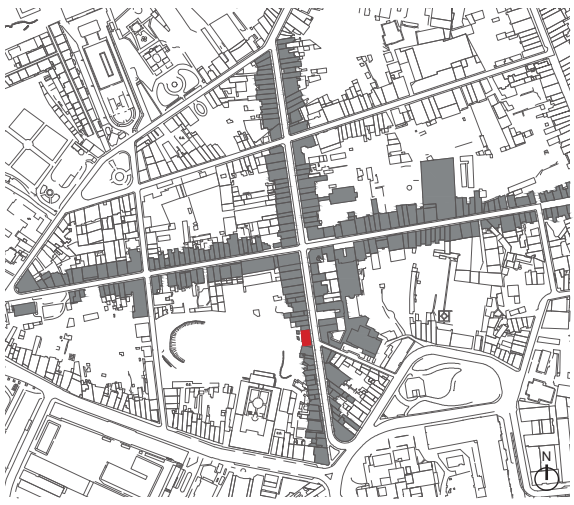


Fig. 3.138: Planta de localização do exemplo em estudo

3.2.4 Processos de Aparente Continuidade

_ o edifício não sofreu alterações ao nível de altura no alçado, no entanto foi realizada uma intervenção ao nível do rés-do-chão

Quando, *o edifício não sofreu alterações ao nível de altura no alçado, no entanto foi realizada uma intervenção ao nível do rés-do-chão*, a grande alteração realizada é feita com intenção de transformar o rés-do-chão em espaços destinados ao comércio e serviços. Os pequenos vãos transformam-se em grandes montras e vitrines.

Estas alterações são bastante visíveis a olho nu, visto que, grande parte das vezes, o aspeto delas é algo que pouco tem a ver com o aspeto do restante da fachada. Este modelo de evolução do edificado é bastante frequente, por isso é encontrado em dez dos quarenta e nove casos de estudo recolhidos[90]. As datas de transformação dos pisos de entrada, remetem na sua grande maioria à primeira metade do século XX. Esta alterações acontecem ao mesmo tempo que são promulgados os primeiros regulamentos direcionados ao desenho de *saliências*[91] sobre a via pública e ao desenho de fachadas[92].

Este modelo é algo muito específico, consequentemente não é possível categorizá-lo em diferentes variações.

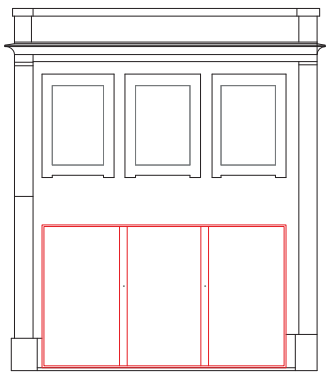


Fig. 3.139: Esquema de processos de aparente continuidade

90 De quarenta e nove casos de estudo dez apresentam características que correspondem ao modelo de crescimento: *o edifício não sofreu alterações ao nível de altura no alçado, no entanto foi realizada uma intervenção ao nível do rés-do-chão*, o que corresponde, sensivelmente, a 20% dos casos de estudo.

91 Código de Posturas do Município do Porto, 1905 - ver capítulo 2.2..

92 Posturas sobre Saliências das Fachadas dos Edifícios Confinantes com a Via Pública, 1949 - ver capítulo 2.2..

Os números 57-59, da Rua do Rosário, são um exemplo da adaptação do edifício às exigências da cidade. As únicas alterações deste edifício, registadas, ocorrem ao nível do rés-do-chão. Inicialmente, entre 1800 e 1813, é adicionado um novo vão, mais tarde, em 1951, as janelas existentes no piso 0, são transformadas em montra e porta de acesso ao espaço de comércio ou serviços ali criado. O desenho de alçado apresentado aquando da última alteração, em 1951, ainda se mantém atualmente.

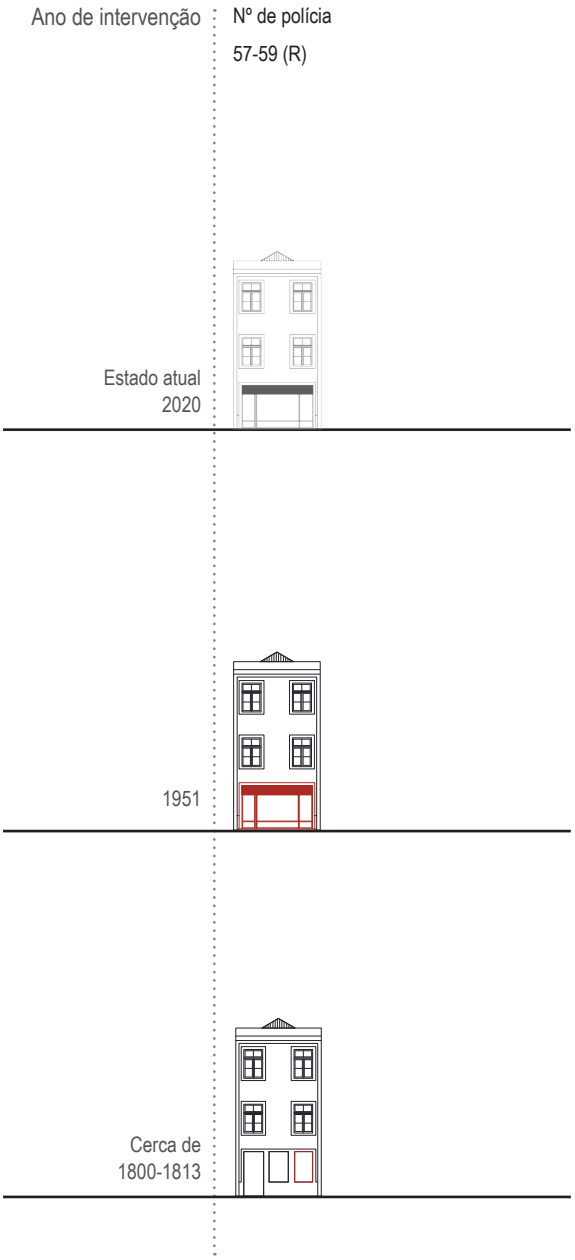


Fig. 3.140: evolução do crescimento em altura, correspondente ao número de polícia 57-59, da Rua do Rosário

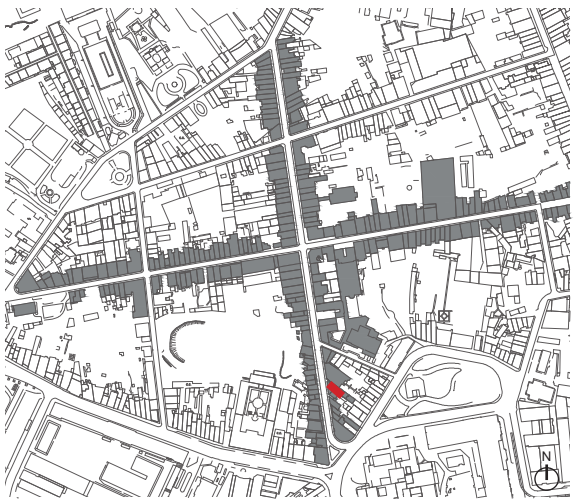


Fig. 3.141: Planta de localização do exemplo em estudo

3.2.5 Processos de Diferentes Modelos de Crescimento Associados

Grande parte dos edifícios em estudo, foram crescendo ao longo do tempo. Muitas vezes esse crescimento ocorreu faseadamente e com recurso a diferentes processos de edificação. Desta forma, por vezes cresciam em altura, outra em largura e outras ainda apenas se alterava o desenho da fachada para dar resposta aos novos desafios da cidade.

Isto era algo que ocorria frequentemente, e representa a imagem real do que é a densificação, um processo que ocorre ao longo do tempo. Este tipo de evolução é visível em dezoito dos quarenta e nove casos de estudo.[93]

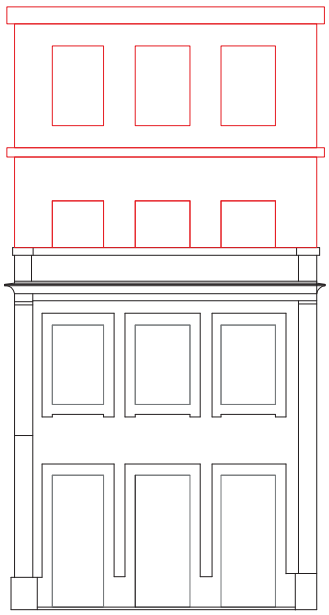


Fig. 3.142: Esquema processos de dif. modelos de cres. associados

93 De quarenta e nove casos de estudo dezoito apresentam características que correspondem ao modelo de crescimento: Processos de Diferentes Modelos de Crescimento Associados, o que corresponde, sensivelmente, a 37% dos casos de estudo.

O edifício existente no número 160 da Rua do Rosário é exemplo de um edifício que se foi densificando ao longo do tempo. O primeiro registo deste edifício surge em 1846, altura em que terá sido edificado. Pouco tempo depois, em 1869, o edifício tem um crescimento vertical do tipo, *O edifício cresceu um ou vários andares em altura, de forma contígua com a fachada existente.* Contudo atualmente o edifício voltou a crescer mais um piso, recuado em relação à fachada existente*, sob a forma de mansardas.*



Fig. 3.143: evolução do crescimento em altura, correspondente ao número de polícia 160, da Rua do Rosário

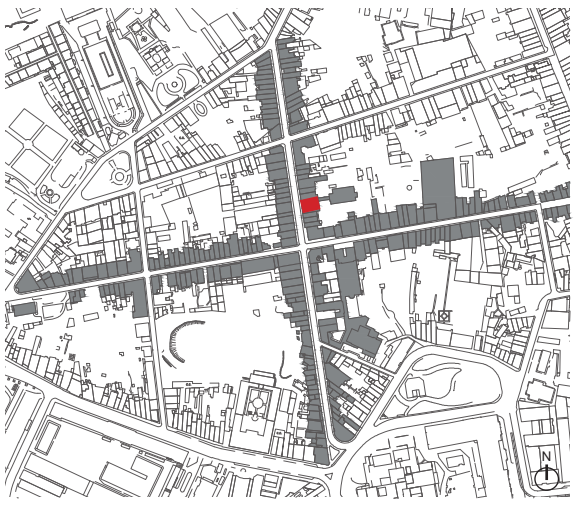


Fig. 3.144: Planta de localização do exemplo em estudo



Cartografia Digital, Gloogle Earth, 2020

2020

2010-2019

337-339 (2010)

2000-2009

1990-1999

77-83 (1991)

1980-1989

Código de Posturas e Posturas sobre segurança contra incêndios, 1972

Regulamento sobre as saliências nas edificações urbanas, 1972

Qualificação dos técnicos responsáveis pelo Licenciamento (decreto-73/73), 1973

Reforma do Licenciamento Municipal de Obra Particulares, 1970

1970-1979

Código Civill, 1966

1960-1969

187 (1964?)

Regulamento sobre as saliências nas edificações urbanas, 1958

Regime da Propriedade Horizontal, 1955

Regulamento geral das edificaçãoes urbanas, 1951

1950-1959

33-41 (1958)

37-39 (1951)

215-217 (1963)

Posturas sobre saliências das fachadas dos edifícios confrontantes com a via pública, 1949

1940-1949

Planta da Cidade do Porto, Câmara Municipal do Porto, 1937

1930-1939

107-113 (1937)

Regulamento das Obras Particulares, 1929

1927-decreto nº 14 372 (licença de habitabilidade), 1927

1924-Lei nº 1670 (licenciamento municipal), 1924

Posturas sobre as obras Particulares da cidade, 1924

1920-1929

207-209 (1923/31)

313-317 (1920)

Regulamento para a utilização do betão armado, 1918

1910-1919

107-113 (1915)

Código de Posturas Municipais, 1905

Regulamento de salubridade das edificações, 1903

1900-1909

313-317 (1909)

Regulamento Segurança dos Operários de Construções Civis, 1895

Planta da Cidade do Porto, Telles Ferreira, 1892

1890-1899

21-31 (1894)

87 (1890?)

93-99 (1890?)

235 (1890)

335 (1890?) 337-339 (1890)

Código de Posturas do Porto, 1889

1880-1889

33-41 (1870-90)

1/1-17/3 (1869)

1870-1879

21-31 (1877)

241-249 (1877)

257-267 (1878)

Código de Posturas Municipais do Porto, 1869

Código Civil, 1867

Planta da Cidade do Porto, Perry Vidal, 1865

1860-1869

257-267 (1877)

Posturas municipais do Porto, 1855

Implementação do Sistema Métrico, 1852

Implementação do Sistema Métrico, 1852

1850-1859

1840-1849

Código Administrativo, 1836

Planta da Cidade do Porto, Joaquim Costa Lima, 1839

1830-1839

1820-1829

Planta Redonda da Cidade do Porto, George Balck, 1813

1810-1819

57-59 (1877)

77-89 (1813)

109-113 (1813)

207-217 (1813)

AHMP - licença de obra nº 282/1894

Consultado em FPT

AHMP - licença de obra nº 339/1891

Consultado em FPT

Consultado em FPT

Consultado em FPT

AHMP - licença de obra nº 559/1889

AHMP - licença de obra nº 372/1964

AHMP - licença de obra nº 462/1890

Consultado em FPT

Consultado em FPT

Consultado em FPT

Consultado em FPT

AHMP - Arquivo Histórico Municipal do Porto | FPT - Dissertação de Mestrado: *Formas do Piso Térreo, Da especialização à ruptura nas ruas M. Bombarda e Rosário*, de Ricardo Murça

Rua do Rosário nºs Pares

Cartografia Digital, Gloogle Earth, 2020

2020

2010-2019

2000-2009

1990-1999

1980-1989

Código de Posturas e Posturas sobre segurança contra incêndios, 1972

Regulamento sobre as saliências nas edificações urbanas, 1972

Qualificação dos técnicos responsáveis pelo Licenciamento (decreto-73/73), 1973

Reforma do Licenciamento Municipal de Obra Particulares, 1970

1970-1979

Código Civill, 1966

1960-1969

242-252 (1964/74)

Regulamento sobre as saliências nas edificações urbanas, 1958

Regime da Propriedade Horizontal, 1955

Regulamento geral das edificaçãoes urbanas, 1951

1950-1959

Posturas sobre saliências das fachadas dos edifícios confrontantes com a via pública, 1949

1940-1949

Planta da Cidade do Porto, Câmara Municipal do Porto, 1937

1930-1939

48-52 (1935)

Regulamento das Obras Particulares, 1929

1927-decreto nº 14 372 (licença de habitabilidade), 1927

1924-Lei nº 1670 (licenciamento municipal), 1924

Posturas sobre as obras Particulares da cidade, 1924

1920-1929

Regulamento para a utilização do betão armado, 1918

1910-1919

172-176 (1918/19)

Código de Posturas Municipais, 1905

Regulamento de salubridade das edificações, 1903

1900-1909

Regulamento Segurança dos Operários de Construções Civis, 1895

Planta da Cidade do Porto, Telles Ferreira, 1892

1890-1899

266-272 (1899)

242-252 (1896)

94-96 (1896)

74-76 (1891)

Código de Posturas do Porto, 1889

1888-1889

148-150 (1889)

28-40 (1889)

1886-1887

28-40 (1887)

1880-1885

266-272 (1880?)

28-40 (1885)

1870-1879

172-176 (1877)

55-72 (1877)

Código de Posturas Municipais do Porto, 1869

Código Cívil, 1867

Planta da Cidade do Porto, Perry Vidal, 1865

1860-1869

160 (1869)

Posturas municipais do Porto, 1855

Implementação do Sistema Métrico, 1852

Implementação do Sistema Métrico, 1852

1850-1859

1840-1849

160 (1846)

Código Administrativo, 1836

Planta da Cidade do Porto, Joaquim Costa Lima, 1839

1830-1839

1820-1829

Planta Redonda da Cidade do Porto, George Balck, 1813

1810-1819

242-252 (1813)

94-96 (1877)

48-52 (1813?)

AHMP - licença de obra nº 1811889

AHMP - licença de obra nº 3231889

Consultado em FPT

AHMP - licença de obra nº 2811918

Consultado em FPT

AHMP - licença de obra nº 6111839

Consultado em FPT

AHMP - licença de obra nº 2501891

Consultado em FPT

Consultado em FPT

AHMP - licença de obra nº 5511887

AHMP - licença de obra nº 6471887

AHMP - licença de obra nº 4071889

AHMP - Arquivo Histórico Municipal do Porto | FPT - Dissertação de Mestrado: *Formas do Piso Térreo, Da especialização à ruptura nas ruas M. Bombarda e Rosário*, de Ricardo Murça

Rua de Miguel Bombarda nºs Ímpares

Cartografia Digital, Gloogle Earth, 2020

2020

2010-2019

2000-2009

1990-1999

1980-1989

Código de Posturas e Posturas sobre segurança contra incêndios, 1972

Regulamento sobre as saliências nas edificações urbanas, 1972

Qualificação dos técnicos responsáveis pelo Licenciamento (decreto-73/73), 1973

Reforma do Licenciamento Municipal de Obra Particulares, 1970

1970-1979

Código Civill, 1966

1960-1969

187 (1964)

Regulamento sobre as saliências nas edificações urbanas, 1958

Regime da Propriedade Horizontal, 1955

Regulamento geral das edificaçãoes urbanas, 1951

1950-1959

Posturas sobre saliências das fachadas dos edifícios confrontantes com a via pública, 1949

1940-1949

205-219 (1947)

Planta da Cidade do Porto, Câmara Municipal do Porto, 1937

1930-1939

Regulamento das Obras Particulares, 1929

1927-decreto nº 14 372 (licença de habitabilidade), 1927

1924-Lei nº 1670 (licenciamento municipal), 1924

Posturas sobre as obras Particulares da cidade, 1924

1920-1929

347 (1927)

Regulamento para a utilização do betão armado, 1918

1910-1919

Código de Posturas Municipais, 1905

Regulamento de salubridade das edificações, 1903

1900-1909

Regulamento Segurança dos Operários de Construções Civis, 1895

Planta da Cidade do Porto, Telles Ferreira, 1892

1890-1899

105-109 (1891)

449-451 (1870-90) 469-471 (1890)

Código de Posturas do Porto, 1889

1880-1889

113 (1886)

187 (1870-90)

449-451 (1870-90)

1870-1879

205-219 (1871)

Código de Posturas Municipais do Porto, 1869

Código Cívil, 1867

Planta da Cidade do Porto, Perry Vidal, 1865

1860-1869

Posturas municipais do Porto, 1855

Implementação do Sistema Métrico, 1852

Implementação do Sistema Métrico, 1852

1850-1859

347 (1853)

1840-1849

Código Administrativo, 1836

Planta da Cidade do Porto, Joaquim Costa Lima, 1839

1830-1839

1820-1829

243-245 (1822)

Planta Redonda da Cidade do Porto, George Balck, 1813

1810-1819

AHMP - licença de obra nº 2277/1891

AHMP - licença de obra nº 71/1886

Consultado em FPT

Consultado em FPT

Consultado em FPT

Consultado em FPT

Consultado em FPT

Consultado em FPT

AHMP - Arquivo Histórico Municipal do Porto | FPT - Dissertação de Mestrado: *Formas do Piso Térreo, Da especialização à ruptura nas ruas M. Bombarda e Rosário*, de Ricardo Murça

rua de miguel bombarda nºs pares

Cartografia Digital, Gloogle Earth, 2020

2020

2010-2019

2000-2009

1990-1999

1980-1989

Código de Posturas e Posturas sobre segurança contra incêndios, 1972

Regulamento sobre as saliências nas edificações urbanas, 1972

Qualificação dos técnicos responsáveis pelo Licenciamento (decreto-73/73), 1973

Reforma do Licenciamento Municipal de Obra Particulares, 1970

1970-1979

Código Civill, 1966

1960-1969

424-430 (1964/74)

Regulamento sobre as saliências nas edificações urbanas, 1958

Regime da Propriedade Horizontal, 1955

Regulamento geral das edificaçãoes urbanas, 1951

1950-1959

384-386 (1959)

Posturas sobre saliências das fachadas dos edifícios confrontantes com a via pública, 1949

1940-1949

Planta da Cidade do Porto, Câmara Municipal do Porto, 1937

1930-1939

Regulamento das Obras Particulares, 1929

1927-decreto nº 14 372 (licença de habitabilidade), 1927

1924-Lei nº 1670 (licenciamento municipal), 1924

Posturas sobre as obras Particulares da cidade, 1924

1920-1929

472-478 (1825/507)

Regulamento para a utilização do betão armado, 1918

1910-1919

Código de Posturas Municipais, 1905

Regulamento de salubridade das edificações, 1903

1900-1909

254 (1903)

Regulamento Segurança dos Operários de Construções Cívis, 1895

Planta da Cidade do Porto, Telles Ferreira, 1892

1890-1899

352-358 (1892)

226-228 (1891)

132 (1898)

Código de Posturas do Porto, 1889

1880-1889

424-430 (1886)

148-154 (1889)

1870-1879

390 (1879)

Código de Posturas Municipais do Porto, 1869

Código Cívil, 1867

Planta da Cidade do Porto, Perry Vidal, 1865

1860-1869

124 (1866)

Posturas municipais do Porto, 1855

Implementação do Sistema Métrico, 1852

Implementação do Sistema Métrico, 1852

1850-1859

1840-1849

Código Administrativo, 1836

Planta da Cidade do Porto, Joaquim Costa Lima, 1839

1830-1839

1820-1829

234 (1824)

1810-1819

390 (1877) 384-386 (1813)

Consultado em FPT

Consultado em FPT

Consultado em FPT

Consultado em FPT

AHMP - licença de obra nº 307/1882

AHMP - licença de obra nº 1721/1903

Consultado em FPT

AHMP - licença de obra nº 241/891

AHMP - licença de obra nº 267/1889

AHMP - licença de obra nº 431/838

Consultado em FPT

AHMP - Arquivo Histórico Municipal do Porto | FPT - Dissertação de Mestrado: *Formas do Piso Térreo, Da especialização à ruptura nas ruas M. Bombarda e Rosário*, de Ricardo Murça

3.4 Tabela de Classificação dos Processos de Densificação Urbana

Nome de Rua	Nº de Porta	Ano	Modelos de Crescimento										
			3.2.1. o edifício cresceu andar/andares em altura de forma contígua	3.2.2. o edifício cresceu andar/andares em forma de piso recuado	3.2.3. adiçao de um piso contiguo + piso recuado	3.2.4. o lote alargou	3.2.5. o terreno era logradouro de outro edifício e deu lugar a um novo lote de construção	3.2.6. o edifício foi totalmente demolido e deu origem a outro com a mesma altura	3.2.7. o edifício foi totalmente demolido e deu origem a outro que cresceu até onde pôde	3.2.8. o edifício não sofreu alterações de alçado aparentes	3.2.9. o edifício sofreu alteraçoes ao nivel do res do chao	3.2.10.o edifício cresceu em dois tempos (dois ou mais momentos da história)
Rua do Rosário (nº pares)	28-40	1885				x						
		1887									x	x
		1889			x							
	48-52	1935		x								
	58-72	193?	x									
	74-78	estado atual			x							
	94-96	1896	x									x
		estado atual	x									
	148-150	1889			x							
	160	1869	x									x
		estado atual		x								
	172-176	estado atual		x								
	242-252	1898	x									x
		1964/74									x	
	268-272	1899	x									
Rua do Rosário (nº ímpares)	21-31	1894		x							x	x
	33-41	1958									x	x
		estado atual		x								
	57-59	18??									x	
		1951									x	x
		estado atual						x				
	67	189?		x								
	77-79	1991		x								
	81-83	estado atual		x								
	93-99	estado atual						x				
	107	estado atual				x						
	109-113	1915		x								
	171-175	estado atual						x				
	187	1964?				x						
	207-209	1923/31	x									x
		1953									x	
	213	estado atual				x						
	215-217	estado atual	x									
	235	1890	x									x
		estado atual							x			
	241-249	188?	x									
	257-267	18??									x	
		1878		x								x
		estado atual							x			
	313-317	1920		x								
	335	estado atual						x				
	337-339	estado atual		x								
Rua Miguel Bombarda (nº pares)	124	estado atual						x				
	132	estado atual	x									
	148-154	1889	x									x
		estado atual				x						
	226-228	1891		x								x
		estado atual							x			
	234	estado atual		x								
	254	1903	x									x
		estado atual				x						
	352-358	1892					x					x
		estado atual		x								
	384-386	1959									x	x
		estado atual						x				
	390	1879		x								
	424-430	1964/74									x	x
		estado atual		x								
	472-478	estado atual						x				
Rua Miguel Bombarda (nº ímpares)	105-109	estado atual							x			
	113	1886		x								x
		estado atual							x			
	187	1964	x									
	205-219	1947		x								x
		estado atual										
	243-245	estado atual		x								
	347	1927					x					
	449-451	estado atual						x				
	469-471	estado atual						x				

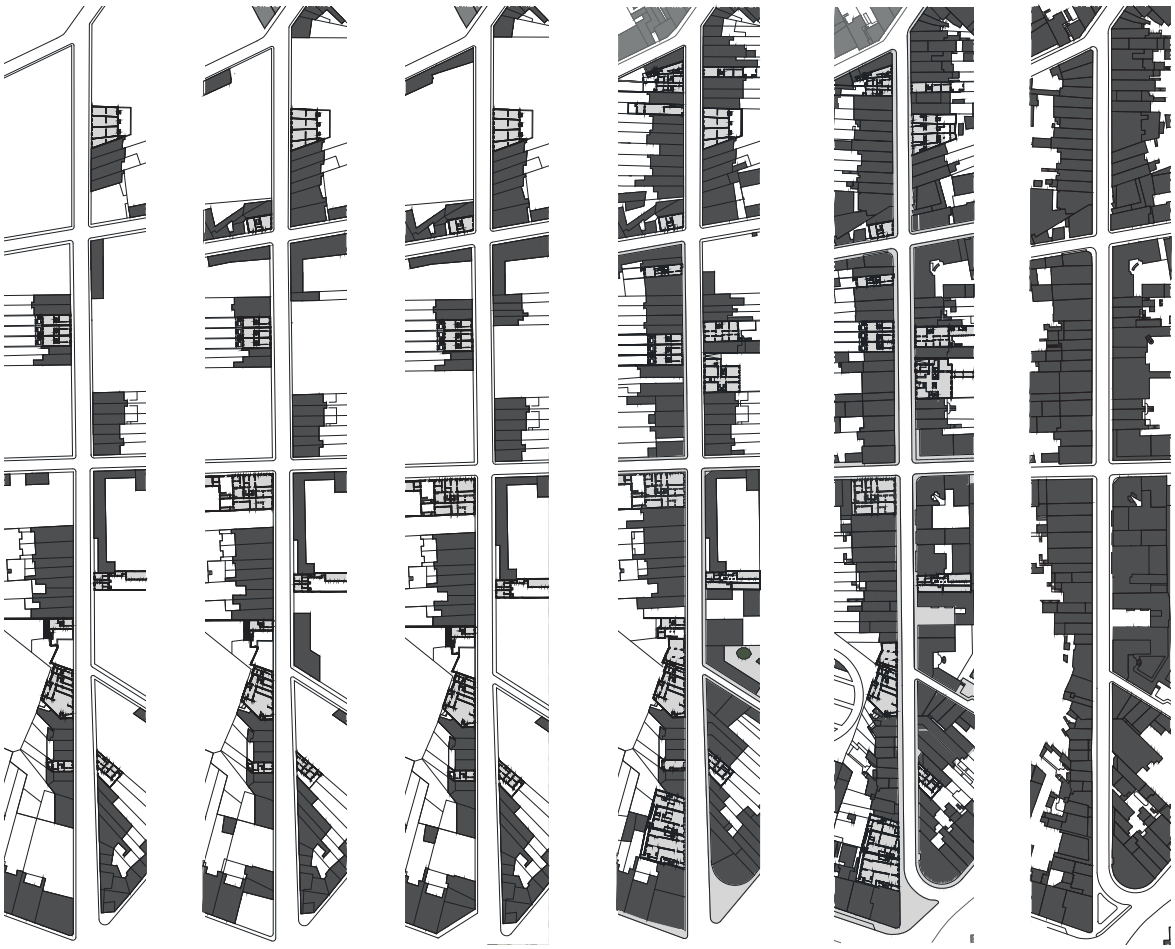


Fig. 4.1: Evolução da Mancha de Edificado da Rua do Rosário

4 Reflexões Finais

O trabalho desenvolvido e descrito na presente dissertação teve como objetivo o estudo dos diversos *Processos de Densificação Urbana* presentes na Rua do Rosário e na Rua de Miguel Bombarda. A pesquisa documental e a investigação pelo desenho, que vai sendo descrito ao longo do Capítulo 3., permitiu reconhecer e identificar cinco temas essenciais onde se podem enquadrar as reflexões retiradas. Dois referem-se ao tipo de densificação, sendo eles: *Densificação Horizontal e Densificação Vertical.* Os restantes três dizem respeito ao carácter do edificado, referindo-se como: *Substituição do Edificado, Aparente Continuidade e Densificação e Identidade.*

4.1. Densificação Horizontal

O presente trabalho iniciou-se com a análise e o redesenho de cartografia da cidade do Porto, relativa a seis períodos temporais. Neste processo o tema, *Densificação Horizontal* do edificado, foi aquele reconhecido em primeiro lugar.

O estudos realizados sobre a mancha de edificação incidem sobre um período concreto da história da cidade do Porto. O período analisado destaca essencialmente o século XIX e o início do século XX, período em que é possível observar os processos de densificação em formação e desenvolvimento. Complementarmente observou-se também a atualidade, com base no ano de 2020. A análise da Rua do Rosário e da Rua de Miguel Bombarda incidiu de uma forma mais sistemática e pormenorizada sobre o século XIX, sobre o qual se recolheu dados de Arquivo Histórico do Porto. Coincidentemente, foi também durante o século XIX que a Rua do Rosário e a Rua de Miguel Bombarda tiveram um desenvolvimento maior da sua mancha de edificado. Com a observação complementar do estado atual (2020) foi possível acrescentar e confirmar as tendências observadas.

O ritmo de crescimento das ruas em estudo foi variando ao longo dos séculos. Todavia, os picos de crescimento e de estagnação são comuns entre a Rua do Rosário e a Rua de Miguel Bombarda. A partir da análise da planta de 1813 e da planta de 1839, verifica-se que no período temporal compreendido entre as datas das plantas referidas, na Rua do Rosário houve um crescimento de lotes edificados de 21%[94], enquanto que na

94 Na análise da planta relativa à Rua do Rosário de 1813 temos 53 lotes edificados enquanto que na planta de 1839 encontram-se edificados 64 lotes.

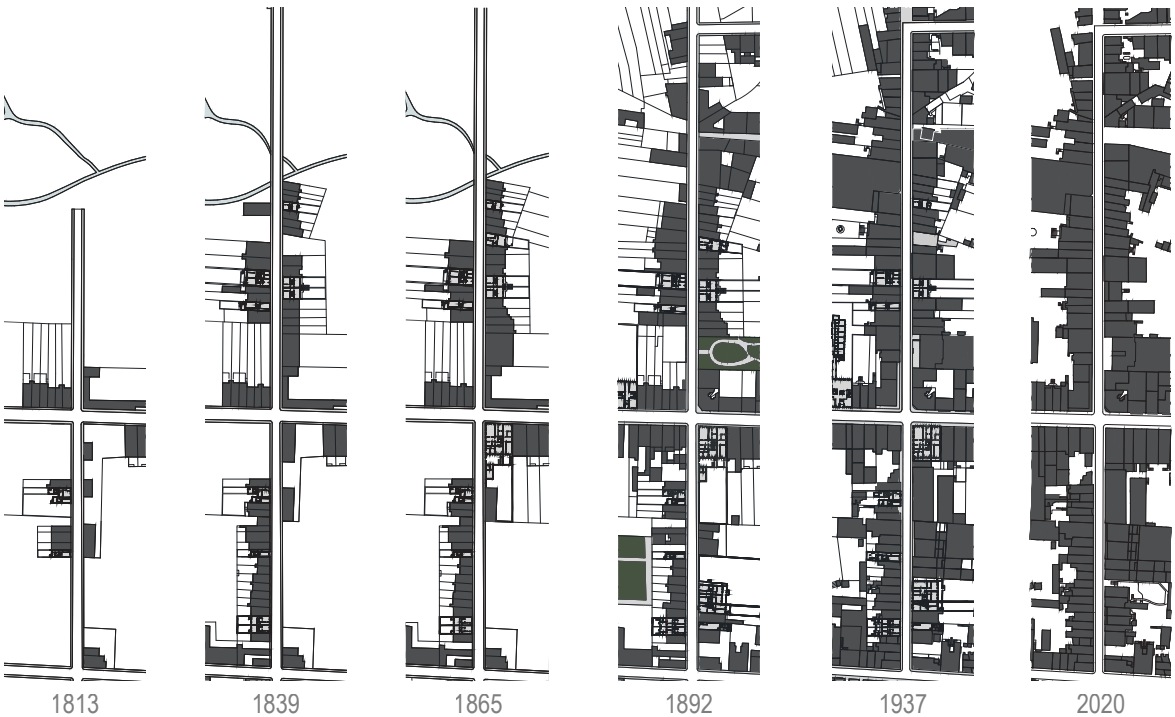


Fig. 4.2: Evolução da Mancha de Edificado da Rua de Miguel Bombarda

Rua de Miguel Bombarda houve um crescimento de lotes edificados de 293%[95]. Apesar de em ambos os casos observarmos um pico de crescimento, esse pico é significativamente superior na Rua de Miguel Bombarda. Este fenómeno de edificação excepcional na Rua de Miguel Bombarda, poderá dever-se ao facto de ter sido nesta altura que o troço da rua ficou totalmente concluído, o que consequentemente reforçou a atractibilidade da rua.

Na análise da planta de 1865 por comparação com a planta de 1839, em ambas as ruas o número de lotes edificado pouco se altera. Tanto na Rua do Rosário como na Rua de Miguel Bombarda o crescimento do número de lotes edificados é de 5%[96].

Com o grande desenvolvimento industrial surgiram também novas estruturas habitacionais, conhecidas pela designação de "*ilhas*". Uma construção mais barata e com maior capacidade de albergar famílias que, poderá ter tido reflexos também na estagnação da habitação do tipo *"casa burguesa",* verificada na Rua do Rosário e na Rua de Miguel Bombarda.

Por oposição, no final do século XIX assistimos a um novo pico de crescimento da mancha de implantação das duas ruas. Ao compararmos a planta de 1892 com a planta de 1865, temos, na Rua do Rosário, um crescimento do número de lotes edificados de 60%[97] e na Rua de Miguel Bombarda de 55%[98]. Mais uma vez, o crescimento da área de edificado acompanha o que acontece na cidade do Porto. Na segunda metade do século XIX, a cidade do Porto encontrava-se num período de grande crescimento económico, proporcionado pela indústria e pelo aparecimento de uma nova classe social com bastante poder económico. A nova classe social começou a investir por um lado em grandes palácios urbanos e por outro em habitações mais modestas para arrendar.

Contudo, as circunstâncias de realização das próprias plantas poderão também contribuir para a diferença significativa que se observa por mancha de edificação. Já que o rigor do levantamento para a realização da Planta Topográfica da Cidade do Porto de 1892, não tem paralelo com os meios empregues na anterior. Por outro lado, a Planta da Cidade do Porto de 1865, realizada por Perry Vidal, parece em muitos aspetos decalcar a representação da Planta Topográfica da Cidade do Porto, realizada por Joaquim Costa Lima, em 1839.

Mais tarde, no início do século XX, a Rua do Rosário e a Rua de Miguel Bombarda já não teriam grande

95 Na análise da planta relativa à Rua de Miguel Bombarda de 1813 temos 14 lotes edificados enquanto que na planta de 1839 encontram-se edificados 55 lotes.

96 Na análise da planta relativa à Rua do Rosário de 1839 temos 64 lotes edificados enquanto que na planta de 1865 encontram-se edificados 70 lotes. Na análise da planta relativa à Rua de Miguel Bombarda de 1839 temos 55 lotes edificados enquanto que na planta de 1865 encontram-se edificados 58 lotes.

97 Na análise da planta relativa à Rua do Rosário de 1865 temos 70 lotes edificados enquanto que na planta de 1892 encontram-se edificados 112 lotes.

98 Na análise da planta relativa à Rua do Rosário de 1892 temos 112 lotes edificados enquanto que na planta de 1937 encontram-se edificados 115 lotes.

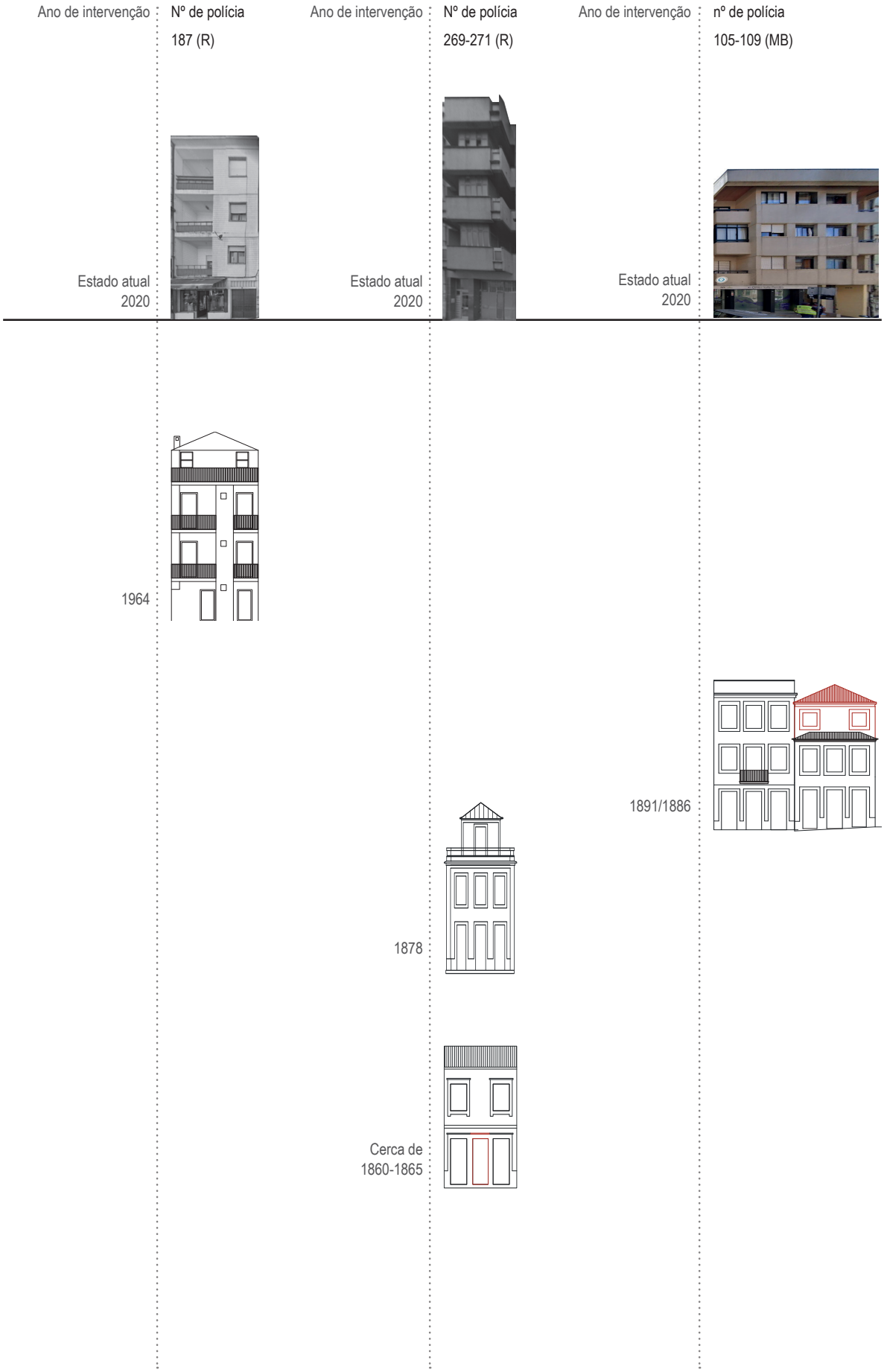


Fig. 4.3: Evolução dos edifícios com os números 187, 269-271 da Rua do Rosário e 105-109 da Rua de Miguel Bombarda

margem para a edificação de novos lotes. Facto facilmente observável com a análise da planta de 1937 quando comparada com a anterior de 1892, na Rua do Rosário o crescimento do número de lotes edificados durante este período é de 3%[99], enquanto na Rua de Miguel Bombarda é de 18%. A diferença de crescimento da Densificação Horizontal poderá dever-se ao facto da Rua de Miguel Bombarda ter sido construída mais tardiamente e por consequência o processo de edificação ter sido também mais tardio e prolongado no tempo. A partir da segunda metade do século XX quase todos os lotes estão edificados. Por isso, nesta altura parecem emergir novos processos de edificação no desenvolvimento das duas ruas. Foi possível assim identificar alguns crescimentos horizontais que ocupavam o lote vazio adjacente ou que por vezes ocupavam com construção o seu próprio logradouro, tanto ampliando o edifício existente como dando origem a um novo edifício independente. Estes tipos de crescimento horizontal representam 8%[100] dos casos de estudo analisados.

4.2. Substituição do Edificado

Em alguns casos os edifícios já construídos são demolidos para a construção de novos com características distintas dos anteriores. Atualmente, este processo de demolição já não acontece tão frequentemente como no século XIX e século XX. Isto porque, nos dias de hoje, há uma sensibilidade patrimonial e legislação que se aplica à conservação e manutenção do património em zonas consideradas significativas da história e evolução das cidades, que não o permite.

Porém, quando a situação referida acontecia, as novas construções não seguiam todas o mesmo processo de densificação urbana. Por vezes, o edifício era demolido para dar origem a outro com a mesma altura e características semelhantes[101]. Contudo, e depois de analisar os quarenta e nove casos de estudo recolhidos, verificou-se que aquilo que acontecia com mais frequência no caso de lotes serem totalmente demolidos era darem origem a novos edifícios mais altos e mais largos[102]. Para esses novos edifícios acontecia que dois ou mais lotes estreitos eram agregados num único com maior largura.

99 Na análise da planta relativa à Rua de Miguel Bombarda de 1892 temos 90 lotes edificados enquanto que na planta de 1937 encontram-se edificados 106 lotes.

100 Dos 49 casos de estudo recolhidos, 3 apresentam características do tipo *o edifício cresceu horizontalmente, o lote estreito alargou*, o que corresponde a 6% dos casos de estudo + dos 49 casos de estudo recolhidos, 1 apresentam características do tipo *o logradouro de um edifício dá origem a um novo lote independente*, o que corresponde a 2% dos casos de estudo

101 Dos 49 casos de estudo recolhidos, 2 apresentam características do tipo *o edifício foi totalmente demolido e deu origem a outro com a mesma altura do anterior*, o que corresponde a 4% dos casos de estudo.

102 Dos 49 casos de estudo recolhidos, 5 apresentam características do tipo *o edifício foi totalmente demolido e deu origem a outro que cresceu até onde pôde*, o que corresponde a 10% dos casos de estudo.

O edifício cresceu um ou vários andares em altura, de forma contígua com a fachada existente

O edifício cresceu um ou vários andares em altura, em forma de piso recuado

O edifício cresceu um andar em altura, de forma contígua com a fachada existente e um andar em altura, em forma de piso recuado

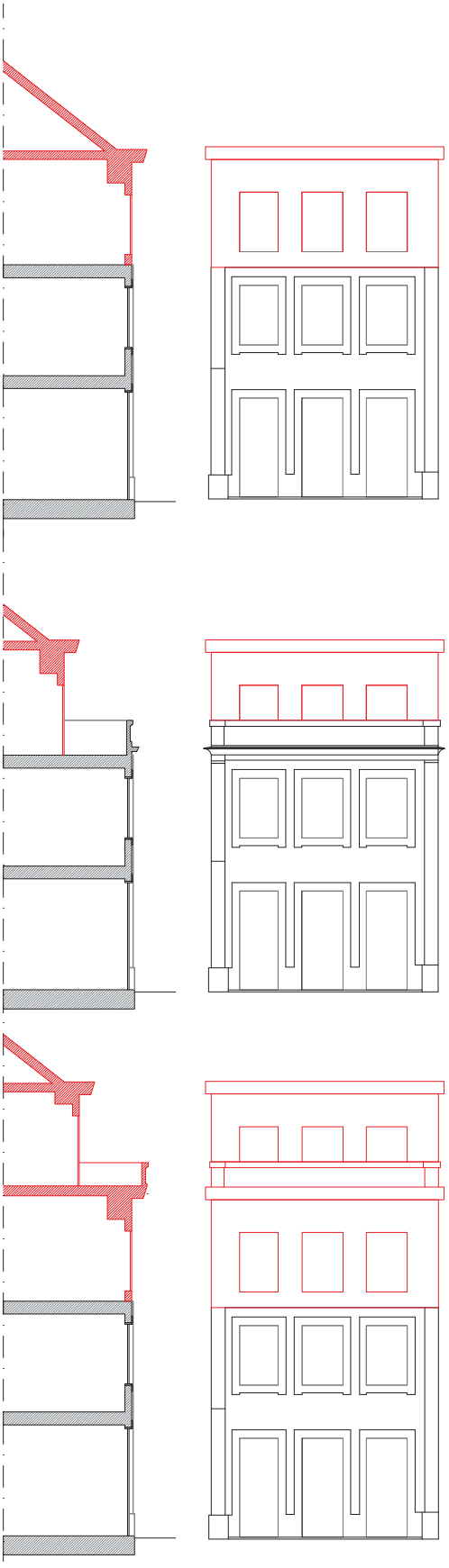


Fig. 4.4: Esquemas de Modelos de Crescimento Vertical

4.3. Densificação Vertical

No processo de análise e redesenho das peças gráficas e observação de fotografias recolhidas verificou-se que a *Densificação Vertical* do edificado, é o processo sobre o qual existe mais informação. Isto dever-se-á muito provavelmente ao facto de para além de ser o processo de densificação mais fácil de reconhecer apenas por observação direta, ser também aquele sobre o qual existem mais registos de licenças de obra em arquivo.

De facto, 76%[103] dos casos de estudo recolhidos tiveram um crescimento vertical. Sendo este o processo de densificação mais frequente é também aquele sobre o qual é possível identificar mais tipos e mais variações dentro dos tipos: *o edifício cresceu um ou vários andares em altura, de forma contígua com a fachada existente; o edifício cresceu um ou vários andares em altura, em forma de piso recuado; e o edifício cresceu um andar em altura, de forma contígua com a fachada existente e uma andar em altura, em forma de piso recuado.* Este tipo de densificação poderá ter ocorrido inicialmente também pela necessidade dos edifícios darem resposta ao grande crescimento populacional que se verificou na segunda metade do século XIX, aquando do processo de industrialização da cidade do Porto. Desta forma, foram aproveitadas as águas furtadas das habitações (foram construídas mansardas para que estas se tornassem habitáveis) e construídos novos pisos sobre telhados e terraços, por vezes alinhados outras recuados com a fachada existente.

4.4. Aparente Continuidade

Apesar de serem inúmeras as alterações que foram ocorrendo na maioria dos edifícios ao longo dos três séculos, entre os casos de estudo recolhidos existem edifícios que não sofreram alterações desde a sua primeira licença de obra registada. Estes edifícios representam 18%[104] dos casos de estudo totais. Outros ainda que tiveram alterações ao nível do rés do chão, para se adaptarem de uma melhor forma às novas vivências e necessidades do século XX. Alterações como estas ocorriam com a intenção de criar montras para o comércio e serviços ou para melhorar os acessos às habitações ou ambas. A maioria destas alterações ocorrem a par com a promulgação de leis relacionadas com o desenhos de saliências sobre a via pública e sobre o desenho

103 Dos 49 casos de estudo recolhidos, 14 apresentam características do tipo *o edifício cresceu horizontalmente, o edifício cresceu um ou vários andares em altura, de forma contígua com a fachada existente*, o que corresponde a 29% dos casos de estudo + dos 49 casos de estudo recolhidos, 20 apresentam características do tipo *o edifício cresceu um ou vários andares em altura, em forma de piso recuado*, o que corresponde a 41% dos casos de estudo + dos 49 casos de estudo recolhidos, 3 apresentam características do tipo *o edifício cresceu um andar em altura, de forma contígua com a fachada existente e uma andar em altura, em forma de piso recuado*, o que corresponde a 6% dos casos de estudo.

104 Dos 49 casos de estudo recolhidos, 9 apresentam características do tipo *o edifício não sofreu alterações de alçado aparentes*, o que corresponde a 18% dos casos de estudo.





Fig. 4.5: Aspecto geral da casa com o n.º 80, da rua do Rosário. Construção do século XIX. Fotografia de Teófilo Rego
Fig. 4.6: Fotografia do nº80 da Rua do Rosário, de 2020

de fachadas, na primeira metade do século XX. Os edifícios que tiveram alterações ao nível do piso do rés do chão, representam 20%[105] dos casos de estudo totais. Contudo, todos os casos de estudo que tiveram este tipo de alteração já tinham apresentado outro tipo de alteração num momento anterior.

4.5. Densificação e Identidade

A Rua do Rosário e a Rua de Miguel Bombarda foram ao longo destes três séculos mantendo a sua identidade como ruas. As duas ruas no início da sua consolidação eram um espaço urbano com inúmeros terrenos vazios, utilizados como campos agrícolas. Atualmente, encontramos um espaço urbano totalmente consolidado e com pouca margem de crescimento, tanto horizontalmente, devido à totalidade dos lotes estarem preenchidos, como verticalmente, pela legislação do Plano Diretor Municipal do Porto em vigor onde a cércea dos edifícios é limitada. Contudo, apesar do incremento de edificado e das alterações ocorridas no século XIX, no início do século XX e observando o estado atual da rua (2020) o calibre da rua não se alterou.

É importante referir que o estudo desta área definida pelas duas ruas, apesar de ser concretamente sobre a Rua do Rosário e sobre a Rua de Miguel Bombarda, espelha também um pouco do que foi a evolução da zona delimitada com "Centro Histórico do Porto". Deste modo, seria possível continuar e ampliar o estudo sobre os *Processos de Densificação Urbana* de modo a alargá-lo a outras zonas do Centro Histórico da cidade. Alargando a área de análise da cidade é possível de observar diferentes processos de densificação daqueles já enunciados, como por exemplo o afastamento dos edifícios da rua e aumento do número de pisos e a substituição significativa, processos não visíveis nestas ruas mas presentes na Rua de Cedofeita, na Rua da Boavista, na Rua do Breyner ou na Rua da Maternidade.

Para terminar, gostaríamos ainda de acrescentar que após a análise da Rua do Rosário e da Rua de Miguel Bombarda, podemos concluir que o estado de conservação da generalidade dos edifícios não é o melhor, apesar do investimento público que tem sido feito nesta zona através da promoção de inúmeras atividades culturais e sociais.

O não investimento nas políticas de conservação da habitação conduz a intervenções cada vez maiores no edificado existente. Assim, quando um investidor pensa em realizar obras de transformação ou conservação num destes edifícios, frequentemente o estado de degradação dos prédios é tão avançado, que o projetista

105 Dos 49 casos de estudo recolhidos, 10 apresentam características do tipo *o edifício não sofreu alterações de altura no alçado, no entanto foi realizada uma intervenção ao nível do rés do chão*, o que corresponde a 20% dos casos de estudo.







Fig. 4.6: Fotografias do Edifício Habitacional Breiner 310, Projeto de Arquitetura de EZZO, em 2015

vê-se obrigado a manter apenas as paredes das fachadas confinantes com a rua, por obrigação legal, e acaba por construir um edifício de raiz dentro dessas paredes.

É exemplo disso o Projeto de Arquitetura realizado para o número 310 da Rua do Breiner, pelo escritório de arquitetos EZZO. Este projeto representa de uma forma exagerada a forma como grande parte das intervenções nas "*casas burguesas*" da cidade do Porto acontecem, é mantida a fachada (muitas vezes chega a ser necessária a construção de uma estrutura metálica de suporte exterior), demolido todo o seu interior e construído um novo edifício totalmente independente dessa fachada. Este parágrafo não pretende ser algo crítico à arquitetura que se realiza, mas sim crítico às estratégias e políticas de fomento à conservação que não são consideradas para a habitação no Centro Histórico do Porto como prioridade, contribuindo assim para que muitas vezes os edifícios só sejam intervencionados quando chegam à fase de ruína, o que dificulta a conservação da memória e do património da cidade numa perspetiva de futuro.

5 Referências

Referências Bibliográficas

Fontes

AA. VV. Casas do Porto: século XIV ao XIX, Porto: CMP, G.H.C., Documentos e Memórias para a História do Porto, 1961.

AA. VV., Licenças de Obra, Arquivo Histórico Municipal do Porto.

AA. VV., Livro de Plantas, Arquivo Histórico Municipal do Porto.

AA. VV., Plantas de casas, Arquivo Histórico Municipal do Porto.

Autores

AMARAL, Filipe de Sales. O Plano da Rua de São João; Síntese da Composição de Fachadas dos Eixos Almadinos. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2017. Tese de Doutoramento. (Ed. Policopiada).

BENEVOLO, Leonardo. A cidade na história da Europa; trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. - 1ª edição. Lisboa: Presença, 1995.

BERRANCE, Luís Eduardo. Evolução do desenho das fachadas das habitações correntes almadinas: 1774-1844. Porto: A.H.C.M.P., 1993.

FERNANDES, Francisco Barata, Transformação e permanência na habitação portuense, As formas da casa na forma da cidade, Publicações da FAUP, Porto, 1999.

FERRÃO, Bernardo. Projecto de transformação urbana do Porto na época dos Almadas : 1758-1813 : uma contribuição para o estudo da cidade pombalina. – 3ª edição. Porto: FAUP, 1997.

FERNANDES, Francisco José Barata; FERREIRA, Teresa Sofia Barbot Faria Cunha; PÓVOAS, Rui Humberto Costa de Fernandes, Fórum do Porto - Património, Cidade, Arquitectura, Porto: CEAU-FAUP, 2018.

GONÇALVES, Eliseu Manuel Vieira. Bairros de habitação popular no Porto, 1899-1933 : a prática de uma arquitectura económica, saudável e cómoda nas vésperas do Moderno. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2014. Tese de Doutoramento. (Ed. Formato Digital)

LAMEIRA, Maria Gisela Antunes. Prédio de rendimento portuense: topologias, tipologias e modelos de habitação plurifamiliar na 1ª metade do século XX. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade

do Porto, 2017. Tese de Doutoramento. (Ed. Formato Digital).

LOPES, Nuno Valentim, Reabilitação de Caixilharias de Madeira em Edifícios do Século XIX e início do Século XX, Do restauro à selecção Exigencial de uma nova caixilharia: o estudo do caso da habitação corrente portuense. Porto: Faculdade de Engenharia de Universidade do Porto, 2006. Dissertação de Mestrado. (Ed. Formato Digital).

MURÇA, Ricardo Nuno Lobo. Formas do piso térreo: da especialização à ruptura nas ruas M. Bombarda e Rosário. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2013. Dissertação de Mestrado. (Ed. Policopiada).

NONELL, Anni Günter, TAVARES, Rui, in Atlas histórico de ciudades europeas, Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, Salvat Editores, Barcelona, 1994.

REAL, Manuel Luís, TAVARES, Rui, Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanístico do Porto, in Porto a Património Mundial, Processo de Candidatura da Cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade, C.M.P., Porto, 1993.

TEIXEIRA, Joaquim José Lopes. Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2004, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. (Ed. Policopiada).

TEIXEIRA, Manuel C., Habitação popular na cidade oitocentista. As ilhas do Porto, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e JNICT, 1996.

VALE, Maria Clara de Carvalho Pimenta do. Um alinhamento urbano na construção edificada do Porto : o eixo da Boavista 1927 1999 : contributo para a história da construção em Portugal no século XX. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2012. Tese de Doutoramento. (Ed. Policopiada).

Legislação

CMPORTO. Codigo de Posturas Municipaes do Porto. Porto: Typographia da Revista, 1855.

CMPORTO. Codigo de Posturas Municipaes do Porto. Approvado por Accordão do Conselho de Districto de 4 de Março de 1869. Porto: Imprensa Portugueza, 1869.

CMPORTO. Codigo de Posturas do Municipio do Porto: Approvado por sessão da Camara Municipal de 25 de janeiro de 1889. Porto: Typographia de A. J. da Silva Teixeira, 1889.

CMPORTO. Código de Posturas do Município do Porto. Porto: Thypographia e Papelaria Rebello, 1905.

CMPORTO. Postura sobre obras particulares da cidade Porto 1924.

CMPORTO. Regulamento de Obras Particulares: Aprovado em sessão de 18 de Janeiro de 1929 Porto: Tipografia Mendonça, 1929.

CMPORTO. Posturas sobre saliências das fachadas dos edifícios confinantes com a via pública. In: (Ed.). Separata do Boletim Municipal. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1949.

Webgrafia

http://www.cm-porto.pt

http://gisaweb.cm-porto.pt

Licenças de Obra

Rua do Rosário - Nº 25 licença de obra nº: 194/1886, AHMP - D-CMP/7 (100) - folhas 163-165: "Alterar fachada do prédio"

Rua do Rosário - Nº 30 licença de obra nº: 551/1887, AHMP - D-CMP/7 (102) - folhas 205-207: "Construir prédio"

Rua do Rosário - Nº 30 licença de obra nº: 647/1887, AHMP - D-CMP (102) - folhas 428-430: "Substituir alçado do prédio"

Rua do Rosário - Nº 30-40 licença de obra nº: 40/1889, AHMP - D-CMP (109) - folhas 102-104: "Adicionar andar e água furtada"

Rua do Rosário - Nº 84 licença de obra nº: 281/1889, AHMP - D-CMP (110): "Transformação de janela em portal"

Rua do Rosário - Nº 268-272 licença de obra nº: 181/1889, AHMP - D-CMP 07-110-059-FD: "Adicionar andar"

Rua do Rosário - Nº 268-272 licença de obra nº: 323/1889, AHMP - D-CMP /7(111) - folhas 1-3: "Adicionar andar e transformar peitoril em sacada"

Rua do Rosário - Nº NÃO IDENTIFICADO licença de obra nº: 462/1889, AHMP - D-CMP /7(111) - folhas 353-355: "Reconstruir prédio"

Rua do Rosário - Nº 171-175 licença de obra nº: 559/1889, AHMP - D-CMP 07-112-296: "Ampliar prédio"

Rua do Rosário - Nº 148-150 licença de obra nº: 611/1889, AHMP - D-CMP 07-112-330: "Adicionar andar"

Rua do Rosário - Nº NÃO IDENTIFICADO licença de obra nº: 247/1890, AHMP - D-CMP 07-114-218-FD: “Adicionar andar”

Rua do Rosário - Nº NÃO IDENTIFICADO licença de obra nº: 518/1890, AHMP - D-CMP /7(116) - folhas 60-62: “Construir água furtada”

Rua do Rosário - Nº 235 licença de obra nº: 462/1890, AHMP - D-CMP /7(115) - folhas 338-339: “Adicionar andar”

Rua do Rosário - Nº NÃO IDENTIFICADO licença de obra nº: 555/1890, AHMP - D-CMP /7(116) - folhas 154-155: “Abrir frestas”

Rua do Rosário - Nº NÃO IDENTIFICADO licença de obra nº: 348/1893, AHMP - D-CMP /7(128) - folhas 38-40: “Adicionar andar”

Rua do Rosário - Nº 74-78 licença de obra nº: 250/1891, AHMP - D-CMP 07-118-307: “Abrir portal”

Rua do Rosário - Nº 67 licença de obra nº: 339/1891, AHMP - D-CMP (119) - folhas 230-232: “Adicionar andar”

Rua do Rosário - Nº NÃO IDENTIFICADO licença de obra nº: 406/1891, AHMP - D-CMP 07-120-078: “Assentar caramanchão”

Rua do Rosário - Nº 21-31 licença de obra nº: 282/1894, AHMP - D-CMP /7(131) - folhas 233-235: “Alterar porta”

Rua do Rosário - Nº 187 licença de obra nº: 375/1964, AHMP

Rua do Rosário - Nº 172-178 licença de obra nº: 261/1918, AHMP

Rua de Miguel Bombarda - Nº 495-499 licença de obra nº: 204/1889, AHMP - D-CMP 07-110-116-FD: “Adicionar andar e construir anexo”

Rua de Miguel Bombarda - Nº 148-154 licença de obra nº: 267/1889, AHMP - D-CMP 07-110-276-FD: “Reconstruir prédio”

Rua de Miguel Bombarda - Nº 148-154 licença de obra nº: 24/1891, AHMP - D-CMP 07-110-062-FD: “Alterar portal do prédio”

Rua de Miguel Bombarda - Nº 148-154 licença de obra nº: 227/1891, AHMP - D-CMP 07-118-253: “Reconstruir fachada e adicionar andar”

Rua de Miguel Bombarda - Nº NÃO IDENTIFICADO licença de obra nº: 307/1892, AHMP - D-CMP /7(124) - folhas 205-208: “Reconstruir prédio”

Rua de Miguel Bombarda - Nº 352-358 licença de obra nº: 307/1892, AHMP - D-CMP /7(124) - folhas 87-90: “Ampliar prédio”

Rua de Miguel Bombarda - Nº 132 licença de obra nº: 43/1898, AHMP - D-CMP 07-150-235 cont.: "Construir prédio"

Rua de Miguel Bombarda - Nº 254 licença de obra nº: 172/1903, AHMP - D-CMP /7(174) - folhas 275-280: "Construir prédio"

Rua de Miguel Bombarda - Nº NÃO IDENTIFICADO licença de obra nº: 221/1903, AHMP - D-CMP /7(175) - folhas 232-236: "Construir prédio"

Rua de Miguel Bombarda - Nº NÃO IDENTIFICADO licença de obra nº: 766/1886, AHMP - D-CMP 07-098-244: "Construir prédio"

Rua de Miguel Bombarda - Nº 113 licença de obra nº: 71/1886, AHMP - D-CMP /7(99) - folhas 230-232: "Construir água furtada"

Referências Iconográficas

Todas as imagens foram produzidas pelo autor, assim como os desenhos, esquemas e tabelas apresentados com referência ás Ruas do Rosário e Miguel Bombarda e aos casos de estudo selecionados, realizados a partir da pesquisa e recolha de dados realizadas através da consulta referências bibliográficas já mencionadas, com excepção de:

Fig. 1. 2: Setor da cidade do Porto em estudo, onde se localizam a Rua do Rosário e a Rua de Miguel Bombarda - montagem realizada com base em fotografia aérea obtida em *Google Earth*

Fig. 1. 3: Planta redonda da cidade do Porto, 1813, George Balck - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 1. 4: Planta topográfica da cidade do Porto, 1839, Joaquim Costa Lima - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 1. 5: Planta da cidade do Porto, 1865, Perry Vidal - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 1. 6: Extrato da Planta topográfica da cidade do Porto, 1892, Telles Ferreira - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 1. 7: Planta topográfica da cidade do Porto, 1937, Câmara Municipal do Porto - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 1. 8: Fotografia de Vista aérea, 2020, Google Earth - obtida em: MURÇA, Ricardo Nuno Lobo. Formas do piso térreo: da especialização à ruptura nas ruas M. Bombarda e Rosário. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2013. Dissertação de Mestrado. (Ed. Policopiada), p. 22.

Fig. 2.1: Reprodução de uma vista panorâmica da cidade do Porto, desenhada a sépia e aguada, por

Pier Maria Baldi, em 1669 - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 2. 2: Gravura da cidade do Porto de 1789 de Teodoro de Sousa Maldonado - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 2. 3: Estrada do Porto à Póvoa de Varzim, lanço de ligação entre o Carvalhido e a Rua da Boavista: planta e perfis transversais. Responsabilidade da Junta de Obras Públicas do Distrito do Porto - obtidos em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 2. 4: Planta do projeto de continuação da Rua da Restauração, com a identificação das propriedades a expropriar pela Junta de Obras Públicas - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 2. 5: Gravura Vue de la Vile et du Port do Porto de 1817 de H. L. Eveque - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 2. 6: "Planta local da parte ocidental da cidade em que cruzam as ruas de Melo, Breyner, Rosário, Pombal, Boa Nova", aprovada pela JOP em 1805 - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 2. 7: Planta da Cidade do Porto, elaborada por Joaquim da Costa Lima, em 1839 - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 2. 8: Planta com indicação dos prédios a expropriar para abertura da Rua de Mouzinho da Silveira, entre a Praça de São Bento e a Praça de São

Roque, e na Rua das Congostas, em 1875 - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 2. 9: Fotografias de "ilhas" na cidade do Porto. Seleção de fotografias incluídas no Relatório e Contas de Gerência referentes a 1960. Porto: Câmara Municipal - obtidas em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 2. 10: Planta do projeto de continuação da Rua de São Vítor, por Olímpio Joaquim de Oliveira, com a representação dos terrenos a expropriar na Rua de São Dionísio, Largo do Camarão e Jardim de São Lázaro, em 1869. O desenho indica também a localização de uma ilha - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 2. 11: Alçado para um conjunto de edifícios a construir na Rua de Cedofeita, por Teodoro de Sousa Maldonado, aprovado pela Junta das Obras Públicas em 1795-03-05. Indica os nomes dos proprietários dos prédios: capitão Campos, Francisco Moreira, António Joaquim, Joaquim José, Manuel Francisco, Manuel José, Manuel da Costa, António Alves, etc. - obtido em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 2. 12: Código Administrativo aprovado por carta de lei de 31 de dezembro de 1836, publicado apenas em 1837 - obtido em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 2. 13: Requerimento para a construção de mais um piso, com a licença de obra nº 71/1886, 11/08/1886, localizado na Rua de Miguel Bombarda, nº113 - Licença de Obra nº71/1886, recolhida no Arquivo Histórico Municipal do Porto

Fig. 2. 14: Requerimento para a construção de dois um pisos, com a licença de obra nº 40/1889, 19/01/1889, localizado na Rua do Rosário, nº30-40 - Licença de Obra nº40/1889, recolhida no Arquivo Histórico Municipal do Porto

Fig. 2. 15: Edifício correspondente ao nº de polícia 30-40, da Rua do Rosário, no estado atual, ainda mantém o revestimento em azulejo - Montagem realizada com base em fotografia obtida em *Google Earth*

Fig. 2. 16: Progressão da mancha do edificado portuense: 1812, 1892, 1930 e 1961 - obtido em: LOPES, Nuno Valentim, Reabilitação de Caixilharias de Madeira em Edifícios do Século XIX e início do Século XX, Do restauro à selecção Exigencial de uma nova caixilharia: o estudo do caso da habitação corrente portuense. Porto: Faculdade de Engenharia de Universidade do Porto, 2006. Dissertação de Mestrado. (Ed. Formato Digital), p. 8.

Fig. 2. 17: Principais regulamentos de carácter geral em vigor em Portugal na 1ª metade do séc. XX - obtidos em: LAMEIRA, Maria Gisela Antunes. Prédio de rendimento portuense: topologias, tipologias e modelos de habitação plurifamiliar na 1ª metade do século XX. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2017. Tese de Doutoramento. (Ed. Formato Digital), p. 283.

Fig. 3. 7: Planta Redonda da cidade do Porto, 1813, George Balck - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 3. 11: Planta da cidade do Porto, 1839, Joaquim Costa Lima - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 3. 15: Planta da cidade do Porto, 1865, Perry Vidal - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 3. 19: Planta da cidade do Porto, 1892, Telles Ferreira - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 3. 23: Planta da cidade do Porto, 1937, Câmara Municipal do Porto - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 3. 27: Vista aérea da cidade do Porto, 1939, C. M. do Porto - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 3. 31: Planta Redonda da cidade do Porto, 1813, George Balck - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 3. 35: Planta da cidade do Porto, 1839, Joaquim Costa Lima - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 3. 39: Planta da cidade do Porto, 1865, Perry Vidal - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 3. 43: Planta da cidade do Porto, 1892, Telles Ferreira - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 3. 47: Planta da cidade do Porto, 1937, Câmara Municipal do Porto - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 3. 51: Vista aérea da cidade do Porto, 1939, C. M. do Porto - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 3. 56: Planta Redonda da cidade do Porto, 1813, George Balck - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 3. 60: Planta da cidade do Porto, 1839, Joaquim Costa Lima - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 3. 64: Planta da cidade do Porto, 1865, Perry Vidal - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 3. 68: Planta da cidade do Porto, 1892, Telles Ferreira - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 3. 72: Planta da cidade do Porto, 1937, Câmara Municipal do Porto - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 3. 76: Vista aérea da cidade do Porto, 1939, C. M. do Porto - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 3. 80: Planta Redonda da cidade do Porto, 1813, George Balck - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 3. 84: Planta da cidade do Porto, 1839, Joaquim Costa Lima - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 3. 88: Planta da cidade do Porto, 1865, Perry Vidal - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 3. 92: Planta da cidade do Porto, 1892, Telles Ferreira - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 3. 96: Planta da cidade do Porto, 1937, Câmara Municipal do Porto - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 3. 100: Vista aérea da cidade do Porto, 1939, C. M. do Porto - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 4. 4: Aspecto geral da casa com o n.º 80, da rua do Rosário. Construção do século XIX. Fotografia de Teófilo Rego - obtida em *http://gisaweb.cm-porto.pt/*

Fig. 4. 6: Fotografias do Edifício Habitacional Breiner 310, Projeto de Arquitetura de EZZO, em 2015 - obtidas em *https://espacodearquitetura.com/*